

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

*Contra-revolução permanente e manutenção da
Condição Dependente no Brasil*
O caso da Abolição da Escravidão e da Redemocratização recente

Gustavo Pinto de Araújo

Florianópolis, Dezembro de 2010.

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

*Contra-revolução permanente e manutenção da Condição Dependente no Brasil
O caso da Abolição da Escravidão e da Redemocratização recente*

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a aquisição do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Por: Gustavo Pinto de Araújo

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Área de Pesquisa: História Econômica do Brasil

Palavras-chave:

1. Contra-revolução permanente
2. Imperialismo
3. Dependência
4. Abolição da Escravidão
5. Redemocratização

Florianópolis, Dezembro de 2010.

Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

A banca examinadora resolveu atribuir a nota *10* (dez) ao aluno Gustavo Pinto de Araújo na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Orientador

Prof. Dr. Remy José Fontana

Prof. Dr. José Antônio Martins

À Gabriela Augusta da Silva.
Sua companhia e seu amor, em todos os momentos,
estiveram presentes em minha graduação e nestes capítulos.

Agradecimentos

Esta monografia é o resultado final dos seis anos que passei no Curso de Ciências Econômicas da UFSC. Durante este tempo, muitas pessoas foram marcantes dentro e fora da Universidade e a elas agradeço.

À família, principalmente minha mãe Maria Angélica e meu irmão Guilherme. Aos queridos Narcizo e Ângela, Fernanda e Geraldo. À Onilda Ana, João Fernandes, Ismael Luiz, Alice Fernandes, Alexandre Marcos e Cynthia, por todo acolhimento e carinho. Especial agradecimento à Gabriela Augusta da Silva. Agradeço também à Silvana Mariani.

Aos amigos com os quais desde o começo do curso muito aprendi, tanto em grupos de estudos e no movimento estudantil, quanto na convivência diária no campus. Sobretudo, Pietro Aruto, Vitor Batelochi, Vitor Tonin, Diógenes Breda, Felipe Gaiotto, Elder Arceno, Luís Felipe Aires Magalhães, Roberto Dokonal, Fernando Prado, Vanessa Jurgenfeld, Beatriz Mioto, Sebastião Amaral, Mauricio Mulinari, Alice Lesbaupin, Felipe Wegner.

À UFSC como um todo, enquanto instituição composta por funcionários que dedicam seu trabalho à sociedade. Ao CALE pelo aprendizado político e acadêmico. Ao Programa de Intercâmbio ESCALA Estudantil e à Zulmira da Silva.

Aos professores Armando Lisboa e Helton Ouriques, com os quais pude trabalhar como bolsista. Aos professores Hoyêdo Lins, Lauro Mattei, Marcos Valente, Pedro Vieira, Valdir Alvim, Idaleto Malvezzi Aued, Remy Fontana.

Agradeço especialmente ao Professor Nildo Ouriques, com quem convivi desde a 2ª fase com as aulas de Economia Clássica e com o grupo de estudos sobre América Latina. Com ele aprendi além dos conceitos interpretativos de nossa condição dependente, algo ainda mais importante: ter autonomia intelectual e unir teoria e prática.

Possuir uma 'consciência crítica' de uma dada realidade e ignorar que ela exige desdobramentos práticos para ser destruída é mais grave que omitir-se: pressupõe um compromisso tácito com os que querem que a realidade não se altere, que ela se reproduza indefinidamente
(O significado do protesto negro – Florestan Fernandes).

...Abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente. Este é o desafio teórico que se coloca hoje aos marxistas latino-americanos
(Dialética da dependência – Ruy Mauro Marini).

Resumo

A história das nações modernas ocidentais pode ser vista como a história do desenlace dos momentos decisivos pelos quais passaram. Esses são momentos de inflexão em que a ordem é posta em xeque e as tensões entre as classes, as contradições entre os interesses, a disputa pelo poder e pela hegemonia ideológica chegam a níveis inauditos. Tal aguçamento de conflitos cria um potencial transformador, uma necessidade de mudança na ordenação social, que pode ser resolvido em ruptura ou em "mudancismo". Dentro desse quadro, podemos observar que a história brasileira é constituída por uma sucessão de momentos decisivos. Neste trabalho analisaremos dois deles: a Abolição da escravidão (1850-1888) e a Redemocratização recente (1974-1989). Procederemos do mesmo modo para o exame de ambos: (i) descrição histórica comentada do processo em questão; (ii) verificação de seu potencial transformador; (iii) análise de seu desfecho. Nos desfechos da Abolição e da Redemocratização veremos como ocorre na sociedade brasileira uma contra-revolução permanente. Isto é, lançando mão de diversas estratégias, tem-se que os momentos de possível transformação da ordem são absorvidos pela atuação dos grupos que possuem interesse em mantê-la. A ordem posta em xeque nunca é radicalmente abalada. A conciliação ou a repressão são os artifícios utilizados para manter tudo como está, mesmo tendo havido alguma mudança formal. Por fim, manter tudo como está representa a manutenção da condição dependente. A dependência representa, no plano externo, a fraqueza do país perante a divisão internacional do trabalho que se reforça e se reproduz pelo imperialismo; internamente, a incapacidade de solucionar a dívida social e moral com sua população, tendo como consequência uma sociedade que sobrevive com base em grande submissão e desigualdade.

Palavras-chave: contra-revolução permanente; imperialismo; dependência; abolição da escravidão; redemocratização

Sumário

1	Introdução	9
1.1	Tema e problema	9
1.2	Objetivos	17
1.2.1	Objetivo Geral	17
1.2.2	Objetivos Específicos	17
1.3	Considerações sobre Ciência, História e Método	18
1.3.1	Ciência: existência, política e ousadia	20
1.3.2	História: vida, combate e imaginação.....	23
1.3.3	Método: partida e chegada.....	27
2	Abolição da Escravidão.....	31
2.1	O processo abolicionista no Brasil.....	33
2.1.1	A saga abolicionista no Brasil: descrição histórica comentada.....	35
2.1.2	Caracterização do potencial transformador: rebeldia negra e as bases de uma revolução burguesa	42
2.1.3	Análise do desfecho: o negro refugado e a revolução inconclusa.....	50
3	Redemocratização.....	58
3.1	O caminho para a democracia (1974 a 1989): descrição histórica comentada.....	60
3.2	A democracia popular como potencial transformador.....	66
3.3	Análise do desfecho: potencial absorvido e democracia restrita	75
4	Contra-revolução permanente e manutenção da condição dependente.....	82
4.1	A contra-revolução permanente: conciliação e autoritarismo desmobilizador.....	83
4.2	A condição dependente: processos civilizatórios e imperialismo.....	89
5	Conclusões	101
6	Referências	106

1 Introdução

1.1 Tema e problema

Aquilo de onde a ciência inicia a própria exposição já é resultado de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica da matéria. O início da exposição já é um início mediato, que contém em embrião a estrutura de toda a obra
(Karel Kosik – Dialética do Concreto).

O estudo histórico da evolução da sociedade brasileira em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, particularmente relacionados à questão do poder e sua disputa, vem se revelando como um objeto de investigação fascinante e de maior importância. O ato de conhecer e desvendar a história mostra-se como um essencial ponto de partida para o pesquisador que pretende compreender as formas de reprodução da dependência e do subdesenvolvimento brasileiro. Deste modo, temos ao menos duas motivações para iniciarmos este estudo histórico. O primeiro, e mais evidente, é o seu próprio resultado: a oportunidade de conhecer aquilo que somos e, além disso, entender alguns dos porquês de sermos o que somos, ou o país que somos. Pensamos que essa básica compreensão é fundamental para qualquer tentativa de expressão frente à realidade e também para as tentativas de revolução social. O segundo motivo é encontrado na amplitude dos objetos do estudo histórico que nos permitem, ao recolher as interpretações e estudos pretéritos, realizar uma contribuição à construção do “edifício do autoconhecimento nacional”, como diria Darcy Ribeiro em suas *Confissões*. Assim, a justificativa primeira desta monografia é a necessidade cada vez mais profícua que enxergamos em investigar o nosso passado a partir de novas interpretações. De certa maneira, partindo de problemas concretos da sociedade contemporânea buscamos reinterpretar os processos ocorridos no passado. Somente novas interpretações são capazes de explicar os desafios atuais que brotam da realidade em constante movimento e se impõem ao cientista social.

Foi no estudo das relações de poder e, mais especificamente, nas questões da manutenção do poder e das transições conservadoras no Brasil que encontramos a maneira para cumprir tal desafio. Dessa forma, o objetivo central a qual nos propomos é identificar momentos de transição na história brasileira e defender a idéia de que estes momentos logo se constituem como “transições transadas”. Isto é, aquelas que, ao impedirem a transformação radical da ordem estabelecida através de estratégias que procuraremos explicar, contribuem para manter estruturas de dependência e subdesenvolvimento. O ponto de partida, portanto, é

a realização de um estudo de caso sobre dois períodos de transição em nossa história para deles extrair características que nos permitam defender a existência de um movimento conservador que permanentemente atua de forma espontânea ou provocada e congela a ordem desigual e privilegiadora de estruturas de concentração da renda, poder e prestígio social. O ponto de chegada é a conceituação e análise do subdesenvolvimento e da dependência como resultados imediatos dos apontados movimentos conservadores.

Atenção, procuraremos compreender não tanto os *fatores que geram* a dependência e o subdesenvolvimento, mas *aqueles que contribuem para manter tais características em nossa estrutura social*. Para tanto, encontramos na análise das transições conservadoras no Brasil uma das chaves que revelam como se mantém nossa condição de país subdesenvolvido e dependente. Veremos como são nos decisivos momentos de transição que ocorrem os dois processos: (i) a absorção do potencial transformador contido nas posturas mais radicais de um período e (ii) a conseqüente manutenção do poder. São estas “absorções” e “manutenções” as responsáveis por impedir que as características estruturais que identificamos acima sejam verdadeiramente transformadas e não apenas rearranjadas ou conciliadas. Portanto, os momentos de transição não só terminam por reger-se mediante um viés conservador, como são transformados em contra-revoluções permanentes totalmente necessários à dominação exclusivista e elitista.

Detendo-se em tal objetivo podemos logo formular uma pergunta que estimula a investigação: como é possível, ou com quais estratégias se consegue interromper um processo de potencial transformador e enquadrá-lo de forma a manter a ordem estabelecida? As estratégias vão desde a conciliação e a tolerância até a repressão brutal. Vê-se que, assim como nosso objetivo, nossa pergunta inicial já contém em si alguns pressupostos teóricos e não vemos nisto um problema, pois como ensinou Honório Rodrigues (1966), não entramos em uma pesquisa com a cabeça vazia, mas cheia de idéias. Tacitamente, nosso objetivo e pergunta inicial contêm a perspectiva teórica que iremos adotar no desenvolvimento de nosso projeto.

Tendo explicitado nossos objetivos principais necessitamos em seguida esclarecer o que entendemos sobre alguns conceitos e termos que vimos utilizando, particularmente o que entendemos por “poder” ou de que tipo de poder estamos falando. Sinteticamente, falamos do poder de ditar, em benefício próprio ou de sua classe, os rumos econômicos, políticos e sociais da nação; o poder de submeter a nação e sua população, mesmo contra sua vontade, aos desígnios elitistas; o poder enfim de violentar, reprimir, cooptar ou conciliar com os

dissidentes. Essa definição, por sua vez, conduz ao esclarecimento do que pensamos quando escrevemos sobre a manutenção do poder. Tal manutenção, refere-se à capacidade de manter a ordem existente frente a tentativas de sua destruição; considerando a ordem existente como uma ordem necessariamente antagônica (no sentido de reproduzir ampliamente classes antagônicas) e desigual, sua manutenção leva à concentração do poder, da riqueza e do prestígio social por estrato da população; por fim, mantém-se uma estrutura social escandalosamente miserável, baseada na marginalização e “exclusão” popular da vida econômico-política do país.

O poder e sua manutenção são exercidos quando atravessamos períodos críticos de nossa história. Por períodos críticos queremos classificar aqueles períodos em que a ordem estabelecida é posta em ameaça por eventos ou acontecimentos históricos que possuem um potencial transformador, isto é, um período em que há possibilidade de “ruptura do processo histórico”, como chamou Viotti da Costa.

Abordaremos nosso objetivo, como se pode observar, por uma perspectiva nacional-popular¹. Subentende-se o que procuramos com tal perspectiva, todavia, podemos dizer que por um lado trata-se de remontar as tradições e histórias de nossa nação desde um ponto de vista oposto ao dominante e, por outro, colocar-se ao lado daqueles que não tiveram e não têm voz em nossa história oficial, as classes subalternas. Como queria Eduardo Galeano, buscamos imprimir um determinado sentido nas palavras aqui escritas para que elas se tornem “*palabras peleadoras*”². Trata-se ainda de um posicionamento político. Visto que não buscamos a neutralidade científica (até porque não iríamos encontrá-la!), estabelecemos nada mais que um posicionamento. A “questão” da neutralidade será desenvolvida adiante, porém adiantamos que num país atravessado pela desigualdade, onde grande parte da população sofre com grandes e sérios problemas, a ciência não pode dar-se ao luxo de pairar “pura” e ingênua acima do bem e do mal ou de ser “estritamente científica”.

¹ A expressão “nacional-popular” aqui usada foi criada por Gramsci e exposta em Chauí (1989). Gramsci utiliza a expressão de maneira contrária ao uso burguês e fascista, caracterizando o nacional-popular justamente como uma contra-hegemonia ao fascismo. Segundo Chauí, “nacional como resgate de uma tradição não trabalhada ou manipulada pela classe dominante, popular como expressão da consciência e dos sentimentos populares, feita seja por aqueles que se identificam com o povo, seja por aqueles saídos organicamente do próprio povo” (1989:89). Gramsci também dá importância ao *intelectual nacional-popular*. Trata-se daquele intelectual que, em oposição ao *intelectual cosmopolita*, alienado em relação à sua própria realidade local não reconhecendo os problemas específicos da *vida nacional*, incorpora os anseios das classes subalternas como fonte de suas atividades específicas (Reis, 2009:153-154).

² “Lentamente va cobrando fuerza y forma, en América Latina, una literatura que no ayuda a los demás a dormir, sino que les quita el sueño; que no se propone enterrar a nuestros muertos, sino perpetuarlos; que se niega a barrer las cenizas y procura, en cambio, encender el fuego. Esa literatura continúa y enriquece una formidable tradición de palabras peleadoras” (Galeano, 1985:116).

Os períodos críticos que servirão de apoio para a averiguação da hipótese de uma *manutenção provocada do poder*³ na história brasileira serão a Abolição da Escravidão (1850-1888) e a recente Redemocratização (1974-1989). O porquê da eleição desses dois períodos não é de fácil explicação. Em parte, é fruto de uma afinidade particular do autor e, de outro modo, é um período que abrange 100 anos de nossa história. Evidentemente não iremos abordar estes 100 anos de nossa história, trata-se apenas de uma coincidência temporal. Acreditamos que verificar a existência da manutenção do poder em dois períodos tão distantes entre si e com características simultaneamente díspares e similares dá força à constatação da tese de Honório Rodrigues (1965) que também permeará nossa investigação. Essa tese propõe a existência de uma “estrutura granítica” em nossa formação social e fala de um profundo e constante “dissídio entre Poder e Sociedade”. Com o primeiro pretende-se defender a forte hipótese de que por detrás de uma mudança superficial que possa ocorrer em nosso país (reformas administrativas, eleitorais, jurídicas, fiscais, tributárias, etc.) há sempre uma estrutura que se conserva com força mineral e termina por impedir o avanço em transformações mais densas e essenciais. As reformas nunca são fortes o suficiente para provocarem uma mudança profunda da ordem. Essa estrutura por sua vez é mantida por meio do dito dissídio, responsável por eliminar determinados estratos sociais do poder através de formas de dominação patrimoniais, clientelísticas, burocráticas, repressoras, etc. Afinal, o poder no Brasil não emana, nem nunca emanou do povo; o poder nasce antes do povo, o Estado antes da sociedade.

O essencial não é, portanto, a análise da Abolição e da Redemocratização em si e por si. Não faremos somente um exercício de descrição histórica, antes nos empenharemos na interpretação de uma característica brasileira espelhada em dois de seus períodos mais críticos. Os dois períodos serão “apenas” nosso ponto de partida; nosso marco concreto de análise. O exame dos mesmos contará com procedimentos semelhantes de análise para chegar às conclusões que esperamos. As semelhanças nos procedimentos de análise, porém, não ignoram as substanciais diferenças e os pesos que os dois processos possuem entre si e para a história do país. A Abolição diz respeito à mudança de um modo de produção; a Redemocratização foi um processo de transformação do regime político. A primeira tem um

³ Dizer que tal manutenção do poder é uma manutenção *provocada* apresenta-se como qualificação importante para desmentir a idéia de que a história sofra de uma evolução natural ou para negar uma noção essencialista da história brasileira. Estamos falando de uma construção social e esta nunca é fortuita, decorre dos conflitos humanos.

caráter muito mais estrutural e profundo, no entanto, a parte isto, cabe-nos notar como dois processos tão distintos implicaram em resultados tão semelhantes.

A Abolição contará com um capítulo composto por três itens. Primeiro, realizaremos a descrição histórica do período abolicionista. O recorte será feito a partir de 1850, quando da proibição final do tráfico de escravos, e iremos descrever os fatos mais importantes do processo da Abolição até chegar ao derradeiro 13 de Maio de 1888. Essa descrição é importante para a próxima etapa onde nos dedicaremos à difícil tarefa de caracterização do período abolicionista como possuidor de potencial transformador, ou seja, a Abolição poderia ter ido além do que foi. Para tanto, basear-nos-emos no movimento abolicionista radical que defendia a abolição apenas como o primeiro passo de uma transformação estrutural brasileira; veremos como alguns abolicionistas pretendiam desencadear uma clássica Revolução Burguesa no Brasil o que, naquela época, seria altamente progressista. Também contaremos com a interpretação do movimento negro/escravo como um movimento altamente rebelde, negando a noção de que a Abolição tenha sido uma dádiva branca; usaremos exemplos de acontecimentos e sublevações passadas que colocavam no imaginário dos indivíduos a possibilidade ou o medo de uma mudança maior a partir de uma revolta popular; levaremos em conta a importante mudança produtiva e cultural que a ascensão do Oeste Paulista carregou consigo em oposição às zonas tradicionais do Vale do Paraíba e à capital do Império – destacando aqui a questão da imigração e principalmente a ascensão do pensamento republicano-liberal; por fim e para além das fronteiras nacionais, observaremos que a Abolição estava intimamente ligada com o Capitalismo global, co-responsável na superação da ordem colonial (pacto colonial) e instauração da “ordem social competitiva”.

Diante dessas condições postas para a transformação da ordem, verificar-se-á finalmente a manutenção do poder no período Pós-Abolição. Veremos que as características mais rebeldes no movimento abolicionista foram interrompidas mediante estratégias elitistas de manutenção da ordem. O liberalismo, que naquele tempo deve ser visto como pensamento progressista, não foi capaz de cumprir a sua responsabilidade por desencadear e levar até o fim a Revolução Burguesa no Brasil. Essa revolução implicaria, sobretudo, romper com os padrões tradicionalistas de relações sociais, inerentes ao regime de castas em decadência. Podemos então, adiantar que a Abolição se tornou uma revolução branca; o negro foi abandonado a sua própria sorte e com a missão ingrata de integrar-se à sociedade de classes nascente; o país sofre um processo de “incorporação histórica” e, por assim ser, reproduz-se

as ditas estruturas de dependência e subdesenvolvimento ao não romper com um quadro conservador de poder elitista e submissão à economia mundial.

O mesmo procedimento será feito com o período de Redemocratização do país. Primeiro faremos a descrição histórica do período com um recorte a partir do golpe burguês-militar de 1964. Esse recorte é necessário para localizar a Redemocratização em nosso estudo. Ou seja, redemocratizar o quê? Como deixamos de ser ao menos formalmente uma democracia e o que foi a ditadura? A descrição desse período também levará a sua caracterização como possuidor de potencial transformador. Essa caracterização será baseada na constatação de algumas atitudes e possíveis caminhos que vinha tomando o processo de redemocratização. Esse foi o período de maior movimentação popular da história do país, principalmente com a campanha pela Anistia e pelas Diretas Já e o movimento operário que se desenvolvia no ABC paulista em fins da década de 1970. Continha em si uma esperança muito grande de mudança e uma reorganização do país sob novas bases. Foi o período de aguçamento das tensões sociais onde havia a possibilidade de retomar os tempos progressistas do período pré-golpe de 1964 principalmente com a participação popular nas questões fundamentais do país e do surgimento com novo fôlego do movimento operário e da sindicalização que culminaria na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com as eleições de 1989 quando a figura de Lula aparecia como uma opção revolucionária apta a estabelecer uma real democracia brasileira. O período foi um típico momento decisivo onde tudo estava em aberto. O debate sobre reforma agrária, o tratamento da dívida externa, o papel das Forças Armadas, o direito de greve e demais direitos sociais. Tudo isso acompanhado por uma mobilização popular que fazia tremer os estratos conservadores da elite. Por fim, o período Pós-Redemocratização, por ser o período em que se consolida o que Florestan Fernandes chamou a “transição transada”, será também visto como o período em que ocorre a manutenção elitista e provocada do poder.

Os historiadores e demais intérpretes do Brasil que adotamos como base bibliográfica são, em maior ou menor grau, unânimes em dizer que esses dois períodos não passaram de uma mudança superficial incapaz de alterar as estruturas do país. No entanto, não se atêm à idéia de que se foram incapazes é porque primeiro representavam uma ameaça à ordem e segundo, por representar tal ameaça, foram absorvidos pela ordem estabelecida. Ambos os movimentos tiveram que ser transformados em “transições seguras” para que a ordem não fosse abalada.

A idéia de verificar uma manutenção do poder nestes dois períodos será atingida se levarmos em conta o que estava em jogo nesses momentos históricos. Assim, na Abolição estava em questão a extinção de fato do último baluarte do regime colonial, o trabalho escravo; e também a entrada definitiva do país na “ordem social competitiva”. Já na Redemocratização estava em questão a nova República democrática, a reconstrução do Brasil sob novas bases, a nova Constituição, a participação popular, etc. Por assim ser e por se caracterizarem como pontos de inflexão é que foi preciso a elite frear e absorver estes movimentos que ameaçavam a ordem. Nosso objetivo é compreender quais estratégias foram utilizadas para a concretização desse freio e absorção e quais as conseqüências dessa atitude. Visto que a derrota de um período, processo ou movimento com potencial transformador não representa apenas uma derrota. Significa a manutenção do que está e a obstrução do vir-a-ser. Significa portanto manutenção da ordem, mesmo que esta tenha sofrido alguma alteração.

Veremos no capítulo final que a ordem mantida é a ordem da dependência e caracterizaremos esta como o resultado da contra-revolução interna e da dominação externa desencadeada pelo domínio de sucessivas revoluções tecnológicas pelos países centrais, possibilitando a reprodução do imperialismo.

Nosso maior receio é o risco de fazer uma adaptação (voluntária ou não; consciente ou não) da realidade de forma a encaixá-la em nosso plano teórico. Defenderemos de forma honesta, sempre baseados nos fatos históricos, a hipótese de que esses períodos possuíam potencial transformador e foram absorvidos para manter a ordem que muito interessa à elite dominante de cada época. Note que aceitamos a idéia de que há uma elite dominante em cada época e que as formas de dominação são diferentes através do tempo, não se tratando de uma manutenção estática do poder. A grande questão é compreender que há um revezamento do poder e uma mudança de quadros políticos em nosso país. Entretanto, mesmo com essa mudança formal percebemos a conservação do “dissídio” a que anui Honório Rodrigues. O paradoxo maior é a observação do movimento de mudar sem mudar: o “mudancismo” na sociedade brasileira.

Advertimos que evitamos colocar no corpo do texto citações extensas dos autores em que nos baseamos. Pretensamente, procuramos deixar no texto o máximo possível de formulações próprias. O embasamento a estas formulações será exposto em notas de rodapé onde se poderá encontrar as referências pontuais as quais seguimos. Pode ser que as notas de rodapé sejam cansativas para o leitor, mas pensamos ser o melhor procedimento a seguir. Outrossim, gostaria de prestar um tributo a Florestan Fernandes, autor que servirá de base

para todos os temas abordados nesta monografia. Sua história de vida e de militância política, um exemplo de coerência e fonte de inspiração; sua obra intelectual, um monumento a serviço da construção de um país livre e igualitário. Contribuiu com sua originalidade e genialidade para a formulação de categorias interpretativas próprias do capitalismo dependente sul e centro americano e da sociedade brasileira em particular. Florestan foi um daqueles homens imprescindíveis.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a história do Brasil em dois de seus momentos decisivos, identificando as estratégias de manutenção do poder utilizadas em seus desfechos e propondo uma crítica da razão conciliatória.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar nos processos da Abolição da escravidão (1850-1888) e da Redemocratização (1974-1989) um potencial transformador da ordem estabelecida;
- Analisar como esse potencial é absorvido por uma contra-revolução e quais as consequências para a formação do país;
- Caracterizar a condição dependente e colocá-la como resultado imediato da contra-revolução permanente e do imperialismo;

1.3 Considerações sobre Ciência, História e Método

Do ponto de vista de um pensar brasileiro, Noel Rosa tem mais a nos ensinar do que o senhor Immanuel Kant, uma vez que a Filosofia, como o samba, não se aprende no colégio.
(Roberto Gomes – Crítica da Razão Tupiniquim)

Desejamos apresentar no capítulo inicial de nossa Monografia os pressupostos que nortearam nossa pesquisa. A partir de uma base de pressupostos foram erguidas as hipóteses que proporemos no decorrer do texto. Não ao acaso, nossas hipóteses seguem a adoção de uma concepção bem definida de Ciência e História. Para tanto, nos esforçamos em estudar alguns temas da Filosofia da Ciência e da Teoria da História. Contudo, dada a abrangência de tais temas e a limitação temporal que a nós se coloca, este esforço foi direcionado para uma definição de Ciência e História que fosse ao encontro das intuições que já possuíamos sobre o assunto. Isso porque temos consciência de que não iniciamos uma pesquisa desprovidos de qualquer intuição ou juízo sobre o objeto de estudo e, longe de encontrar aqui um problema, enxergamos nisso um aspecto positivo. Afinal, não nos dedicamos a um problema a não ser que tenhamos condições de resolvê-lo⁴. Partindo dessa “representação intuitiva” fomos buscar apoio ao que imaginamos ser o mais apropriado a uma pesquisa que se propõe crítica, científica e original. Nunca concordamos que, para ser científico, um estudo deve primar pela neutralidade⁵ e ser totalmente despossuído de “motivações metafísicas”. Da mesma forma, nunca concordamos que a História deveria ser tratada como simples instrumento de descrição e narração de episódios, ou simples coleta e organização cronológica de “fatos importantes”. Felizmente descobrimos não estarmos sozinhos nessas discordâncias. Em nossas leituras encontramos grandes pensadores nos quais pudemos nos espelhar e utilizar para dar força aos argumentos propostos e aos posicionamentos que aqui tomamos.

A motivação inicial desta monografia e da escolha de seu tema foi a percepção da necessidade de estudar o Brasil para além dos simplismos e superficialidades que dominam nossa educação em geral. Todavia, não basta estudar o Brasil, mas sobretudo, propor a construção de uma *Razão Brasileira*, isto é, aquela razão que se manifesta contrária a toda espécie de colonialismo presente em nosso cotidiano, particularmente no cotidiano

⁴ Essa afirmação faz referência à célebre premissa materialista citada por Gramsci (1987:53): “Nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução já não existam, ou estejam em vias de aparecimento, as condições necessárias e suficientes”. Essa premissa pode ser encontrada originalmente em Marx (1978:130).

⁵ Florestan Fernandes, autor basilar desta monografia, afirma não haver neutralidade possível diante da realidade. Para ele, “se a ciência nos conduzisse à indiferença diante dos valores fundamentais da civilização, das manifestações violentas ou pacíficas do etnocentrismo e do preconceito racial, ou dos efeitos de qualquer tipo de discriminação, ela não mereceria ser cultivada” (2007a:202).

acadêmico, e se coloque como expressão nacional. Dentro do “tema” Brasil, faremos um recorte e nos debruçaremos sobre o estudo das relações elitistas de poder que sobrevivem aos momentos de transição e mantêm a estrutura social, mesmo alterando-a. Esse exercício de propor uma razão é necessário visto que está profundamente relacionado à construção do país sob bases que não as coloniais e dependentes. É um exercício que dá continuidade à questão de Darcy Ribeiro em seu *O povo brasileiro*: “Por que o Brasil ainda não deu certo?” Para concretizá-lo foi preciso adotar uma concepção de Ciência que não tenha preocupação em admitir-se como parte de uma questão política e que esteja radicalmente conectada à existência. Quanto à concepção de História, passa o mesmo: a História para nós não é pura ou livre de interpretações e julgamentos, ao contrário, é instrumento de combate e disputa política. Adiante exploraremos melhor estas concepções, antes devemos nos demorar um pouco mais na questão da razão brasileira.

A criação de uma razão brasileira, ou “razão tupiniquim”, é um problema filosófico proposto por Roberto Gomes (2001) com inspiração no movimento modernista brasileiro do início do século XX. Devemos notar que propor a criação da razão implica também em propor que tal razão não exista, justamente sendo necessário criá-la, inventá-la. É evidente que já no fim do século XIX figuras como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, etc., se dedicaram à criação dessa razão. Mas a criação passada, sem dúvida valiosíssima, não basta. A razão brasileira deve ser reinventada diariamente para combater e se impor de forma independente e original aos novos temas ou às novas interpretações surgidas de antigas questões. Com igual sentido, Roberto Gomes afirma que a razão brasileira para *ser* precisa antes *estar*⁶. Precisa *estar* entre nós, precisamos fecundá-la continuamente. De acordo com Gomes, a razão brasileira a ser repetidamente criada, deve se negar a ser meramente afirmativa e ornamental. Isto é, não pode se restringir a assimilar e afirmar o pensamento que nos é estranho porque não diz respeito às nossas origens; não deve se restringir a adorar e ornamentalizar a produção estrangeira sem um crivo crítico e impiedosamente antropofágico. Neste sentido deve *assumir uma posição* como condição de existir e esse *posicionar-se* resulta numa postura radical de negação e crítica⁷. Essa negação e crítica são elementos decisivos da construção da *nossa* razão, pois costumeiramente o pensamento criado entre nós é aquele que se compromete unicamente a nada dizer, a nada

⁶ “Uma Filosofia Brasileira só terá condições de originalidade e existência quando se descobrir no Brasil. Estar no Brasil para poder ser brasileira” (Gomes, 2001:26). Consultar também p. 22.

⁷ “Qualquer conhecimento inicia sendo negação, ou seja, como essencialmente crítico” (Gomes, 2001:33).

negar; forma-se então como um “pensamento esterilizado”, aquele que não contamina ninguém⁸.

1.3.1 Ciência: existência, política e ousadia

Nosso primeiro pressuposto portanto é o de contribuir na recorrente reinvenção da razão brasileira. Mantendo a coerência, buscamos também a adoção de uma concepção de ciência que, ao nos permitir identificá-la com a existência e com a política, nos ajude a alcançar aquela razão. Mas então, o que significa associar ciência à existência e à política? Estão implícitas nessa associação pressupostos que precisamos clarificar.

A associação entre ciência e existência se dá de dois modos, um de cunho materialista e outro de cunho humanitário. Em relação ao primeiro, temos que a ciência não pode nascer sobre outra condição que não seja a descoberta da realidade⁹ e a resolução de uma “contradição existencial” na qual o homem se encontra. Essa noção é colocada de maneira brilhante por Vieira Pinto (1985)¹⁰, segundo o qual, o homem está “condenado” a pesquisar o mundo circunstante não por mero deleite mas por necessidade. Em outras palavras, a pesquisa é a expressão da necessidade humana de dominar a natureza – não de forma predatória – para melhor realizar suas potencialidades. Num sentido mais profundo, o desprendimento em relação à natureza acontece através da própria absorção/apropriação da natureza, isto é, o “livrar-se” da natureza é resultado de seu entendimento.

Além da contradição existencial há outra questão que diz respeito ao materialismo: trata-se da *idéia*, e portanto da própria ciência. A *idéia* é necessariamente a representação de um objeto, de uma situação ou de um fenômeno¹¹. Assim, ainda de acordo com Vieira Pinto, nenhuma *idéia* procede do abstrato ou é inata, todas são arrancadas da realidade com as mãos e transportadas para o pensamento. Captamos a realidade de acordo com um interesse previamente definido; sempre olhamos para um objeto através de *uma* janela de observação entre as tantas possíveis. Esse processo de apropriar-se da realidade e transformá-la em teorização é mediado pela capacidade humana de trabalho.

⁸ Consultar Gomes (2001), páginas 80 e 82.

⁹ Esta condição é também partilhada por Popper: “O esforço por conhecer e a busca da verdade continuam a ser as razões mais fortes da investigação científica” (Popper, 1998:306).

¹⁰ As posições aqui discutidas podem ser aprofundadas em Vieira Pinto (1985), sobretudo pgs. 47, 226, 426 e 530.

¹¹ Cabe lembrar a afirmação de Marx & Engels (2007:93-94): “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material [...] A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real”.

Por outro lado, o ponto de vista humanitário atrelado à ciência refere-se ao *engajamento do cientista e à função social da pesquisa*. O cientista honesto não pode ser ingênuo a ponto de supor realizar uma ciência pura¹², livre de condições, juízos, influências e objetivos. Não cabe ao cientista optar pela impossível tarefa de realizar uma ciência livre de pressupostos. O único que pode fazer é optar consciente e criticamente entre ser o representante de um ou de outro interesse social. Agora, quanto à questão da função social da pesquisa, Vieira Pinto apresenta, entre tantas, esta consideração: a ciência praticada entre nós brasileiros é uma ciência subdesenvolvida¹³. Logo, a pesquisa científica deve ser julgada pela sua relevância social e pela capacidade que possui em resolver os problemas primários e prementes das maiorias¹⁴, ou seja, pela capacidade de contribuir para a superação do próprio subdesenvolvimento que a deforma e constrange.

Essas considerações materialistas e humanitárias acerca da ciência conduzem à outra qualidade que a mesma possui, a qualidade de ser inteiramente política. Além da questão partidária (no sentido de “tomar partido”) e engajada que apresentamos acima, queremos *relacionar política à ação* e, assim argumentar sobre a *unidade entre ciência e ação*. Vieira Pinto aborda o tema da “unidade dialética entre a teoria e a ação”¹⁵ e com isso procura mostrar que o conhecimento, em todos os graus, é um modo pelo qual a “matéria organizada biologicamente” sofre a ação do ambiente e a ela reage. O conhecimento é a própria (re)ação frente a um desafio. A idéia é a mediação entre duas ações, a experimentação e o enfrentamento; e a ação é a mediação entre duas ideias, a percepção e a teorização. Não existe, portanto, fosso separador entre teoria e prática, uma serve à outra no movimento de intervir e conhecer a realidade. No caso de nossa pesquisa, o objeto de estudo sobre o qual vamos teorizar foi escolhido em função de uma questão real: a questão da dependência e do subdesenvolvimento latino americano. Isso é o que nos move. Sobre isso criamos uma percepção e sobre isso procuraremos reagir, dentro dos limites que possuímos. Reagiremos conhecendo a História do Brasil em dois períodos e argumentaremos que tanto o processo de Abolição quanto o processo de Redemocratização foram momentos de manutenção da

¹² “Falamos de ciência ‘pura’ como se pudesse existir tal coisa, como se o homem não pensasse sempre movido por finalidades definidas e em função da prática existencial” (Vieira Pinto, 1985:151-152). Sobre a impossibilidade do “cientista livre de juízos de valores”, ver Popper (1978:25). Consultar ainda em Gramsci (1987:71) a afirmação de que a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva.

¹³ “Ao reconhecer que sua realidade nacional é a do país subdesenvolvido, será despertado à compreensão deste princípio cardinal do pensar crítico: *tudo* no país subdesenvolvido é subdesenvolvido” (Vieira Pinto, 1985:330).

¹⁴ Consultar Vieira Pinto, *op. cit.*, páginas 334-335.

¹⁵ Consultar Vieira Pinto, *op. cit.*, páginas 45-46. Sobre a unidade entre teoria e prática e a filosofia da práxis (o marxismo) consultar também Gramsci (1987), pgs. 18 e 52. Sobre a idéia de que o conhecimento não é contemplação, mas práxis, ver Kosik (1976:22).

condição dependente. Nossa pesquisa só é possível dentro dessa unidade dialética que vê a realidade como movimento de contato, percepção e enfrentamento. Só dentro dessa perspectiva podemos ser coerentes com a ciência como existência e política.

Um dos requisitos para atingir essa coerência é a ousadia intelectual. Ousadia que se manifesta na elaboração de enunciados interpretativos ousados, *as hipóteses*. Para ser ousada uma hipótese precisa se arriscar¹⁶ a dizer algo e para tanto precisa negar uma série de noções e postulados presentes e anteriores. Uma hipótese só será útil ao avanço da descoberta da realidade na medida em que se posicionar frente a um objeto e, dessa maneira, for “falsificável”. É nesse sentido que Karl Popper propõe o falsificacionismo e o coloca como critério de demarcação entre ciência e não-ciência. Em um exemplo banal, mas muito didático, Popper afirma que a expressão “amanhã choverá” tem muito mais a ensinar do que a expressão “amanhã choverá ou não”¹⁷. A primeira é afirmativa e negadora e pode ser falsificável; a segunda não. Com isso Popper quer mostrar que em ciência não pode haver um enunciado que não admita refutação mediante o falseamento de algumas das conclusões que dele se possam deduzir¹⁸. E o que isso importa em relação a nossa pesquisa? Importa porque ao propor hipóteses ousadas e falsificáveis como a de que *houve absorção do potencial transformador em movimentos de transição como a Abolição e Redemocratização* estaremos contribuindo para o conhecimento – e, como vimos, para o *enfrentamento* – do fenômeno das transições justamente pela possibilidade de estarmos enganados. Nossa teorização acerca do tema é falseável e contribui para o avanço do conhecimento porque divide a classe de seus enunciados em duas subclasses: (i) os que ela contradiz, rejeita ou proíbe; (ii) e aqueles com os quais é compatível¹⁹. Ou seja, nossa teorização rejeita a proposição de que não houve uma transição conservadora nos períodos em análise e, por isso, é compatível com a proposição de que esse conservadorismo é elemento fundamental para a manutenção do país em condição dependente e subdesenvolvida. A força de uma hipótese está justamente nesse poder de afastar/proibir outras; de não mostrar-se compatível com qualquer enunciado. Quanto mais enunciados ela puder proibir, maior será sua capacidade criativa e criadora.

Apesar de buscar a verdade (um conceito histórico e relativo), a ciência em Popper dedica-se ao estabelecimento de hipóteses fortes que resistam aos esforços de falsificação e

¹⁶ “Ideias arriscadas, antecipações injustificadas, pensamento especulativo, são os únicos meios de que podemos lançar mão para interpretar a natureza [...] Os que não se disponham a expor suas ideias à eventualidade da refutação não participarão do jogo científico” (Popper, 1998:307-308).

¹⁷ Consultar Popper (1998), p. 42.

¹⁸ Consultar Popper, *op. cit.*, p. 49. Consultar também Chalmers (1993) em seus capítulos sobre o Falsificacionismo, sobretudo páginas 69, 70 e 71.

¹⁹ Sobre a divisão da classe de enunciados em subclasses, consultar Popper, *op. cit.*, páginas 90, 93 e 97.

assim se aproximem da melhor explicação possível do real em cada período. Contudo, uma hipótese qualquer, mesmo sendo ousada, não pode ser justificada somente por um “sentimento de convicção”, ela precisa estar lastreada na realidade. Não obstante essa exigência de lastro, Popper não nega que o impulso inicial da pesquisa científica seja a especulação. Assim, o que Popper veementemente nega é o positivismo do *Círculo de Viena*²⁰. Isso muito nos agrada e foi a partir daí que surgiu o interesse pelo pensamento popperiano. Sobre o assunto afirma Popper: “Inclino-me a pensar que as descobertas científicas não poderiam ser feitas sem fé em idéias de cunho puramente especulativo e, por vezes, assaz nebulosas, fé que, sob o ponto de vista científico, é completamente destituída de base e, em tal medida, é ‘metafísica’” (Popper, 1998:40)²¹. Popper assume o comportamento moral do pesquisador diante do seu tema como impulsionador da pesquisa. Entretanto, tal comportamento não basta para justificar um enunciado como científico. A convicção do pesquisador precisa ser apresentada de maneira falsificável e precisa resistir aos testes de falsificação efetuados pela comunidade científica.

1.3.2 História: vida, combate e imaginação

Ao iniciar a discussão sobre História temos que responder à seguinte pergunta: que papel ela ocupa e qual sua importância em um estudo como este que apresentamos? Como escrevemos acima, discordamos da possibilidade de que a história seja apenas uma coleta e descrição imparcial de “fatos importantes”. Por exclusão portanto, concordamos que a história esteja intimamente ligada à vida, no sentido de servir ao presente. Dessa forma, o recurso à história nesta monografia tem o papel de fornecer indícios para a explicação e transformação do presente. Especificamente, em nossa pretensa “crítica à razão conciliatória”, perceberemos de que forma a *conciliação e a reforma* serviram, entre outras, como estratégias de absorção do potencial transformador em momentos decisivos da história do país. Identificamos esta absorção, que representa a vitória daquela que genericamente podemos chamar “classe dominante”, como o impedimento de se desenvolver o país em outras bases, de se alcançar um desenvolvimento nacional-popular. Esse impedimento, por sua vez, congela o país tanto estrutural como superestruturalmente numa posição dependente e subdesenvolvida. É dependente ao não ser capaz de (i) impor-se com autonomia política e econômica frente à

²⁰ Uma explanação sobre o Círculo pode ser encontrada em: http://en.wikipedia.org/wiki/Vienna_Circle

²¹ Celso Furtado utiliza essa passagem como epígrafe de seu livro *Prefácio a Nova Economia Política* de 1977 e foi por essa epígrafe que começamos a conhecer Popper. Em Popper (1998) pode-se encontrar mais sobre o assunto do “impulso moral do pesquisador” nas páginas 39 e 306.

diplomacia internacional e (ii) fazer-se como um país que exista para si, para seu povo; é subdesenvolvido ao socializar à maioria da população as mais degradantes condições de vida. Vê-se portanto, que procuramos a história para explicar o fenômeno real e presente; procuramos na história as raízes que, de tão profundas e arraigadamente plantadas, lançam seus germens conservadores no presente. A história deixa um legado que condiciona – mas *não determina* – as gerações futuras e é necessariamente sobre este que se ergue a ação presente.

São por estes motivos que a história não pode deixar de ser alvo de debate e disputa/conquista política. Seu papel é revelar a história dos vencidos através da desmistificação da “história oficial”, dos vencedores. E ao ser assim, ela não pode deixar de ser uma *história combatente*, pois é na história que as forças do passado e presente se enfrentam e forjam as condições do vir-a-ser²². Foi José Honório Rodrigues, quiçá o maior e mais importante historiador brasileiro de todos os tempos, quem descreveu a necessidade do combate em história. No pequeno ensaio contido em seu livro *Vida e História* o autor sugere que o dever do historiador não é para com os mortos e sua maior determinação deve ser a de (re)escrever uma história “engajada e não alinhada, partidária e não neutra, combatente e não pacífica, livre e não oficial, moderna e não acadêmica, revisionista e não ortodoxa” (Honório Rodrigues, 1966:9-10). Com essa determinação queremos que a história não mais contribua para a manutenção do *status quo*, isto é, que não sirva para dirimir e mitigar conflitos ao invés de explorar nas contradições expostas em momentos decisivos as razões para a mudança. O único desengajamento possível, segue o autor, é o desengajamento da vida, a morte; e o historiador neutro, “alheio aos compromissos da sua vida”, é um homem castrado, sem alma, desgostoso da vida (Idem:10-11).

A história do Brasil deve ser combatida nesses termos, pois de maneira alguma é uma história necessária, “natural”, inevitável. Nossos “heróis nacionais”, aqueles que dão nomes às cidades e às ruas e praças, muitas vezes não passam de personagens vazios e fugazes responsáveis pela manutenção da ordem. Entretanto, é certo que a história não tem um sentido, uma finalidade dada de antemão; a história não é um espírito a ir-se mostrando aos homens. Mas também não é fortuita e meramente espontânea. Na base material, no campo concreto da luta de classes, nossa história foi forjada e assim poderá ser reinventada. A realidade histórica criada a partir deste embate, cria também “necessidades históricas” que os grupos sociais tomam como bandeiras e como metas. Mesmo desacreditando que a história

²² “Nem sempre nessa luta o presente vence o passado, ou aceita apenas aquilo que é vivo do passado; muitas vezes o passado derrota o presente e faz nascer um futuro alquebrado” (Honório Rodrigues, 1966:6).

tenha que correr para o fim desejado pelos homens e mulheres que a constroem, aqui, de certa forma, apresentamos uma necessidade histórica: a necessária superação da ordem ancorada na dependência. No fundo, pensamos que sem o estabelecimento de uma necessidade histórica não há motivos para fazer uma investigação. Neste sentido *ulgaremos*²³ sem receio a nossa história. Com *imaginação* investigaremos suas raízes propondo não mais repeti-la ou estultificá-la, mas revolucioná-la.

Imaginação. “Imaginação distingue-se de invenção”. Esta é a frase final da sexta tese proposta em Bernardo (2006). João Bernardo, grande pensador marxista, expõe sucintamente e em forma de oito teses algumas propostas para uma metodologia da história e nos aponta algumas lições valiosas. Concordando com o que escrevemos acima, o autor afirma que a história sem *seleção, classificação e relação*, isto é, sem julgamento, é mero *caos* formado por fatos. Bernardo quer dizer que *os fatos* são a matéria-prima do historiador, porém para além deles, a história consiste na *relação entre fatos*²⁴ e, ainda mais, na relação de relações. Essas relações são compostas sobretudo por passados que se arrastam e por futuros possíveis. Assim *o tempo* histórico deve ser sobreposto²⁵. Através da sobreposição daquilo que está em extinção e daquilo que está em formação pode-se *perceber as contradições* que movem a história. Aqui é importante compreender que todo processo de dissolução é simultaneamente um processo de formação. Os momentos decisivos – aqueles em que as contradições são postas a descoberto e que os próprios rumos de uma organização social estão em jogo – são os responsáveis por construir a história pois são os únicos capazes de gerar conseqüências estruturais, aquelas que superam a transitoriedade e permanecem.

Além da noção de que a história deva valer-se da análise das contradições que nascem do embate entre passado e futuro, o mesmo João Bernardo apresenta uma proposta metodológica para o estudo da história. Em primeiro lugar aborda a parte descritiva da história. Essa tem a única função de estabelecer um “quadro de possibilidades”. Analisar a história a partir de um quadro de possibilidades delimitado por variantes difere completamente da proposta weberiana de um “modelo ideal”²⁶. O modelo ideal pressupõe uma “teorização às avessas”, não partindo da matéria que dá substância à idéia, mas sim ao

²³ “Esta História que serve à Vida deve julgar. Sim, julgar sem receio de ser acusada de parcial, pois se devemos ser interessados na vida, devemos servi-la desinteressadamente. É impossível ser desapaixonado, imparcial, isolado, indiferente. Ninguém começa com a cabeça vazia, mas cheia de ideias” (Ibid:21).

²⁴ Para Kosik (1976:35-36) os fatos somente são conhecimento da realidade quando entendidos como partes estruturais de um todo.

²⁵ Ver em Gramsci (1987:119) a noção de que o desenvolvimento histórico é uma unidade contraditória no tempo. A própria síntese de múltiplas determinações.

²⁶ “Não adopto o caso típico nem o modelo ideal weberiano, mas um quadro de possibilidades delimitado por variantes. Trata-se de uma aplicação do conceito de estrutura” (Bernardo, 2006:4).

contrário; constrói uma representação ideal sobre um fenômeno ou conceito e a partir desta analisa os fenômenos ou conceitos reais. Ao revés, o quadro de possibilidades é a abertura de um leque de alternativas que surgem em cada momento histórico – é a análise sincrônica. Sobre essas alternativas provenientes da realidade debruça-se o estudioso. Uma análise sincrônica busca compreender que além do rumo que a história efetivamente tomou a partir de um momento crítico, havia uma centena de outros caminhos que ela poderia ter seguido. Por isso, Bernardo frisa que esse quadro de possibilidades contém não apenas tudo o que sucedeu mas tudo o que poderia ter sucedido. O autor busca essa noção e a deriva do filósofo Leibniz, para o qual em seu conceito de contingência *o possível, mesmo sem existência, é já uma realidade*. Fica claro assim que a criação de um quadro de possibilidades é um exercício fundamental de percepção da realidade. Serve como instrumento de medida do grau de conservadorismo e reacionarismo existente na condução, por exemplo, de nossa política nacional. Em nosso caso, somente montando um quadro de possibilidades, isto é, recolhendo o maior número possível de informações sobre o que poderia ter sido a transição da sociedade de castas para a sociedade de classes, podemos ver o pouco que significou efetivamente um processo de transição como a Abolição que possuía imenso potencial transformador. A repugnância à mudança e à qualquer forma de "agitação social" marca o comportamento de nossa classe ociosa. Esta usa de todos os atributos que possui para estancar os processos revolucionários e pretende congelar a ordem da qual é exclusiva beneficiária.

Após a montagem do quadro de possibilidades, deve-se cortá-lo com um vetor, o que Bernardo chama uma “norma geral”. Essa norma é a colocação de uma hipótese, um posicionamento a partir do qual o leque de fatos será transformado em relação de relações. O resultado são as interpretações, o julgamento do autor acerca do quadro de possibilidades convertido em contradição, em História. Em outras palavras, trata-se agora da análise diacrônica. A análise da evolução temporal de determinado fato.

Em nosso caso essa metodologia será aplicada. A descrição factual dos processos de Abolição e Redemocratização nos permitirá a montagem de um quadro de possibilidades. Poderemos ver que nesses dois processos as possibilidades de caminhos a seguir eram amplas, isso porque estamos tratando de momentos históricos decisivos onde as contradições sociais são expostas com maior clareza. O processo abolicionista deve ser analisado pelo menos desde 1850 quando da derradeira proibição do tráfico de escravos. Desta data até a abolição formal em 1888 os agentes sociais, representando seus interesses de classe, expuseram os rumos a que o processo deveria conduzir o país. Genericamente os rumos podem ser julgados

como expressões de uma posição conservadora ou progressista. Essas definições dependem de um critério de análise e queremos designar por conservadora a atitude de conservação da ordem, na época, a ordem agrário-escravocrata e as relações social-produtivas que a envolve. Da mesma forma, a explanação de um quadro de possibilidades em que passado e presente se confrontam numa teia de contradições será feita para o processo de redemocratização. Por fim, sobre esse quadro de possibilidades será colocado um vetor de análise, ou melhor, a hipótese de que houve nesses momentos decisivos, diversas estratégias de conservação da ordem. Como já mencionamos, frente aos movimentos de potencial transformador atuam forças de absorção que, quando suficientemente fortes, mantêm a ordem estabelecida e a reproduzem mesmo quando a alteram. E de que ordem falamos? A ordem da dependência e do subdesenvolvimento.

1.3.3 Método: partida e chegada

*...E assim chegar e partir são só dois lados da mesma viagem.
O trem que chaga é o mesmo trem da partida.
A hora do encontro é também despedida...*
(Encontros e Despedidas – Milton Nascimento e Fernando Brant)

Em discussão anterior concluímos que a ciência serve à descoberta da realidade. A ciência é necessária portanto, exatamente pelo fato de que a realidade não se apresenta aos homens como aquilo que realmente é. A realidade sempre aparece fetichizada (sobretudo no capitalismo sob o fetiche da mercadoria); sempre esconde a essência dos fenômenos que a constitui. Porém, é a partir da aparência que temos a porta de entrada à compreensão e interpretação de um fenômeno. O método científico entra neste momento como elemento que impõe regras à investigação científica e permite a descoberta da realidade. A ciência não existe sem um método de análise do objeto – método é inteiramente diverso de técnica. O método elegido em uma pesquisa será fundamental para sermos capazes de (i) estudar as hipóteses de forma conveniente aos nossos interesses e (ii) apresentá-las de forma consistente e coerente. Na exposição prévia sobre a proposta metodológica de João Bernardo iniciamos a discussão que agora vamos fortalecer. A montagem do “quadro de possibilidades” precisa estar de acordo com algumas categorias de análise elementares que vamos apresentar a seguir.

A *totalidade* é umas das principais categorias do método marxista. Não nos estenderemos sobre sua conceituação. Cabe apenas advertir que considerar a totalidade não

significa considerar todos os fatos²⁷. A análise totalizante consiste em perceber que há íntima conexão entre um fenômeno e a estrutura a qual pertence; ou que não se pode compreender um fenômeno a partir de um fato isolado. Em nosso caso será fundamental colocar a Abolição e a Redemocratização dentro de um quadro estrutural a qual pertenceram e entendê-los a partir daí, a partir da *decomposição do todo*. Os dois processos não foram frutos de espontaneidade ou acaso. Estão ligados ao modo de organização social que com o passar do tempo deixaram de representar e passaram a exigir mudança, ou ao menos “mudancismo”. O pensamento crítico tem de ser capaz de desvendar a conexão entre o fenômeno e sua estrutura; entre o fato e a realidade²⁸.

Além desse desvendar, a análise totalizante permite que o ponto de partida de uma pesquisa seja *formalmente* idêntico ao ponto de chegada. Essa é uma noção clássica do marxismo em que um fenômeno contém em si a tridimensionalidade do tempo; isto é, em um fenômeno estão contidas as razões de seu estabelecimento e de seu findar. Vieira Pinto chama a isto de uma “corrente contínua de transformações”. Trata-se de uma análise dialética que observa na história as contradições e o movimento que elas originam e/ou impulsionam. Para Vieira Pinto cada fenômeno contém em si uma “ligação dialética com o conjunto de condições que o precedem e das quais procede, e ao mesmo tempo nele já está inscrita a determinação da sua transformação em outro, que lhe sucederá” (1985:208)²⁹. Assim, tanto a abolição quanto a redemocratização serão entendidas como processos sínteses onde culminam o fim e o início. A instituição da escravidão já contém em si o seu fim; a instauração de uma ditadura contém em si a sua dissolução. Isso porque a partir do momento em que um fenômeno se estabelece, passam a atuar sobre ele forças que exigem sua superação, mesmo que incompleta. A máxima exposta no Manifesto Comunista, “tudo que é sólido se desmancha no ar”, nos é fundamental e explica uma noção dialética da história. A tridimensionalidade do tempo, termo criado por Karel Kosik (1976:217), trata do mesmo assunto e mostra que em cada fenômeno, ou em cada situação *presente*, está contida uma ligação com o passado (pressupostos) e o futuro (conseqüências).

Por outro lado, a ideia de uma partida formalmente idêntica à chegada diz respeito ao “caminho do conhecimento”. O conhecimento parte do concreto, em seguida eleva-se ao abstrato e retorna ao concreto, não mais como iniciou, mas como concreto pensado. A

²⁷ Consultar Kosik (1976:35-36). Consultar também Vieira Pinto (1985), pgs. 200-201 e 208-209.

²⁸ “O método científico é o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos [...] o fato é a cifra da realidade” (Kosik, 1976:46).

²⁹ Ver também em Vieira Pinto, 1985:390, a noção de que o universal está contido integralmente no particular.

aplicação desse procedimento metodológico em nossa pesquisa, que pode ser resumido na decomposição e composição do todo, pode ser feita da seguinte forma: todos nós temos uma imediata compreensão, por mais rudimentar que seja, do processo abolicionista. Entendemos a abolição de algum modo, como dádiva, como lei, como conquista, etc. Todavia, somente quando ultrapassamos essa barreira fenomênica podemos compreender a realidade. É aí que entra a capacidade humana de abstrair, de teorizar e de entender as conexões ocultas e os significados que envolvem um fenômeno. Após essa abstração retornamos ao concreto e com ajuda de uma “norma geral” como a descrita acima, voltamos à abolição para compreendê-la como uma *reforma* que impede a transformação revolucionária da ordem. A partida e a chegada são as mesmas: *o real*. Entretanto, não chegamos como partimos pois o método nos permite a compreensão do real para além da aparência³⁰.

³⁰ Sobre esse método, consultar Kosik (1976:29-30). Originalmente esse método foi exposto na pequena seção escrita por Marx sobre *o método da economia política* – consultar Marx (1978), pgs. 116, 118 e seguintes.

*Há muito tempo
Nas águas da Guanabara
O Dragão do Mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu.
Conhecido como navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas.
Rubras cascatas
Jorravam das costas dos santos
Entre cantos e chibatadas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do feiticeiro
Gritava então:
Glória aos piratas,
às mulatas,
às sereiras...
Glória à farofa,
à cachaça,
às baleias...
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais.
Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais.*

O mestre-sala dos mares
João Bosco & Aldir Blanc

2 Abolição da Escravidão

A história do Brasil está profundamente atrelada à existência da escravidão. Ao menos formalmente, o regime de trabalho escravista perdurou por mais de três séculos e meio e, numa visão geral, vemos facilmente como as esferas formadoras da sociedade têm esta instituição como seu centro condicionante. Dada sua importância para os diversos ciclos de acumulação e para as elites que os representavam, resistiu impiedosamente a mais de meio século de ataques constantes favoráveis a sua abolição. Impossível esperar que uma instituição com essa força tenha sido extinta a partir de um ato jurídico promulgado pela Princesa regente. Transcendendo a atuação dos atores que a defenderam ou a acusaram, a escravidão traumatizou toda a sociedade ao penetrar como um raio na práxis do brasileiro. Tanto pelo lado pessoal/individual quanto por uma visão coletiva/nacional a escravidão é responsável por imprimir em nossa sociedade marcas depreciativas (“males/vícios de origem”) que só poderão ser extirpadas pela sua lembrança e investigação e, evidente, pela construção de uma ordem alternativa democrático-multirracial.

O modo escravista de produção brasileiro foi estabelecido pela violência e, com requintes de crueldade, por ela mantido. A violência não é uma forma de ajustamento social exclusiva do escravismo, contudo, aqui ela tem suas funções ampliadas. Na escravidão, a violência torna-se hábito cotidiano e se objetiva sem pudor tanto no núcleo familiar – em costumes sádicos ou na educação das crianças brancas ricas que recebiam desde cedo um escravo de sua idade para “brincar” – como na produção material (Gama Lima, 1981:55-57). Somente a repressão brutal é capaz de manter o ser humano em situação de total submissão e mesmo de desconfiguração em ambos os sentidos de sua face humana. A escravidão significa a subjugação de outrem em níveis extremos. Uma dominação moral, econômica, jurídica e cultural que grupos humanos dominantes exercem sobre grupos humanos dominados. A existência de grupos dominantes e dominados supõe a existência de uma sociedade desigual que em sua involução luta para manter-se desigual, isto é, a sociedade desigual busca conservar o privilégio. E essa busca é feita em luta constante, ou em *contra-revolução permanente*, que implica na absorção dos seus momentos de potencial transformador. Em nosso caso, a sociedade do privilégio teve início quando os africanos³¹ foram sequestrados de

³¹ Até hoje quando falamos em África tendemos a representá-la de forma generalizada e preconceituosa como um grande continente-país repleto de homens e mulheres pertencentes a etnias “bárbaras” e “inferiores”. Esquecemos, por ignorância sistemática, que a África é um continente formado por países dotados de história e cultura próprias. Desses países, Angola, Moçambique e Nigéria foram as principais fontes da mercadoria

suas terras e de seus modos de vida para virem trabalhar cerca de doze a dezesseis horas diárias em condições miseráveis nas plantações, na mineração, nas cidades, etc. (Idem:102). Com seu trabalho, o “africano” construiu (i) a opulência alheia, (ii) um país que ainda hoje o oprime e repulsa e (iii) certamente contribuiu para a construção da ordem capitalista global.

A importância do escravismo para a formação do capitalismo global é tamanha que merece uma reflexão. A origem do capitalismo está intimamente conectada com a expansão marítima ibérica, com a conquista da América e com o tráfico de escravos que deu base ao sistema colonial de exploração. O escravismo representou uma das fontes da *chamada acumulação primitiva* que Marx (1985) descreveu no capítulo XXIV do livro primeiro d’O Capital. Esta acumulação representa a pré-história do capital e do modo de produção capitalista, configurando-se como seu “pecado original”. Em sua formação, o capitalismo contou com a atuação de “processos idílicos” como a conquista, o extermínio, a escravização e a pilhagem das Índias Orientais, Ocidentais e dos povos Africanos. O sistema colonial como um todo, incluindo todos os processos que envolviam o comércio triangular, foi propulsor da acumulação primitiva pois fez prosperar o comércio e a navegação, além de assegurar mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio do comércio entre metrópole-colônia, uma acumulação acelerada nas metrópoles (Marx, 1985:871). Marx, em ocasião anterior ao *O Capital* e inclusive citando a escravidão no Brasil, já havia escrito sobre a importância desta para a indústria moderna e para o comércio mundial³². A escravidão foi fundamental também para a indústria siderúrgica britânica, uma vez que o transporte, o aprisionamento e os castigos efetuados contra os escravos exigiam muitos instrumentos produzidos em ferro³³ – algemas, argolas, correntes, cadeados, etc. Por outro lado, enquanto nas colônias se iniciava a produção baseada na escravidão, na Europa, sobretudo na Inglaterra, preparava-se a dissolução das vassalagens feudais (idem:833), a expropriação “a sangue e fogo” dos camponeses e sua transformação compulsória em assalariados – com o apoio “legítimo” de uma sanguinária legislação contra a “vadiagem”. Isso seria possível sem as colônias? De que maneira podemos interpretar esse fato? Sem incorrerem em preconceitos etnocêntricos, concluímos que a Europa “larga na frente” e, em termos econômicos, inicia um processo de *aceleração evolutiva*, enquanto a periferia colonizada segue atrás, sob os efeitos de uma *incorporação histórica* (esses conceitos de Darcy Ribeiro serão abordados no capítulo

humana trazida ao Brasil. (IBGE 500 anos de povoamento - <http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html> - acesso em 02/2010)

³² Consultar Marx (s.d.), página 156-157.

³³ Consultar Williams (1975), páginas 91 e 92.

quatro). Não aparecem claras as raízes históricas da dependência? Surgem os “proletariados externos” e uma “elite nacional” débil que se satisfaz em ser o sócio menor do empreendimento capitalista. Apesar de ser uma relação de produção pré-capitalista, o escravismo nasce nas terras tropicais do “novo mundo” completamente subordinado ao capital, dando origem a uma formação socioeconômica *sui generis*. Sob terras roubadas de nossos povos autóctones e com o sequestro de milhões de escravos inicia-se um tipo inédito de acumulação – a Acumulação Capitalista.

Acima citamos o comércio triangular. Este comércio auxiliou a formação da indústria metropolitana e da grande lavoura na periferia³⁴. Os ingleses participavam com navios e demais manufaturas; na África buscava-se a mercadoria humana; e nas colônias se produzia as matérias-primas e se proibia o desenvolvimento de manufaturas. São os germens de um capitalismo global e de uma divisão internacional do trabalho que estabelece a nível mundial uma divisão desigual da riqueza através da dominação política e de um intercâmbio desigual. Neste momento fica claro o estabelecimento de uma diferenciação econômica que nos reserva um lugar especial no sistema. Não um lugar inferior ou atrasado, mas inferiorizado e explorado. De maneira coetânea forma-se o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como dois efeitos de um mesmo processo. Com a escravidão no centro desse lucrativo comércio, pode-se dizer que as cidades de Liverpool e Bristol, símbolos do império britânico, tiveram seus tijolos argamassados com sangue negro (da introdução de *Brogan* ao livro de *Eric Williams*, 1975) e o capitalismo se desenvolveu não em contraste com a escravidão, mas justamente graças a essa instituição³⁵.

2.1 O processo abolicionista no Brasil

Divagamos acima sobre o significado da escravidão, abordando sua importância para o desenvolvimento capitalista (especialmente para a formação da indústria inglesa) e para a formação de um quadro desigual de desenvolvimento e subdesenvolvimento na economia mundial. A importância desta instituição para o Brasil não foi menor. Maior que as proclamações da Independência e da República, a escravidão foi a questão mais importante do

³⁴ Sobre o comércio triangular, consultar Williams (1975) páginas 57, 58, 109, 116 e 117.

³⁵ “O tráfico é, assim, um complemento da expansão manufatureira européia: ela se fará tanto mais rápida quanto mais as áreas produtoras coloniais repousarem no escravismo. *O alvorecer do capitalismo, assim, exige a manutenção das áreas coloniais como escravistas*. O desenvolvimento capitalista posterior [quando, segundo o próprio autor, o capital comercial não mais prevalecer no mundo] exigirá a suspensão do tráfico negro e do trabalho escravo” (grifo e colchetes meus) (Werneck Sodré, 1983:29).

século XIX em nosso país, sendo, de acordo com Fernandes, a única revolução social que se realizou no Brasil³⁶. Enquanto nas proclamações o povo assiste bestializado as decisões intralistas, na Abolição todas as classes de uma forma ou de outra participam do acontecimento, havendo uma alteração na luta de classes. As primeiras são acontecimentos superestruturais que formalizam uma condição posta pela realidade em transformação. A escravidão, por seu lado, diz respeito ao trabalho, isto é, à forma básica de organização que uma sociedade utiliza para produzir e reproduzir sua subsistência e expansão. Defendemos que a partir das relações de trabalho são erguidas as demais instituições da vida social. Assim, sobre o trabalho escravo ergueu-se a possibilidade do lucrativo tráfico de escravos, a grande lavoura, a figura do senhor de engenho, o patrimonialismo e clientelismo, a casa grande e a senzala como símbolos da sociedade brasileira de então. O fim do trabalho escravo, portanto, não pode ter outro efeito senão o de destruir as bases secularmente construídas de toda uma sociedade. A Abolição tem o poder de destruir o estilo de vida e os valores sociais em voga no período, a saber, a posse de terras e de escravos como símbolo de grandeza e prestígio. Advém daí o potencial transformador da abolição da escravidão. Porém, a despeito deste potencial, veremos como as bases radicais e transformadoras desse processo foram absorvidas resultando no mudancismo e na manutenção da ordem internamente desigual e globalmente dependente. O poder contido na Abolição é gradual e estrategicamente efetivado e ao mesmo tempo absorvido pela ordem.

Mesmo após a Independência, a abolição da escravidão nunca ganhou destaque na vida política brasileira. Foi sempre um tema tratado com zelo ou dissimulação. Trata-se de uma instituição que marca o período colonial e o atravessa, sobrevivendo na fase de Independência política. A instituição da escravidão era vista como algo do qual não se podia prescindir posto que sua extinção certamente significaria a “ruína da nação”. Numa *concepção essencialista da história*³⁷, defendia-se que o Brasil era essencialmente agrícola e que não haveria forma de produção possível e na escala necessária sem o braço, o suor e o sangue escravo. Evidentemente, aqueles que compartilhavam dessa opinião eram os setores que dominavam ou participavam com lucro do processo de acumulação e conseguiam expor o

³⁶ “O 13 de Maio delimita historicamente a eclosão da única revolução social que se realizou no Brasil. O enlace da desagregação final do sistema de trabalho escravo com a generalização do sistema de trabalho livre configurava-se como uma revolução no modo de produção, na ordenação da sociedade civil e na consciência social burguesa” (Fernandes, 1989:32).

³⁷ Conrad (1978:123) resgata discursos da época abolicionista e um deles exemplifica muito bem tal concepção ao afirmar que o Brasil não poderia libertar seus escravos, tal como a Grã-Bretanha não poderia destruir suas máquinas. Ou seja, o Brasil estaria divinamente predestinado à produção agrícola-latifundista enquanto à Inglaterra seria reservado o direito à produção industrial.

seu interesse particular como um interesse universal. Esses donos do poder eram em sua grande maioria os traficantes nacionais e internacionais³⁸, os detentores de terras e de escravos e seus representantes políticos. A manutenção da ordem e a contenção das forças que atuam em prol de sua transformação radical exigem a criação de uma ideologia que favoreça a ordem. Para tanto, nada melhor que lançar a hipótese de que o Brasil seja essencialmente uma grande lavoura. Todavia, lentamente a escravidão foi sendo reinterpretada e tendo sua unanimidade questionada. Essa transformação, que acompanha a evolução econômico-política do Brasil, conduziu à ideia de que a escravidão não mais seria imprescindível. Ao contrário, a escravidão seria responsável por impor obstáculos ao progresso do país e passou a ser moralmente condenável pela coletividade.

2.1.1 A saga abolicionista no Brasil: descrição histórica comentada

A batalha em torno da abolição da escravidão brasileira tem seu início formal em 1823 quando José Bonifácio, expoente do abolicionismo da geração da Independência, apresenta ao parlamento sua *Representação sobre a Escravatura no Brasil*. Bonifácio apresenta um plano de emancipação gradual dos escravos e critica o eixo central da argumentação pró-escravatura, a ideia de que abolir a escravidão seria um atentado ao direito de propriedade³⁹. Até então a questão da abolição havia recebido atenção esparsa e assistemática, como no caso da Conjuração Baiana de 1798. Digno de nota é a legislação portuguesa que instituiu já em 1773, no governo de Pombal, aquilo que quase um século após seria conhecido entre nós como a “Lei do Ventre Livre” (Viotti da Costa, 1998:391 e Nabuco, 2000:38).

A discussão sobre o tema ganharia fôlego quando em 1833 a Inglaterra extingue a escravidão em seu território – depois de já ter extinguido o tráfico de escravos em 1807 – e intensifica a pressão pelas abolições em todo o mundo ocidental⁴⁰. Com muito custo e penar, o abalo decisivo ao sistema escravista brasileiro acontece em 1850 quando é promulgada no Brasil a Lei Eusébio de Queiroz proibindo o tráfico de escravos. A partir daí, com o tráfico

³⁸ Joaquim Nabuco nota que entre 1831 e 1851 um milhão de africanos foram lançados nas senzalas brasileiras, resultando em uma média de 50000 escravos ao ano. Com essa força o tráfico se tornara muito rentável e os traficantes acabavam se tornando donos das fazendas pois os fazendeiros endividados hipotecavam suas terras (2000:67).

³⁹ Citado por Viotti da Costa (1998:396), Bonifácio afirma: “Não vos iludais, Senhores, a Propriedade foi sancionada para o bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais e se tornar de pessoa a coisa? [...] Não é direito de propriedade que querem defender, é o direito da força”.

⁴⁰ Com exceção de figuras como Wilberforce, a atuação da Grã-Bretanha se daria sob um humanitarismo muito lucrativo e oportunista. Esta, reconheceria o Brasil como nação independente com a condição de que o tráfico de escravos fosse abolido (Williams, 1975:189-190).

interprovincial não sendo suficiente para expandir ou mesmo suprir sustentavelmente a quantidade necessária de escravos, a escravidão como instituição entra em declínio. Cabe notar que o tráfico decaiu não pelo respeito à Lei, mas por razões econômicas visto que o tráfico se torna muito dispendioso com o policiamento britânico em alto mar e nos portos de embarque e desembarque. Contudo, a queda somente seria bruscamente acentuada a partir de 1870 quando o movimento abolicionista alcança maior vigor e iniciam as campanhas pela libertação impulsionadas sobretudo pelas sociedades e clubes antiescravistas e pela organização e rebeldia negra.

A cruzada a favor da Abolição da escravidão parecia ganhar força quando em 1831 o Brasil, durante o período regencial, cede às pressões inglesas e promulga uma lei que considera livres os africanos introduzidos no país desta data em diante⁴¹. Pretendia-se extinguir o tráfico de escravos. Porém, (i) a lei permaneceu “letra morta”, (ii) o tráfico seguiu ininterrupto, (iii) “tendo havido mesmo um recrudescimento das importações de negros, à medida que a lavoura cafeeira em plena expansão exigia maior número de braços” (Viotti da Costa, 1998:443). Vê-se claramente que a realidade concreta, isto é, os elementos e forças que constituem e são constituídos pelas relações de produção em cada momento, é movida conforme o interesse da reprodução capitalista e moldada pela classe que a possui em suas mãos. Por que a lei de 1831, mesmo com o apoio do império hegemônico de então, não teve eficácia e não antecipou o processo abolitivo? Com Marx aprendemos que um modo de produção só dá lugar a outro quando vê esgotada a possibilidade de reproduzir ampliadamente a sociedade que produz e já contém em si os germens de sua superação (Marx, 1978:130). Neste sentido, não obstante o início da consolidação do assalariamento, a produção escravista na periferia do capitalismo global ainda cumpre um duplo papel fundamental: o de sustentar o poder da elite dominante interna e o de servir como fonte de acumulação primitiva no centro, dando suporte ao desenvolvimento da produção de mais-valia relativa. Mais especificamente, a escravidão nas ex-colônias sustentava um arranjo político econômico poderoso que englobava aqueles que participavam de maneira lucrativa do comércio triangular. A Inglaterra de David Ricardo, em conflito com sua classe aristocrata e no auge daquilo que consuetudinariamente chamamos Revolução Industrial, dependia da importação barata dos bens salariais para poder se especializar na produção daquilo que “naturalmente” detinha vantagens, as manufaturas.

⁴¹ O artigo primeiro da lei de 7 de Novembro de 1831 é citado por Nabuco: “Todos os escravos que entraram no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres” (2000:41). Nabuco comenta que em face dessa lei metade dos negros ainda existentes em seu tempo eram mantidos ilegalmente em cativeiro.

A pressão inglesa pela abolição do tráfico de escravos, um dos braços da manifestação de um imperialismo que visava constranger o mundo e mantê-lo aos seus pés, até então era baseada na razão diplomática. O imperialismo ibérico marcado pelo “exclusivo colonial” e pela proibição do desenvolvimento de manufaturas nas colônias⁴² foi vencido pelo domínio inglês, que tem como síntese o Tratado de Methuen de 1703 firmado com Portugal. A razão diplomática inglesa chega ao limite em 1845. Em face do “desrespeito” dos brasileiros em fazer cumprir a lei de 1831, mostrando algum esforço por eliminar o tráfico e consequentemente a escravidão, a Inglaterra vê-se obrigada a agir, mesmo que para isso tenha que agredir a soberania de uma nação⁴³. Em 1845 promulga-se o *Aberdeen Act*. A partir daí a Inglaterra concede a si mesmo a permissão para atacar navios que a seu juízo pudessem ser navios negreiros, traficantes de escravos. Inclusive, permite-se atacar navios em áreas pertencentes à costa brasileira, o que geraria incidentes diplomáticos entre os dois países.

O *Aberdeen Act* foi exitoso em seu propósito. Conseguiu constranger o tráfico de escravos que tão prejudicial se tornara à Inglaterra. Como este país já havia abolido o tráfico e a escravidão em seus domínios, as colônias que seguiam produzindo com mão-de-obra escrava obtinham vantagens na competição internacional com os produtos já produzidos mediante o trabalho assalariado⁴⁴. Em virtude do Ato, o governo brasileiro se viu literalmente forçado a ceder e atuar de forma vigorosa para por termo ao tráfico. A Lei Eusébio de Queiroz, de setembro de 1850, foi a responsável por findar definitivamente a importação de escravos. Apesar de haver registros da entrada de escravos até 1852 e um razoável movimento contrabandista, pode-se considerar esta a data definitiva e oficial da abolição do tráfico de escravos no Brasil. Daí em diante, o abastecimento de escravos para as regiões do Sul do Brasil, onde se concentrava forte expansão cafeeira, era feito mediante o tráfico interprovincial. Isto é, a migração de escravos das zonas em decadência açucareira no Nordeste para o Sul. Em função deste novo tráfico o Nordeste brasileiro perde parte de seu contingente escravo e, por consequência, seria a região que posteriormente apoiaria com maior ímpeto a Abolição da escravidão. Neste ponto, é visível como o mundo da produção age como força condicionadora de todas as esferas da sociedade. Abarrotada de escravos e beneficiada pelo crescimento da demanda por café, a região Sudeste, particularmente o Vale

⁴² Consultar: NOVAIS, Fernando. (2005). A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. In: _____. **Aproximações: ensaios de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify. p. 61-82.

⁴³ Historicamente, as agressões a soberania de um país são usualmente praticadas. Quando a negociação “diplomática” não resolve, as nações dominantes usam sem nenhum pudor a via violenta, armada.

⁴⁴ “Uma das principais razões da pressão inglesa, reconhecida por seus executores, era o fato de o Brasil e Cuba competirem vantajosamente com as Índias Ocidentais na produção de açúcar” (Murilo de Carvalho, 1996:279).

do Paraíba e o sul de Minas Gerais, resistirá até os últimos instantes em prol da manutenção da escravidão.

Embora a Lei de 1850 tenha proibido o tráfico oficialmente, o contrabando continuava introduzindo escravos no país. Segundo a lei, esses escravos introduzidos ilegalmente deveriam ser identificados e “exportados” para os portos de origem por conta do Estado. Todavia, com certa negligência das autoridades brasileiras, muitos deles iam parar nas mãos de particulares e seguiam na condição de escravos. Viotti da Costa (1998) conta que os particulares usavam de artimanhas para manter mesmo ilegalmente os “escravos” em seu poder. Transferiam-os de senhor a senhor, que por sua vez emitiam certificados falsos de óbito ou de desaparecimento do escravo. Diante de tal situação e novamente com forte pressão inglesa, a Lei de 1850 ganha em 1864 uma complementação. Trata-se da promulgação de um decreto que determina a emancipação de todos os africanos livres existentes no Império a serviço do Estado ou de particulares (Viotti da Costa, 1998:445). No Brasil a saga da Abolição avança, enquanto nos Estados Unidos ela termina em 1865 depois de uma violenta guerra entre os estados do sul e norte.

As próximas etapas da saga contribuem para alimentar um imaginário positivo sobre a proximidade da Abolição. Primeiro, durante a Guerra do Paraguai no período entre 1864 e 1870. Com a dificuldade em recrutar soldados para a Guerra o governo imperial decide conceder em novembro de 1866 a liberdade gratuita aos “escravos da nação” que pudessem servir no exército e os senhores que os fornecessem receberiam títulos de nobreza (Gama Lima, 1981:91). Na ocasião os senhores aproveitaram a oportunidade para se livrar de escravos indesejados seja por problemas de rebeldia acentuada ou de doenças físicas. Segundo, o apoio oficial à causa da emancipação dos escravos por parte do Império deu-se pela primeira vez em 1867 através da Fala do Trono⁴⁵ – mensagem do Imperador que abria os trabalhos legislativos. De maneira bastante comedida o Imperador declarou que o elemento servil mereceria a consideração dos parlamentares e estes deveriam atender os interesses ligados à emancipação.

No ano de 1869 ocorrem mais três etapas da saga, sendo a primeira delas ainda no contexto da Guerra do Paraguai. Com a derrota deste país em vias de se concretizar, o general em chefe do Exército brasileiro e marido da princesa imperial, Conde d’Eu, exige a abolição da escravidão no território paraguaio e em outubro de 1869 um decreto estabelece a Abolição completa naquela República (Nabuco, 2000:44-45). O ato de exigir do país vencido a

⁴⁵ A Fala do Trono de 1867 está disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/materia/documentos/fala-do-trono-na-abertura-da-assembly-geral-em-22-de-maio-de-1867> – Acesso em Maio de 2010.

Abolição sugeriria que o vencedor atuaria da mesma maneira. Porém, por mais paradoxal que pareça não se cumpriu a “obrigação moral”, como julga Nabuco, de se repetir no Brasil o que fora exigido do Paraguai. Mesmo porque o Brasil contava com um exército composto em parte por ex-escravos. Contudo, se a contradição verificada na Guerra não foi resolvida, no plano interno o ano de 1869 marcou a proibição das vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública e ainda a separação de marido e mulher, de pais ou mães, salvo sendo os filhos maiores de quinze anos (Viotti da Costa, 1998:446). Por outro lado, é também neste ano que o Partido Liberal inscreve em seu programa o apoio a emancipação dos escravos, agitando por todos os modos o país, no Senado, na imprensa e em conferências públicas, como analisou Nabuco (2000:46).

A década de 1870 daria início à queda definitiva da escravidão. Logo em setembro de 1871 seria promulgada, não sem muita disputa⁴⁶, a Lei Rio Branco que seria erroneamente popularizada como a Lei do Ventre Livre. De fato, a lei libertou as crianças nascidas do ventre escravo, todavia, esta não foi a única normatização por ela imposta. Muito mais complexa do que se pensa, a lei (i) obrigava os senhores a cuidar das crianças livres até os oito anos de idade, quando então poderiam optar por receber uma indenização do Estado ou usarem o trabalho dos menores (ingênuos) até os vinte e um anos⁴⁷; (ii) criava um fundo de emancipação para ser usado na manumissão de escravos; (iii) permitia ao escravo o direito de guardar as economias que por diversos meios conseguira reunir e, por conseguinte, o direito de comprar sua liberdade; (iv) libertava os escravos de propriedade do Estado; (v) ordenava um registro nacional dos escravos sendo que os escravos não registrados por seus senhores seriam considerados livres (Conrad, 1978:113-114). Com essa amplitude a lei despertou um debate nacional sem precedentes e sua aprovação motivou dias de ruidosas celebrações públicas. Pode-se considerar que a fonte impulsionadora da lei foi a pressão abolicionista e podemos interpretar que ela funcionou com o objetivo de frear o ímpeto reformista que vinha surgindo. Era o momento de ceder para manter a ordem. Contudo, após a lei, registrou-se aumento nas rebeliões, suicídios e crimes – prova de que os escravos estavam conscientes do que acontecia. Não havia mais como frear a Abolição, restando saber se ela seria ou não capaz de revolucionar a sociedade. Enquanto setores radicais exigiam avanços ainda maiores, as

⁴⁶ Murilo de Carvalho apresenta a oposição feita pelos lavradores da Paraíba do Sul (RJ) à Lei do Ventre em 1871. Alegavam que “o projeto tirava ao senhor a força moral e o tornava suspeito à autoridade e odioso ao escravo. A liberdade parcial decretada pela lei desautoriza o domínio e abre a ideia do direito na alma do escravo” (1996:288).

⁴⁷ Viotti da Costa afirma que a quase totalidade dos senhores optou por manter os jovens como seus servos até os vinte e um anos (1998:454). Nota-se que por essa regulamentação a escravidão duraria mesmo que indiretamente até 1892.

forças da conservação se armavam no influente Clube da Lavoura e do Comércio para resistir à onda abolicionista (idem:116-117). Mesmo que a lei não tenha tocado na questão da educação do ex-escravo e do trabalhador agrícola e que não tenha concedido ao ingênuo médio uma vida muito diferente da do escravo médio, essas forças conservadoras sempre temeram uma revolta escrava e acreditavam que a libertação de alguns escravos fomentaria uma revolta geral. Os senhores contrários à lei antes de sua aprovação, logo que perceberam sua limitação, passaram a considerá-la como a última palavra na questão da escravatura (Idem:145). Não admitiam ceder ainda mais em prol dos escravos.

Os três séculos e meio de escravidão oficial no Brasil encontram na década de 1880 seus momentos derradeiros⁴⁸. Receosos da crescente força abolicionista, os agentes e organizações interessadas na manutenção da escravidão seguiam atuando. Em 1880 é lançado por Moreira Barros (legislador paulista) um projeto de lei com o objetivo de proibir o tráfico interprovincial (Idem:208). Representantes das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo percebiam que a migração intensiva de escravos das províncias do norte e nordeste para as regiões do sul geravam nos fazendeiros daquelas províncias um descomprometimento com a escravidão. Estes, diante da escassez de escravos, logo se uniriam à causa abolicionista. Tal união de fato ocorreu e foi estimulada ainda mais pelas atitudes das províncias do sul que chegaram a cobrar impostos pela entrada de escravos em seus territórios.

Em maio de 1883 a cidade de Fortaleza foi declarada inteiramente livre da escravidão, e no ano seguinte a província do Ceará se tornou a primeira província do Império brasileiro totalmente livre da escravidão. Nesta província, a abolição adquiriu contornos de um movimento de massa com escravos bem informados e politizados. Os fazendeiros por outro lado, temiam a possibilidade de uma revolta que incendiasse a nação (Conrad, 1978:224-225). A abolição seguiria nas províncias do Amazonas e no Rio Grande do Sul, transformando a escravatura brasileira numa instituição agonizante.

Em consonância com os movimentos abolicionistas já espalhados por todo o Império, também no Parlamento a saga da Abolição tem continuidade. Em julho de 1884 o liberal gabinete Dantas lança um projeto de lei que, entre outros, propõe a libertação dos escravos que alcançassem os sessenta anos de idade sem direito a reembolso/indenização para seus donos. Mesmo se tratando de um projeto que propunha uma reforma moderada, sua apreciação desencadeou uma massiva reação por parte dos setores pró-escravistas. Sousa

⁴⁸ Segundo Murilo de Carvalho, a década de 1880 foi quando “pela primeira vez em sua história o país viu algo próximo de um movimento popular autêntico”, abrangendo desde “ex-escravos e operários até elementos da própria burocracia estatal, inclusive da magistratura e das forças armadas” (1996:296-297).

Carvalho, um parlamentar paraibano, rejeitou o projeto Dantas chegando mesmo a classificá-lo como um princípio comunista (Conrad, 1978:265-266). A disputa em torno do projeto ganha ares de luta política e da aliança entre conservadores e liberais dissidentes resultou a queda do ministério Dantas e a formação do gabinete Saraiva. O novo gabinete, agora conservador, desfigurou o projeto original. A lei aprovada em setembro de 1885 já sob o poder também conservador do gabinete Barão de Cotegipe, com beneplácito do Imperador que segundo os abolicionistas havia se rendido aos fazendeiros, dava direito de indenização aos proprietários e, por outro lado, libertava os escravos de sessenta anos com a condição de que trabalhassem de graça por mais três anos ou até alcançarem a idade de sessenta e cinco anos – essa seria uma maneira de compensar seus senhores.

Antes da Abolição definitiva em 1888 quatro fatos importantes do processo abolitivo precisam ser resgatados. Em primeiro lugar, Cuba declara em 1886 sua Abolição, deixando ao Brasil o título de única nação do ocidente a permitir oficialmente a escravidão em seu território. Em segundo lugar e ainda em 1886, é posto fim ao flagelo físico do escravo através da proibição da pena de açoites (Gama Lima, 1981:44-45). No ano seguinte, a igreja católica, que tem entre as suas principais características históricas a contradição e a hipocrisia, finalmente se manifesta contrária a escravidão⁴⁹. Por fim, também em 1887 o exército publica um documento em que solicita à Princesa Isabel que não mais lhe atribuisse a missão agora desonrosa de perseguir e capturar escravos fugitivos (Viotti da Costa, 1998:502 e 506).

Enfim, no ano de 1888 é decretada a lei que extingue imediata e incondicionalmente a escravidão. Em sua votação recebeu apenas nove votos contrários e, destes, oito eram de representantes da província do Rio de Janeiro. Segundo Viotti da Costa este era o último protesto da lavoura fluminense, aquela que mais duramente fora atingida pela abolição e que a defendeu até os últimos instantes (1998:507-508). Composta por dois curtos artigos a Lei Áurea, como foi então denominada, institui o seguinte: *É declarada extinta a escravidão no Brasil; Revogam-se as disposições em contrário*. Sem indenização aos proprietários a Lei Áurea consolidou um fato consumado. Ao invés de uma concessão a Lei deve ser interpretada como uma inevitabilidade decorrente da pressão reformista abolicionista e negra que foi cuidadosamente absorvida no decorrer do processo. Depois de décadas de resistência, a reação escravocrata não tinha mais força para suportar a pressão abolicionista. Sobre a lei de

⁴⁹ A escravidão, por princípio, entra em conflito com a concepção católica do mundo. Todavia para conciliar escravidão e catolicismo foi preciso converter aquela numa relação aparentemente misericordiosa e piedosa. Considerando o escravo como um bruto, na fronteira entre o paganismo e a animalidade, o senhor seria o generoso responsável por prover sua sobrevivência dentro das normas cristãs (Fernandes, 2007a:118-119).

13 de maio de 1888 resume Caio Prado Junior: “Quanta luta, quanto heroísmo também para arrancar estas duas frases tão simples, mas tão eloquentes ao mesmo tempo, do reacionário e escravocrata Império brasileiro!” (1994:182). A liberdade, ainda que tardia e formal, estava instaurada em nosso país.

Mediante a exposição cronológica de datas importantes fizemos uma rápida reconstituição do processo abolitivo brasileiro. Porém, a história não é constituída por datas e seus respectivos “heróis”, mas sim pelo movimento real no qual classes conflitantes disputam a configuração do futuro a partir do plano material. A história dos “heróis” é a história oficial, aquela que exclui o povo e os vencidos de suas considerações. Neste sentido, cabe acrescentar que a Abolição, conquistada por meio de reformas lentas e pausadas, foi uma verdadeira via-crúcis em que estiveram presentes na disputa diária os escravos com sua rebeldia e os brancos que desejavam a superação desse cruel regime de trabalho.

2.1.2 Caracterização do potencial transformador: rebeldia negra e as bases de uma revolução burguesa

A caracterização do processo abolitivo brasileiro como possuidor de um potencial transformador da ordem implica em duas questões. Primeiro, pressupomos que existisse na época, mais precisamente entre 1850 e 1888, condições materiais e ideológicas para que a Abolição da escravidão pudesse ir além do que realmente foi. Segundo, o potencial expresso nessas condições despertou a ação dos atores interessados na manutenção da ordem forçando que a configuração da sociedade fundada em 1888-1889 mantivesse características conservadoras, próprias do período colonial-imperial. Trataremos agora de expor o que nos permite afirmar a existência de um potencial transformador no processo abolitivo. O que nos importa é mostrar como existiam condições para a mudança dentro de um quadro de possibilidades que tem como eixo central a rebeldia negra e as propostas de uma revolução burguesa. Todavia, a contra-revolução permanente impede o estabelecimento de ambas mediante a imposição de diversas estratégias de acomodação de insurreições sociais e revoltas políticas. A contra-revolução realiza a mudança social de forma parcial, absorvendo seu conteúdo mais progressista. O resultado deste processo é a manutenção da ordem que interessa aos donos do poder. Em poucas palavras, cabe frisar que não faltam no Brasil oportunidades de mudança ou revolução social. Nossa história não é cordial, mas cruenta, como defende Honório Rodrigues. As agruras da realidade diária despertam nos homens e mulheres atitudes e comportamentos inconformistas, rebeldes e revolucionários. Porém, tais

atitudes e comportamentos ainda não chegaram a adquirir a força necessária para romper definitivamente com o regime estabelecido, que centraliza o poder, a riqueza e o prestígio social nas mãos de minorias dominantes.

As teses românticas sobre a escravidão brasileira já foram criticadas e superadas há muito tempo. Alardear a existência de um convívio duradouro e harmonioso entre senhor e escravo não passou de uma tentativa de mistificação da realidade. A escravidão no Brasil, como em todo lugar onde perdurou oficialmente, não foi isenta de luta e sangue. Assim, desde os primórdios da conquista portuguesa os negros escravizados se rebelaram e ousaram se organizar em pequenos ou grandes grupos para se oporem à condição na qual se encontravam. O negro escravizado é um rebelde em potencial fruto do sistema de total opressão e violência no qual (sobre)vive. Neste sentido, Honório Rodrigues, afirma que a Abolição não pode ser encarada como uma dádiva dos senhores, mas sim como uma conquista dos escravos, ajudados por brancos ou negros livres, “cuja consciência iluminada os fez servir desinteressadamente à História” (1970:67). A insurreição racial, escreveu o autor, foi um processo contínuo, permanente e não-esporádico.

A revolta escrava se manifestara de diversas maneiras, ressaltando-se as fugas, as insurreições contra a ordem, a queima de canaviais e lavouras, os crimes contra os senhores e sua família, os suicídios, a formação de quilombos, o “trabalhar de má vontade”, o ato de embebedar-se, a depredação de instrumentos, o envenenamento de animais, etc. As fugas eram tão constantes que resultaram na criação de uma profissão, o capitão-do-mato, e de uma seção nos jornais especializada na oferta de recompensas àqueles que recuperassem aos senhores os escravos fugidos. Elas desorganizavam a produção e podiam até suspender colheitas. Os suicídios podem ser considerados a forma mais dura de resistência dos escravos. Muitas mães escravas preferiam findar a própria vida a ter que entregar seus filhos à escravidão. O suicídio é uma forma de protesto e uma alternativa compreensível na situação da escravidão, podendo-se dizer que a morte foi quem mais libertou os escravos⁵⁰. A formação de quilombos, por sua vez, permitiu uma organização societária paralela à oficial. Da organização coletiva negra, forjada nos quilombos, surgem as lideranças negras que

⁵⁰ “Imperador – Também posso mandar matar você.

Mendigo – Então já não vai chover na minha cabeça, os insetos vão embora, meu estômago vai me deixar em paz e haverá o maior silêncio que já conheci.” (da peça *O mendigo ou o cachorro morto* de Bertold Brecht).

desafiavam a ordem com saques, sequestros e principalmente a convivência comunitária a despeito da ordem escravocrata⁵¹.

O poder potencial da organização negra era tamanho que forçava a criação de uma legislação exclusiva para reprimir a “ameaça subversiva”⁵². Honório Rodrigues oferece três exemplos: o Alvará de 1741, o Código Penal de 1830 e a Lei de 1835 (esta em resposta a revolta dos Malês na Bahia⁵³). Essa legislação permitia cortar as orelhas dos pretos fugidos e também marcá-los com um F; permitia a prática dos açoites, bem como a pena de morte aos líderes de uma insurreição e de galés perpétuas aos demais participantes; também permitia a pena capital aos escravos que matassem ou ferissem seus senhores (Honório Rodrigues, 1970:73). A rebeldia era tão forte e tão constante que Honório Rodrigues, através da pesquisa em relatórios ministeriais, provinciais e policiais, conclui a existência de um “estado geral de rebelião pelo país, um estado de guerrilha generalizada, indiferente às regras das instituições monárquicas” (Idem:74). No mesmo sentido, Viotti da Costa resgata a observação do viajante Couty, para o qual uma revolução social no Brasil parecia iminente (1998:365). Em face dessa documentação histórica o negro não pode ser colocado como um conformado, mas como um dos agentes desencadeadores e propulsores do processo abolicionista. O inconformismo diante da situação aviltante só era contornado com a repressão direta ou indireta, isto é, com a violência ou com a “conciliação”. O conformismo e a obediência, quando não obtidos pela força, fora conseguido pela concessão, pela estratégia da cêndencia. As reformas adiadas ou feitas “aos pouquinhos” e “aos remendos” são o resultado do esforço vitorioso dos defensores da estática social.

Vimos que a rebeldia negra deixava as elites num constante estado de ameaça, pois criava a possibilidade de uma insurreição⁵⁴. Da década de 1850 em diante, e sobretudo a partir da década de 1870, a rebeldia negra tomou traços incontornáveis. Os registros jornalísticos da época e os documentos parlamentares atestam o temor em que viviam os donos do poder.

⁵¹ “O quilombo se apresenta como a melhor alternativa para o negro fugido, dando-lhe maiores condições de defesa e sobrevivência e ampliando-lhe a consciência de si mesmo como pessoa, na medida em que o integra em uma comunidade que se organiza fora do sistema no qual é coisificado enquanto força de trabalho” (Gama Lima, 1981:33).

⁵² Aliás, esforços para conter “ameaças subversivas” são uma constante no Brasil. Aquilo que ameaça somente aos donos do poder é generalizado a toda sociedade. Esse é um dos traços da cultura do medo que sustentam nossas democracias totalitárias contemporâneas.

⁵³ A revolta dos Malês pode ser encarada como uma luta pela preservação da cultura e religião negras. Cultura e religião serviram como elementos de conscientização e aglutinação formando um movimento de reação à aculturação (Gama Lima, 1981:69 a 71).

⁵⁴ “Os escravos formavam a massa da população, uma maioria potencialmente perigosa e, se pudesse explodir, incontrollável. Eram, assim, percebidos e representados como ‘inimigos da ordem’ pública e privada” (Fernandes, 2007a:119).

Podemos dizer que se consolida aí a necessidade de uma contra-revolução permanente por parte das classes dominantes, ou seja, a resistência e oposição ante qualquer tentativa de mobilização, protesto e revolução social. Nos discursos de parlamentares não raras vezes encontramos alusões ao suposto caos que seria instaurado em caso de anuir aos anseios abolicionistas. A Abolição era associada à própria ruína do país, o que é falso porque seria a ruína de uma classe, mas a aurora do contingente escravo. Ainda em 1867, Nabuco de Araújo (pai de Joaquim Nabuco), em menção à Abolição da escravidão caracteriza o estado de ameaça escrevendo que “no Brasil o perigo é mais sério e mais grave, está conosco, o perigo está dentro do país, pode surpreender-nos, afetar a ordem pública e a sociedade civil” (Citado por Honório Rodrigues, 1970:72). No mesmo sentido, o Barão de Cotegipe afirmara sobre os “efeitos subversivos da abolição”, dizendo que as reivindicações abolicionistas chegariam a exigir a divisão de terras, inclusive com o risco de se decretar expropriações sem indenização (Idem:84).

Em face desse “risco subversivo”, as tropas imperiais estavam sempre dispostas a aniquilar qualquer traço de insurreição e as milícias privadas para caçar os “negros perigosos”. Esperava-se que a qualquer momento poderia irromper uma revolta negra de proporções irrefreáveis. O temor das elites nacionais estava estampado em diversos pronunciamentos registrados em anais e periódicos da época. José Bonifácio, em 1823, temia que os escravos se transformassem em inimigos domésticos que nada tivessem a perder e, pelo contrário, muito tivessem a ganhar com uma revolução semelhante à de São Domingos⁵⁵ (citado por Gama Lima, 1981:27). Tempos depois, em 1870, novamente o senador Nabuco de Araújo, referindo-se às discussões em torno da lei do ventre livre, alertava em sua célebre frase: “o pouco serve hoje, e o muito amanhã não basta”. Mais do que nunca era preciso fazer uma reforma controlável antes que o povo fizesse a revolução nas ruas. O senador sabia que amanhã, além da abolição, entrará na disputa a terra, a educação, a arte, a felicidade, a diversão e o balé... Isso porque, seguia o senador, “não quereis ter os inconvenientes econômicos por que passaram as Antilhas inglesas e francesas, correis o risco de ter os horrores de São Domingos” (citado por Nabuco, 2000:46-47)⁵⁶. Os “horrores de São

⁵⁵ Os proprietários de escravos temiam o que na época já se conhecia como “haitianismo”, como atesta Murilo de Carvalho, 1996:270-271. Para se ter uma ideia, o filósofo brasileiro Miguel Lemos (1854-1917), co-fundador da Sociedade Positivista Brasileira de 1876, dedicou seu livro *O positivismo e a escravidão* ao herói negro de São Domingos com essas palavras: “À Santa Memória / do/ Primeiro dos Pretos/ Toussaint Louverture/ (1746-1803),/ Ditador do Haiti. Promotor e Mártir/ da liberdade/ de sua raça” (citado por Bosi, 1992:236). Sobre a atuação progressista de Miguel Lemos, conferir Viotti da Costa páginas 429, 436 e 437.

⁵⁶ Eric Williams escreve que já na década de 1820 e principalmente a partir de 1831 as revoltas em Barbados e na Jamaica (Antilhas Inglesas) se intensificam. Os escravos promovem uma insurreição, conhecem sua força e

Domingos” é nada mais que uma revolução negra e Rui Barbosa alertava no mesmo sentido: “As concessões moderadas que hoje recusardes amanhã já não satisfarão a ninguém” (citado por Werneck Sodré, 1983:145). Ainda sobre o tema, João Severiano Maciel da Costa, em 1821, temia um levante dos cativos contagiados por ideais de liberdade e igualdade que pairavam por São Domingos e Barbados (Viotti da Costa, 1998:394). Em face desse “horror” que representaria uma insurreição o negro rebelde era classificado como um elemento perturbador da ordem, possuidor portanto de um potencial transformador prestes a ser efetivado. Não sem motivo, a resistência escravista, organizada em quase todos os municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na forma de clubes da lavoura, possuía milícias privadas e tomava as medidas que julgasse eficazes contra o abolicionismo em geral. Christiano Ottoni, senador do Império e da República, notava que os interesses escravistas constituíam um verdadeiro Estado dentro do Estado (Gama Lima, 1981:104). A necessidade de organização massiva da ala escravista é decorrente de uma franca ameaça a ordem. Luiz Carlos de Lacerda, abolicionista radical atuante na cidade de Campos dos Goytacazes e diretor de um importante jornal abolicionista, era um dos símbolos dessa ameaça ao cogitar um levante geral da massa escravizada contra aqueles que impediam a Abolição pacífica (Idem:105-106)⁵⁷.

A rebeldia negra somava-se então num quadro histórico de possibilidades da construção de uma sociedade de tipo novo, para além do patriarcalismo senhorial, em direção a liberdade e democracia. Os processos de independência da América espanhola comandados por figuras como Bolívar, San Martín e Artigas, que traziam em seus ideais uma pátria grande, para todos. A existência de revoluções como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e Pernambucana (1817). A presença do socialismo utópico no Brasil, contando com a experiência do Falanstério do Saí e do livro de Abreu e Lima sobre *O socialismo* (publicado em 1855). A revolução farroupilha, inspirada nas revoluções ocorridas no Uruguai e Argentina, se reveste com desejos de igualdade e de libertação dos escravos⁵⁸. As menções a Marx e ao comunismo, já na década de 1870. Em discussão sobre a Lei do Ventre Livre no ano de 1871, por exemplo, um deputado julgava o projeto como uma “inspiração comunista”

reivindicam sua liberdade de maneira coletiva e organizada. A emancipação era um fato consumado, bastando resolver se ela viria “de cima” ou “de baixo” (1975:228 a 230).

⁵⁷ Em seu jornal, o *Vinte e Cinco de Março* (título em homenagem a data da Abolição cearense), Lacerda ameaça os escravistas com a possível sublevação desse “exército sombrio, de um milhão e duzentos mil homens que sente o coração esgotado de lágrimas, e a fronte escaldada pela febre de liberdade, preferindo mil vezes as galés públicas ou a morte ao estado abjeto em que se acham, nus, famintos, seviciados, loucos de desespero” (Matéria de 1884 citada por Gama Lima, 1981:126).

⁵⁸ Breve discussão sobre a Revolução Farroupilha pode ser encontrada em:

http://www.iela.ufsc.br/index.php?page=latino_americano_artigo&id=1494 – acesso em 09/2010.

ligado à Internacional (Viotti da Costa, 1998:421). Todos esses fenômenos somente citados superficialmente servem como base histórica para o intumescimento das possibilidades de transformação radical da ordem, isto é, já se tinha experiência histórica suficiente para que o desejo de ruptura viesse à tona e se concretizasse. Os fenômenos servem para enquadrar a Abolição como o “perigo” final à sobrevivência da ordem. Os fazendeiros, que apesar da existência do Parlamento e do Imperador eram os donos do poder, sabiam que a questão da abolição não era somente uma discussão sobre mão-de-obra escrava ou livre. O que estava em jogo era sua existência enquanto classe dominante, pois todo o status colonial estava sendo colocado em xeque pelas forças radicais em gestação. Além da rebeldia negra, podemos destacar o movimento abolicionista entre essas forças. Esse movimento desempenhou papel importante para aumentar a ameaça à velha ordem.

O crescimento do movimento abolicionista foi fundamental para acelerar o processo abolitivo. Suas intenções e ações demonstram o compromisso com a mudança da ordem que vimos denominando como colonial-imperial – ordem dominada pela célula básica da sociedade de então, a grande lavoura e seu mandatário. Em nossa análise, as ações dos grupos abolicionistas iam muito além da filantropia, do humanitarismo e, porque não, da demagogia ou do oportunismo. Evidentemente, não chegavam a propagandear a construção de uma revolução negra, porém procuravam “reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade” (Nabuco, 2000:13). Tratava-se da integração do negro como “elemento permanente da população” (Idem:14) sem perder a preocupação vital que, segundo Fernandes, era a continuidade e o ritmo de expansão da ordem social competitiva (2007a:126). Nota-se portanto, na atuação abolicionista os traços de uma clássica revolução burguesa que estava por se desencadear no Brasil. Tendo como referência a evolução do capitalismo no Brasil, a promoção de uma revolução burguesa era a tarefa politicamente progressista da época. Esta revolução é caracterizada ao menos por cinco pontos importantes: a reforma agrária, a generalização da educação, a consolidação do trabalho livre e assalariado, a garantia dos direitos civis a toda população e a reforma do Estado – ao qual Nabuco se referia como o “poder coletivo que representa apenas os interesses de uma pequena minoria” (Idem:146). Esses cinco pontos entravam em completa contradição com o regime colonial-imperial de então e buscavam eliminar por completo as raízes que ainda nos ligavam ao passado colonial. Joaquim Nabuco, ao classificar o abolicionismo, dizia:

“Nós, os abolicionistas, somos um sistema baseado no sistema da pequena propriedade, na mobilização do solo, no imposto territorial, no parcelamento da terra, e não na hipoteca da grande propriedade

vinculada, como nos tempos dos morgados. Somos, enfim, pela *democratização do solo*” (grifo meu) (citado por Honório Rodrigues, 1970:87).

Importante frisar e esclarecer o significado da expressão “nos tempos dos morgados”. Morgado significa tanto (i) a propriedade ou conjunto de bens que não se pode alienar ou dividir e que pela morte do proprietário passa ao filho mais velho, quanto (ii) a posse desses bens. Podemos interpretar que Nabuco defendia a criação de uma espécie de mercado de terras, ou seja, defendia o acesso à terra por outros meios que não os títulos de nobreza e herança. Sobre o tema da terra, ainda no início do século José Bonifácio propunha um projeto de lei com o seguinte artigo: “Todos os homens de cor forros, que não tiverem ofício ou modo certo de vida, *receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem*, e receberão, outrossim, dele os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo” (grifo meu) (citado por Nabuco, 2000:36). Questões como essa – a integração do negro pela terra – davam ao processo abolitivo um potencial transformador da ordem colonial-imperial.

Por outro lado, a escravidão tornava o trabalho manual uma desonra aos olhos dos homens livres e retardava o aparecimento de indústrias, bem como do empresário “homem de negócios”. Também fortalecia a suposta “vocação agrária” brasileira, confirmada na clássica frase proferida pelo senador Silveira Martins: “o Brasil é o café, e o café é o negro”. Segundo Nabuco, o senador define o Brasil como fazenda, como empresa comercial de uma pequena minoria de interessados (Idem:113). Mostrando a força progressista do pensamento liberal-burguês de sua época, Nabuco acrescenta que o latifúndio escravista impede a formação de núcleos de população industrial e a extensão do comércio interior; impede a divisão da terra e promove o seu mau uso com o ciclo de plantio, colheita e abandono; consome os lucros com mais escravos e luxos e não com escolas, máquinas, indústria e infraestrutura (Idem:114-115).

Dito isto, Joaquim Nabuco deixa explícito no início de seu *O Abolicionismo* que a Abolição é em si apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Depois de conquistada a Abolição era ainda preciso *apagar todos os efeitos do regime que durou três séculos*. O instrumento mais eficaz para terminar com a estratificação que resultara em “despotismo, superstição e ignorância” seria a “educação viril e séria”. Era preciso adaptar cada um dos aparelhos da nação à liberdade (Nabuco, 2000:3). Contudo, a liberdade para Nabuco seria conquistada no Parlamento e não nas ruas ou nos quilombos. No entanto, mesmo sem desejar, a defesa da Abolição pela via parlamentar apenas ampliou e legitimou a rebeldia negra mencionada anteriormente.

Figuras como André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama, Antônio Bento, Silva Jardim, Rui Barbosa, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e outros de menor expressão, pertencentes ao movimento abolicionista radical-progressista e a instituições como o Partido Republicano e o Partido Liberal, além da corrente de pensamento positivista, desejavam ardentemente revolucionar o Brasil com ideais burgueses fundamentalmente contrários à ordem tradicional estabelecida. De acordo com Bosi esse perfil antiescravista radical desejava

“redimir um passado de abjeção, fazer justiça aos negros, dar-lhes liberdade a curto prazo e integrá-los em uma democracia moderna. No horizonte, viam um regime escorado na indústria, no trabalho assalariado, na pequena e média propriedade, no ensino primário gratuito, no sufrágio universal [...] concebiam a abolição como medida mais urgente de um programa que se cumpriria com a reforma agrária, a democracia rural (a expressão é de Rebouças) e a entrada dos trabalhadores em um sistema de concorrência e oportunidade” (1992:234).

Para o grupo antiescravista, após libertado, o escravo deveria se transformar em operário com número de horas previsto em lei, folga semanal e salário razoável (Idem:236). André Rebouças criticava duramente o latifúndio e os *landlords* e propunha avançados planos para o estabelecimento de uma “democracia rural” (Conrad, 1978:196-197). O advogado Antonio Bento, acima citado, é o único abolicionista radical reconhecido por Florestan Fernandes. Permaneceu ao lado dos negros após a Abolição “combatendo tenazmente os abusos cometidos contra o negro e defendendo sua ‘redenção social’” (Fernandes, 1989:56). Consequente com seus ideais, Antonio Bento e seu grupo de caifazes formavam “um verdadeiro núcleo revolucionário”. Facilitavam fugas, promoviam agitações e “desordem”; perseguiam capitães-do-mato e ameaçavam senhores (Viotti da Costa, 1998:491-492).

O abolicionismo radical estampado na democracia rural, na educação ampla e gratuita e no incentivo ao trabalho regulamentado e à indústria, foi até onde pôde. Pretendia, a partir de uma revolução por dentro e contra a ordem, libertar a nação e por consequência a massa escravizada. Almejava alçar o Brasil aos ciclos mais avançados de modernização capitalista. Por sua atuação ser capaz de avançar em pontos cruciais foi limitado pela ordem aristocrata. Assim, o objeto de nossa análise é notar que nem mesmo os pontos pertencentes ao programa liberal e à própria revolução democrático-burguesa foram possíveis no Brasil. A repugnância à mudança é tanta que impede qualquer reforma, mesmo as mais comedidas. A rebeldia negra foi expurgada com a incorporação do imigrante na grande lavoura. Deixado de lado, o negro precisaria sobreviver sozinho numa ordem competitiva para a qual não tinha sido adaptado. Assim, uma divergência que parece inconciliável no seio das classes dominantes logo se faz conciliável em virtude da ameaça representada pela rebeldia das classes exploradas ou por demandas reformistas que ameaçam o controle elitista da sociedade. Os agentes envolvidos

em momentos decisivos, onde a ordem é posta em questão, precisam mostrar quem realmente são e o que realmente desejam. Nessas horas, as forças da reação são capazes de fagocitar quadros antes pertencentes aos grupos desejosos de mudança, ansiosos por uma revolução. Às vésperas da Abolição da Escravidão, onde toda a ordem senhorial-aristocrática estava em jogo, pressionada pela organização negra e pelas propostas burguesas, os donos do poder mostraram-se mais fortes e conseguiram estancar o potencial transformador. O Brasil não adentrara no mundo da indústria e nem fizera a integração cidadã do negro. O Brasil permaneceu o que era: uma grande lavoura exposta aos ciclos comerciais mundiais, um grande país dependente.

2.1.3 Análise do desfecho: o negro refugado e a revolução inconclusa

Do exposto acima, concluímos que a ordem posta em xeque pelo potencial transformador contido na organização negra e no movimento abolicionista de caráter burguês foi mantida sem graves alterações. Os pontos mais fortes que punham em risco os donos do poder foram absorvidos, conciliados ou esquecidos. Isso significa dizer que a sociedade de classes nascente não foi capaz de romper com os padrões institucionais e de ajustamento social reinantes na sociedade de castas colonial-imperial. Desde o ponto de vista da evolução do capitalismo no Brasil, tivemos uma revolução burguesa enfraquecida e inconclusa. A revolução burguesa, naquele momento, era portadora de um papel progressista que dizia respeito à integração do negro na sociedade competitiva de forma não subalterna e ao desenvolvimento das forças produtivas do país. Porém, frações da burguesia urbana de então (i) não foram capazes de levar a cabo o papel que lhes pertencia e (ii) aliaram-se aos setores aristocráticos ligados à grande lavoura e aos estilos tradicionalistas de relação social – predominantemente coronelísticos e patrimonialísticos. As demais frações não herdeiras da classe senhorial e que portanto nada tinham a perder com a dissolução da ordem, mas um mundo a ganhar, não tiveram força suficiente para impor a revolução burguesa. A revolução liberal brasileira conviveu com a escravidão e com os padrões de relação social que essa instituição induz, fazendo com que a promessa liberal autêntica nunca se concretizasse entre nós. O *liberalismo oligárquico* brasileiro usou da “filtragem ideológica” e da contemporização para conciliar e tornar historicamente possível o uso de uma linguagem ao mesmo tempo liberal e escravista (Bosi, 1992:211-212). Por fim, como resultados práticos da revolução inconclusa que vimos descrevendo destacam-se (i) a conservação das grandes

propriedades de terra a despeito das demandas por democracia rural⁵⁹; (ii) a resistência e o desincentivo aos setores industriais nascentes e, por consequência, a pequenez do mercado interno e dos pólos urbanos; (iii) a fraca generalização e formalização do trabalho assalariado; (iv) o alcance reduzidíssimo da educação e dos direitos civis, como o voto, a toda população; (v) a integração repressiva do negro e do mulato, a semelhança do período escravista. Esse ordenamento social mantenedor das características estamentais, que nada mais é do que a atuação da contra-revolução, imobiliza o país em sua condição secularmente dependente. A via gradual adotada pelo processo abolitivo brasileiro, isto é, uma via que não leva ao fim as reformas que propõe, cumpriu, portanto, uma quádrupla função. Primeiro, contentou abolicionistas e liberais menos radicais que deram por encerrado seus trabalhos após ter sido decretada a Abolição; segundo, consolou e acomodou os escravos durante todo o processo criando uma esperança de libertação em breve; terceiro, melhorou a imagem do Brasil perante o centro capitalista que impunha o fim da escravidão; por fim, e mais importante, dava continuidade à produção escravista e ao poderio senhorial-aristocrático. A via gradual é o que chamamos de estratégia da reforma inconclusa e sobre ela falaremos no capítulo final desta monografia.

Só encontraríamos *os traços* de uma revolução burguesa mais de quarenta anos depois da Abolição, quando o governo ditatorial varguista liquida o poderio oligárquico paulista e mineiro. Entretanto, a partir do período varguista a evolução do capitalismo no Brasil e o fortalecimento de uma burguesia nacional nada mais representariam em termos da construção de uma sociedade livre e igualitária. A Revolução necessária, daí em diante, não seria mais democrático-burguesa e sim socialista – como defendeu Caio Prado Junior em seu *A Revolução Brasileira*, opondo-se a corrente dominante no PCB.

Entre os resultados práticos mencionados sobre a revolução inconclusa nos dedicaremos a analisar a situação do negro no momento pós-abolição. Como o movimento negro em efervescência durante a campanha abolicionista não foi capaz de seguir adiante e reservar ao negro uma integração cidadã à sociedade de classes? A análise se justifica pois a democracia brasileira, que ainda hoje é um regime puramente formal, estará sempre incompleta sem uma democracia multirracial. A revolução brasileira, deste modo, é, além de classista, essencialmente racial. Ela tem de ser capaz de romper com o paralelismo existente entre raça e classe.

⁵⁹ “Mantida a propriedade da terra na situação em que estava, a extinção da propriedade do escravo ficava consideravelmente amputada em seus efeitos” (Werneck Sodré, 1983:146).

Florestan Fernandes admite a existência de um “paralelismo fundamental entre ‘cor’ e ‘posição social’”, significando que além da estratificação social existe uma estratificação racial em nossa sociedade. Nota-se sem muita dificuldade que o contingente negro ocupou e segue ocupando, dentro das classes oprimidas e exploradas, as últimas posições em termos de remuneração e acesso a direitos e as primeiras posições no que se refere ao preconceito e à discriminação. No quadro societário formado no pós-abolição foi reservado ao negro uma posição *abaixo dos últimos degraus da economia e da sociedade*⁶⁰. As promessas de adequação do negro ao trabalho livre, necessárias desde o ponto de vista do desenvolvimento de uma sociedade de classes, foram abandonadas. Assim, se enquanto escravo o negro possuía ao menos a ingrata importância econômica e política ao ser o agente exclusivo do trabalho, enquanto liberto o negro passa a ser um refugio indesejável.

O refugio, ou seja, aquilo que é posto de lado como inútil ou desinteressante, é confinado às ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes. Isolado, o negro logo foi se concentrar nos *subúrbios*⁶¹ como estratégia de sobrevivência, buscando condições tradicionais de vida na economia de subsistência (Fernandes, 2008:41). Todo o seu modo de vida, suas tradições religiosas e culturais, da umbanda ao candomblé, do jongo e das congadas ao violão e ao samba⁶², tudo foi diminuído e estigmatizado. De escravo, o negro adquire o título de vagabundo e malandro ao invés de cidadão. A Abolição, longe de ter efetivado seu potencial transformador estampado na rebeldia negra e na revolução burguesa da qual “deveriam se encarregar” as novas elites anti-aristocráticas, significou na verdade a “última espoliação” sofrida pelo negro – uma espoliação que segue sem reparação ainda hoje. Muito se discutiu sobre a indenização aos senhores que perderiam seus escravos, mas não se tomou qualquer medida efetiva para se garantir o futuro do negro. Aprofunda-se ainda mais neste período de transição as raízes históricas da desigualdade social e racial que crescem lado a lado até hoje.

⁶⁰ “Posta, em regra, abaixo dos últimos degraus da economia e da sociedade, a ‘população negra’ via-se excluída do que parecia ser a prosperidade geral, sentindo-se irremediavelmente condenada ao desemprego, ao pauperismo, à desorganização social, à vergonha coletiva e à impotência” (Fernandes, 2007a:297).

⁶¹ Em sua música *Subúrbio* de 2006, Chico Buarque caracteriza os subúrbios como os lugares que não figuram no mapa, não saem em fotos de revistas, não têm turistas e onde Jesus está de costas. Lima Barreto, em seu livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, descreve os subúrbios formados por “casas que mal dariam para uma pequena família”, alugadas à população miserável da cidade. Nesses “caixotins humanos”, acrescenta, “é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino”. Os lugares reservados aos contingentes refugados pela sociedade foram também descritos com primor por Aluísio Azevedo em *O Cortiço*.

⁶² “Madame diz que a raça não melhora / Que a vida piora por causa do samba / Madame diz que o samba tem pecado / Que o samba é coitado devia acabar / Madame diz que o samba tem cachaça / Mistura de raça, mistura de cor / Madame diz que o samba é democrata / É música barata sem nenhum valor”. Esse samba chamado *Pra que discutir com Madame*, composto por Haroldo Barbosa e Janet de Almeida em 1956, imortalizado na versão gravada por João Gilberto, apresenta o preconceito sofrido indiretamente pelo negro. Maiores informações: http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/artigos_madame1.htm - acesso em Julho/2010.

Negando a história, não foram raras as vezes que se proclamou que o drama do negro havia sido resolvido após a abolição. A começar por Joaquim Nabuco que registra essa falsa assertiva: “os escravos, ao receberem a sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão. Não há, assim, entre nós, castas sociais perpétuas, não há mesmo divisão fixa de classes” (Nabuco, 2000:123). A abolição, segundo essa interpretação, selaria o convívio harmonioso entre brancos e negros e, devido à miscigenação e à escassez de um conflito racial aberto e sistemático, inauguraríamos uma era de democracia racial. Essa visão sobre a Abolição confunde tolerância (repressiva) com igualdade, e essa confusão não fortuita livrou o branco de qualquer responsabilidade, afinal, o negro era finalmente “livre”, o que mais poderia querer? “O negro teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao branco, o problema era dele – não do branco. Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade” (Fernandes, 2007a:46-47). Sem as condições para ajustar-se de maneira autônoma à ordem social competitiva e ao mundo do trabalho assalariado o negro passa a viver um processo que Florestan chama de acefalização e branqueamento moral. Para ascender socialmente o negro precisa incorporar e professar os costumes dos brancos, precisa incorporar uma forma de acomodação passiva. Somente ao “negro leal”, ao “negro de talento” ou ao “negro de alma branca” era concedida a permissão de gozar dos privilégios da supremacia branca. Forja-se aí o que Florestan enuncia como um mecanismo de ascensão vertical seletiva e ultra-individualista que consolida o “negro exitoso” como a exceção que confirma a regra. A ascensão vertical se processa apenas individualmente e nunca de maneira coletiva, enquanto classe social oprimida. A existência de tal ascensão manifestada na figura do “negro exitoso”, aquele que afirma a ordem e nela ganha um espaço mesmo que reduzido, livra os brancos de qualquer constrangimento racial. O “negro” elevado ao status de “branco” permite ao branco afirmar a existência de uma democracia racial. Por fim, aos setores que ousassem divergir do tipo de ajustamento social imposto restaria a cooptação, o ostracismo ou a eliminação⁶³.

Os traços de um liberalismo clássico encontrados em figuras como o Barão de Mauá e Joaquim Nabuco, defensoras da “modernização” do Brasil em direção à indústria e à liberdade, não foram capazes de suportar a reação imposta pela contra-revolução que formou os mecanismos supramencionados. O liberalismo brasileiro conviveu, não sem críticas, mas certamente sem ruborizar-se, com a escravidão e o latifúndio do mesmo modo que nossa Independência política não ousou tocar na escravidão, apesar de já haver propostas sobre o

⁶³ Para aprofundar os temas tratados neste parágrafo consultar Fernandes, 2007a, páginas 29, 33, 45, 123 e 293.

tema⁶⁴. O liberalismo brasileiro importado da Europa e dos EUA, filtra o que lhe convém, adaptando a ideologia e utopia liberal aos limites práticos impostos pela realidade senhorial-escravocrata⁶⁵. A fraqueza de nossa revolução liberal de cunho democrático-burguesa teve sérias conseqüências e uma delas diz respeito a evolução do capitalismo brasileiro. Florestan lança a hipótese de que os problemas dos negros e dos mulatos “são, acima de tudo, um problema gerado pela incapacidade da sociedade nacional de criar rapidamente uma economia capitalista expansiva, capaz de absorver os ex-escravos e os libertos no mercado de mão-de-obra” (2007a:87). E mais adiante acrescenta:

“Sob o capitalismo dependente, o sistema de classes é incapaz de exercer todas as funções destrutivas ou construtivas que exerceu nos países capitalistas desenvolvidos. Dois processos se verificam conjuntamente – a modernização do arcaico e a arcaização do moderno, como fator normal de integração estrutural e de evolução da sociedade” (Idem:91-92).

Florestan une então o problema do negro ao problema do capitalismo dependente. A instauração do sistema de classes a partir de processos de modernização do arcaico não rompe com o passado fazendo com que o problema do negro siga sem solução mesmo com o advento de uma alteração drástica no regime de trabalho. A débil expansão do capitalismo brasileiro acaba transformando esse modo de produção em um “capitalismo selvagem”, impedindo qualquer forma burguesa não-colonial de desenvolvimento (Fernandes, 2007b:98). A fraca expansão capitalista ocorre por motivos internos e externos que se complementam e reforçam. Por um lado, a posição dependente e imutável do Brasil no capitalismo global após a Abolição e a proclamação da República⁶⁶ faz com que sigamos recebendo a influência do colonialismo e do imperialismo; por outro lado, o racismo interno que, ao imputar ao negro a insígnia de vadio e malandro, imprestável ao trabalho, emprega o braço imigrante como força de trabalho nas grandes lavouras de café que seguem produzindo o Brasil como economia agrário-exportadora.

Ainda há um longo caminho a percorrer em direção à democracia racial no Brasil. Assim como na época posterior à Abolição, observa-se facilmente que hoje o negro segue integrado de forma subalterna na sociedade brasileira. Salvo as exceções, o negro ainda ocupa

⁶⁴ Consultar o *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*, escrito em 1883 por José do Patrocínio e André Rebouças, página 10. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/174454>

⁶⁵ Segundo a análise de Fernandes, no ocaso do século XIX, o Partido Republicano traiu simultaneamente a ideologia e a utopia republicanas, optando pelos interesses dos fazendeiros contra os escravos (1989:13). E de acordo com Werneck Vianna (1996), “em sua história brasileira, o liberalismo não encontrou quem assumisse com radicalidade a sua representação”.

⁶⁶ A passagem do Império à República segundo Honório Rodrigues não passou de uma ficção: “A conciliação, o compromisso político, que dominou o Estado Nacional, no Império e na República – *divisões fictícias da realidade histórica* – foi uma arte finória” (grifo meu) (1970:80).

as piores colocações na hierarquia social, afastado do poder, da riqueza e do prestígio social⁶⁷. A despeito das ações governamentais visando solucionar o drama vivido pelo negro brasileiro⁶⁸, ele segue estigmatizado e condenado pelo preconceito e pela discriminação social, isto é, pelo pré-julgamento de suas atitudes e pela segregação da sociedade em lugares, bairros, empregos, costumes, etc., “de pretos” ou “de brancos”. Mesmo que de forma velada e sem fugir ao decoro o racismo infelizmente faz parte do cotidiano do brasileiro. O fato de não termos entre nós um conflito racial escancarado, sistemático e violento, não nos torna uma sociedade menos preconceituosa. Nesse sentido, nossa democracia e nossa própria independência ainda estão por se concretizar.

Para se libertar o negro e o mulato precisam de organização coletiva e as ações governamentais precisam unir a problemática da raça à questão de classe social. O drama vivido pelo negro e pelo mulato não é somente uma questão de respeito racial, mas também um problema de natureza social e econômica. O paralelismo entre raça e classe, ou seja, a pobreza e a indigência que afligem majoritariamente as populações negras e mulatas, exige que a exploração econômica do negro cesse. Portanto, o negro e o mulato precisam se tornar o *antibranco*⁶⁹, no sentido de *derrubar o mundo dos brancos* e se afirmarem como portadores de uma cultura, inteligência e capacidades próprias e legítimas. A afirmação do negro e a construção de uma democracia racial é necessariamente conflituosa pois implica derrubar os estigmas criados e alimentados pelos brancos. Os movimentos sociais, por outro lado, precisam incorporar as questões raciais à luta anti-capitalista. A “igualdade perante a lei” não será conquistada pela via gradual-conciliatória. A igualdade capitalista é uma quimera, um fetiche ilusório. Se o objetivo for a construção de uma sociedade livre e igualitária, a superação do capitalismo é uma pré-condição e passará necessariamente pela via conflituosa-

⁶⁷ Apenas para citar um exemplo, o estudo *Perfil social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas e suas ações afirmativas – 2010*, publicação do Instituto Ethos e do Ibope, mostra que entre as empresas pesquisadas apenas 5,3% de negros estão no comando, enquanto os diretores brancos representam 93,3%. As mulheres negras ocupam apenas 0,5% das posições executivas. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf - acesso 11/2010.

⁶⁸ Existem hoje programas excelentes do governo para o combate ao racismo e de integração racial. A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com *status* de Ministério; a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares; o Estatuto da Igualdade Racial e as políticas de cotas nas Universidades, são alguns exemplos. Entretanto, não obstante sua necessidade e importância, tais programas e políticas são limitadas pois não incorporam o paralelismo entre classe e raça. Não colocam o racismo também como um problema de classes sociais, ou seja, não põem em xeque a produção capitalista. No endereço da SEPPIR pode-se encontrar os programas desenvolvidos: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/>

⁶⁹ “Uma verdadeira revolução racial democrática, em nossa era, só pode dar-se sob uma condição: o negro e o mulato precisam tornar-se o *antibranco*, para encarnarem o mais puro radicalismo democrático e mostrar aos brancos o verdadeiro sentido da revolução democrática da personalidade, da sociedade e da cultura” (Fernandes, 2007a:313).

revolucionária. Colocamos então o problema da democracia brasileira e, conseqüentemente, o “problema do negro”, como indissociavelmente ligados a revolução por dentro e contra a ordem. Vista por outro ângulo, o problema da democracia brasileira não é um problema do negro, mas do branco racista e mantenedor das estruturas de dominação herdadas do período escravocrata. É nestes termos que da revolução por dentro e contra a ordem, como acertadamente associou Florestan, depende a “viabilidade do Brasil como nação”⁷⁰. O monumento de que necessita o negro como elemento constitutivo de nossa sociedade é a liberdade e não as pedras pisadas de um cais.

⁷⁰ “O chamado *problema do negro* vem a ser o problema da viabilidade do Brasil como Nação. Não haverá Nação enquanto as sequelas do escravismo [...] não forem definitivamente superadas e absorvidas. Esse é o patamar brasileiro do que deve ser uma democracia social e racial” (Fernandes, 1989:44).

*Sim, é verdade, a vida é mais livre
o medo já não convive nas casas, nos bares, nas ruas
com o povo daqui
e até dá pra pensar no futuro
e ver nossos filhos crescendo sorrindo
mas eu não posso esconder a amargura
ao ver que o sonho anda pra trás
e a mentira voltou*

*ou será mesmo que não nos deixara?
a esperança que a gente carrega é um sorvete em pleno sol
o que fizeram da nossa fé?*

*Eu briguei, apanhei, eu sofri, aprendi
eu cantei, eu berrei, eu chorei, eu sorri
eu saí pra sonhar meu País
e foi tão bom, não estava sozinho
a praça era alegria sadia
o povo era senhor
e só uma voz, numa só canção*

*E foi por ter posto a mão no futuro
que no presente preciso ser duro
que eu não posso me acomodar
quero um País melhor*

Carta à República
Milton Nascimento e Fernando Brant

3 Redemocratização

A democracia pode ser caracterizada como um regime político que possui como traço marcante a intervenção popular nas decisões de interesse social a partir de sua livre organização. Mediante a possibilidade de diálogo livre e amplo entre as esferas formadoras da sociedade, as decisões seriam tomadas em favor do bem comum, de acordo com a vontade geral. Os mecanismos mais apropriados para se apurar a vontade geral são o voto, o plebiscito, o referendo e o referendo revogatório. Em oposição aos regimes monárquicos, absolutistas ou constitucionais, e aos aristocráticos e oligárquicos, o ordenamento social democrático admite a possibilidade, inscrita no próprio significado da palavra, de que o poder emane do povo e em seu nome seja exercido. A sociedade é então articulada de baixo para cima, (i) gerida por legítimos representantes escolhidos pelos cidadãos e/ou (ii) diretamente por estes a partir de associações locais e conselhos. É importante dizer que essas são qualidades formais da democracia e nada garante que sua aplicação não sofrerá desvirtuamentos, o que tornaria os mecanismos de apuração da vontade geral meros fantoches controlados por linhas (in)visíveis. A observação histórica sugere que as sociedades democráticas utilizaram os conceitos e as práticas deste regime a seu critério, manipulando as instituições e forjando uma realidade que de democrática pode possuir apenas a fachada. Assim é que, grosso modo, admite-se falar em democracias radicais e populares ou em democracias burguesas e totalitárias. Neste sentido, a análise de Florestan Fernandes sobre o processo de redemocratização brasileiro dos anos 1980 mostra como todos os setores envolvidos nesta tarefa podiam mesmo desejar a democracia, mas isso não exclui a possibilidade de que pretendiam coisas distintas e contraditórias (Fernandes, 1986:50). Ora, ao permitir essa multiplicidade de interpretações e distorções de acordo com a configuração do poder em uma sociedade, a democracia seria um conceito útil ou válido? Como todo conceito, a democracia não está isenta da disputa política (vimos acima como o conceito de liberalismo foi filtrado e adaptado de forma a se adequar a uma realidade). Cada grupo de poder disputa a imposição de sua caracterização democrática e aqui não vamos fazer outra coisa senão demonstrar uma visão sobre a democracia ou o processo de redemocratização.

No século XX e início de século XXI, a democracia nas sociedades latino-americanas sofreu e sofre com distúrbios provenientes da disputa pelo poder. Quando não são duramente interrompidos e golpeados os regimes democráticos conseguem resistir com maior ou menor fragilidade e duração. A instabilidade vem se mostrando como a regra e não a exceção. Mas

por quê? Porque em toda sociedade de classes há necessariamente instabilidades entre suas partes antagônicas. A sociedade capitalista não é a única sociedade de classes, porém é aquela que mais potencializa a instabilidade por estar baseada na produção incessante e crescente de mais-valia. O conflito entre dominados e dominadores é constante e mais ou menos intenso de acordo com a capacidade de mobilização reivindicativa e/ou revolucionária dos primeiros ou com as possibilidades de cedência e conciliação dos segundos. A democracia a que vimos nos acostumando a viver nesses vinte e um anos no Brasil se equilibra nessa tênue linha e aos solavancos se ergue de quedas menores ou golpes profundos.

No início da década de 1960 o conflito classista pendia para o lado dos dominados. As condições de mobilização reivindicativa das classes oprimidas e dominadas estavam se fortalecendo. No plano internacional a vitoriosa Revolução Cubana inseria no horizonte latino-americano a possibilidade da insurreição contra governos autoritários e a instauração do socialismo. No Brasil, vivia-se um período de aberta mobilização popular tanto no campo (o fortalecimento das Ligas Camponesas, principalmente em Pernambuco), quanto nas áreas urbanas (Sindicatos cresciam em função da proletarização). O governo de João Goulart, mesmo assumindo sob forte oposição dos setores dominantes, propunha reformas de base ligadas à questão da terra e às expropriações e ao controle de capitais estrangeiros e às remessas de lucros. Parte da Igreja católica despertava para o engajamento social e a organização comunista crescia intensamente. O Brasil, em síntese, rumava para um desenvolvimento capitalista nacional e autônomo com grandes perspectivas de participação popular e evolução ao socialismo. Esse era o pior cenário possível para a elite interna e para seus sócios externos; era preciso intervir para não perder o poder, afinal é melhor prevenir do que remediar. A prevenção escolhida foi o golpe de Estado. O golpe de 1964 foi a manifestação brasileira da contra-revolução preventiva. Setores da classe média, a burguesia e os militares, lutando pela “família”, pela “segurança nacional” e contra a “ameaça terrorista” dos comunistas, instauraram um regime ditatorial civil-militar que perdurou por vinte e seis anos (adotando a eleição direta de 1989 como critério), tratando de aniquilar o potencial transformador e realinhar o país à diplomacia dos países centrais, reacomodando o Brasil em seu lugar cativo na divisão internacional do trabalho. Esses setores foram capazes de eleger uma verdade, um inimigo e colocar seu interesse particular como interesse universal. De acordo com a classificação de Darcy Ribeiro, instala-se no Brasil uma ditadura regressiva.

“As ditaduras regressivas são o resultado final da degradação de uma classe dominante obsoleta que, não tendo promovido o desenvolvimento, se tornou incapaz de compor um sistema democrático de

poder que garantisse sua sobrevivência, e está disposta a traumatizar a nação e a apelar para qualquer forma de terrorismo a fim de perpetuar seu domínio” (Ribeiro, 1978:147-148).

Seguindo o mesmo raciocínio, Alfred Stepan coloca o golpe de 1964 como o momento em que frações da burguesia suficientemente assustadas abdicam do governo (não do poder) em troca da proteção coercitiva que só os militares poderiam lhes dar (1986:17).

Dessa maneira, um momento decisivo em que a ordem é posta em xeque foi resolvido pela via autoritária. Regredimos muitos patamares em termos democráticos e em conquistas sociais. Na visão de Werneck Vianna, a função do golpe foi a de servir como último arranco para a realização da revolução burguesa autoritária, “uma revolução sem revolução que implantou entre nós o modo de produção especificamente capitalista” (Vianna, 1986:237 e 242). A democracia brasileira revelou seus limites, não sendo capaz de conviver com intentos de radicalização da participação popular ou de diminuição dos privilégios das classes dominantes. Foi contra esse autoritarismo e pela construção de um novo regime que amplos setores da sociedade brasileira lutaram e conquistaram a redemocratização do país.

3.1 O caminho para a democracia (1974 a 1989): descrição histórica comentada

Quanto mais forte se tornava, ou quanto mais bem sucedido era na execução de seus objetivos, mais o regime civil-militar se enfraquecia. Ao se tornar sólido se desmanchava, pois trazia à superfície “uma nova configuração de forças sociais e políticas que não podia controlar” (Vianna, 1986:227). A resistência ao regime crescia e trazia a questão democrática como uma aspiração radical capaz de aglutinar diversos setores oposicionistas. Em nenhum momento o regime autoritário brasileiro chegou remotamente perto de assegurar a hegemonia gramsciana (Stepan, 1986:18). A repressão praticada pelo regime fortalecia ainda mais grupos de resistência que lutavam por mudanças⁷¹. Percebendo esse movimento, alguns setores da ditadura resolvem iniciar um processo de abertura política motivados pela falta de legitimidade do regime em face (i) do fracasso em termos sociais e da reorganização das forças que compõem a sociedade civil e à pressão que elas exercem sobre o poder (Marini, 1991); (ii) da ruptura que pouco a pouco ia ocorrendo na base de apoio empresarial que

⁷¹ “O processo de crise da ditadura militar foi gerando, ao mesmo tempo, a força social e política que pode transformar o cenário histórico brasileiro [...] A resistência antiditatorial e posteriormente a campanha pelas eleições diretas, por sua vez, gestou uma força democrática que incorporou o caráter nacional, seja na oposição ao FMI, como na recuperação dos símbolos patrióticos [...] O desenvolvimento desses fatores cria as condições do surgimento de uma nova força hegemônica, democrática e anticapitalista, popular e nacional, combinando a homogeneidade do proletariado com a amplitude dos setores populares mobilizados na luta antiditatorial e pela defesa do nível de vida do povo” (Sader, 1985:143-144).

sustentava a ditadura; e (iii) o fim do período de expansão econômica. O Brasil foi profundamente afetado pelo segundo choque do petróleo em 1979 que desencadeou uma recessão mundial e a adoção pelo sistema financeiro internacional de taxas flutuantes de juros. O resultado da recessão seria sentido já em 1982 quando o país se submeteria ao FMI por não possuir reservas em divisas capazes de saldar suas contas externas (Marini, 1991).

Diante desse quadro, “era mais do que tempo de bater em retirada de forma organizada – enquanto havia condições para isso – e reagrupar forças” (Dreifuss, 1986:170). A situação chegava a tal ponto que a queda do regime ditatorial se prenunciava. Para Florestan Fernandes “ou a dominação burguesa se refunde, ajustando-se às pressões de baixo para cima e ao ‘diálogo entre as classes’, ou ela se condena a desaparecer ainda mais depressa” (2006:359). Porém, não havia consenso dentro do próprio regime sobre a abertura. A “linha dura”, ala mais conservadora e autoritária do regime, seguiria com a intenção de manter o governo de 1964 até os últimos momentos do processo de redemocratização.

A ditadura começa a ruir já na primeira metade da década de 1970, especificamente no mês de agosto de 1974, quando o ditador Ernesto Geisel anunciou em discurso a disposição de iniciar uma lenta, gradativa e segura distensão. Este pronunciamento pode ser considerado o início do processo de abertura política brasileiro, todavia, deixa claro que a abertura seria uma disputa entre aqueles que desejavam uma transição com “segurança” e aqueles que desejavam uma transição com ruptura. Evidentemente, a ditadura almejava uma abertura política e não uma transição democrática. Esta seria extraída pela pressão dos setores oposicionistas mais radicais e pela própria organização popular. A disputa entre liberalização ou democratização seria fundamental para decidir se a *Nova República* a ser construída seria mesmo nova ou velhíssima. A abertura segura e gradual deixava implícito que o governo buscava uma maneira de sair do poder com a certeza de que a ordem seria mantida.

A ordem estabelecida fora muito atraente às elites do país e deveria ser mantida mediante a eliminação de opositores, o que abriria caminho para a continuação do modo de acumulação capitalista inaugurado em 1964. A eliminação de opositores através da tortura era prática comum no regime e é deste modo que nos anos de 1975 e 1976 o jornalista Vladimir Herzog (nascido na Iugoslávia, hoje Croácia, e naturalizado brasileiro) e o operário Manuel Fiel Filho foram assassinados no II Exército em São Paulo – posteriormente a União seria responsabilizada pela morte de ambos. Por outro lado, nas eleições de novembro de 1974 o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) elegeria 16 em 22 senadores e aumentaria sua

bancada na Câmara de 87 para 160 deputados⁷². Portanto, (i) a repressão perseguia opositores e assim criava mártires que insuflavam os setores envolvidos na luta contra o regime; (ii) a oposição concentrada no MDB crescia no Senado e na Câmara, ameaçando a livre dominação autoritária. Esse não era um cenário satisfatório para a transição programada pelo governo. É neste contexto que em 1977 Geisel fecha o Congresso Nacional e lança o que ficou conhecido como o Pacote de Abril, composto por uma série de medidas retrógradas, mas necessárias para garantir poder aos golpistas. Entre essas medidas destacam-se a criação dos senadores biônicos (aqueles referendados após uma indicação do ditador-presidente do país), o aumento da representação dos estados menos populosos no Congresso Nacional e a alteração do quórum para aprovação de emendas constitucionais, que passou de dois terços para maioria absoluta (a Arena, partido golpista, não possuía mais os dois terços, somente a maioria absoluta)⁷³. Vê-se que a abertura, apesar de aparecer no discurso oficial, não era uma prioridade e poderia esperar. Se não houvesse garantia de manutenção da ordem a transição não iria ocorrer. Ainda assim, Stepan comenta sobre a importante mudança na doutrina da Escola Superior de Guerra em fins da década de 1970, que passa a incorporar quatro conceitos-chave da abertura: oposição, participação, partidos extra-governamentais e eleições (Stepan, 1986:61-62).

O ano de 1978 avança em direção a abertura. Em maio os metalúrgicos de São Bernardo do Campo iniciam a primeira greve de trabalhadores do país desde o Ato Institucional nº 5. Os Atos Institucionais, por sua vez, seriam revogados através da sanção de Geisel à Emenda Constitucional nº 11 produzida pelo Senado e pela Câmara. O general Figueiredo é escolhido presidente pelo Colégio Eleitoral e assume a presidência em 1979. Figueiredo sanciona já em agosto deste ano a Lei de Anistia permitindo que figuras como Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes possam retornar ao país. Porém, a lei deve ser interpretada como uma auto-absolvição dos crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado. A anistia brasileira possui uma peculiaridade que reflete a tendência à resolução de momentos decisivos através de uma conciliação pelo alto – voltaremos a tratar desse assunto adiante. Ainda em dezembro de 1979 a Lei nº 6.767 extingue a Arena e o MDB e restabelece o pluripartidarismo. A partir desta reforma do sistema partidário brasileiro surgem o PDS como partido da ditadura (o PFL, hoje DEM, seria criado de uma dissensão de membros do PDS) e PT e PDT como principais

⁷² Após essa vitória da oposição, em 1976, o governo civil-militar promove uma alteração no artigo 250 do Código Eleitoral, limitando as possibilidades de apresentação dos candidatos durante a campanha. Com isso o governo objetivava diminuir as críticas e ataques da oposição e a politização do horário eleitoral gratuito em rádio e televisão. Essa reforma ficou conhecida como a Lei Falcão.

⁷³ Informações sobre o Pacote de Abril: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pacote_de_abril - acesso 09/2010.

partidos da oposição, tendo como líderes Lula e Brizola respectivamente. Segundo Octavio Ianni, o Partido dos Trabalhadores era “a mais notável expressão política da transição democrática em curso [...] Partido cujas raízes estão nos movimentos sociais populares [...] empenhado na transformação da sociedade burguesa” (1989:112-113). O Partido Democrático Trabalhista, por sua vez, procurava resgatar a herança nacional-trabalhista de maneira a transformá-la numa via brasileira ao socialismo (Marini, 1985:29). O PSDB só seria criado em 1988 como resultado da ruptura de um grupo que pertencia ao PMDB. Com novos partidos em cena, o Congresso restabelece o voto direto para governador e extingue os senadores biônicos. Para desespero das elites, Brizola vence as eleições para governo do Rio de Janeiro em 1982, tendo Darcy Ribeiro como vice. Em 1983 seria fundada a CUT e no ano seguinte o MST. Em maio de 1985, já no governo Sarney, é lançado através do recém-criado Ministério da Reforma Agrária o Plano Nacional de Reforma Agrária que é acolhido de forma positiva por organizações e trabalhadores rurais (Abramovay, 1986:204).

Ainda em abril de 1981 ocorre o fracassado atentado no Riocentro, um centro de convenções próximo a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Dois militares tinham o plano de fazer um ataque a bombas no pavilhão Riocentro, onde ocorriam os festejos do Dia do Trabalhador. O artefato explodiu antes da hora prevista matando um dos militares. Na ocasião, procurou-se culpar a esquerda radical e alardear sobre a necessidade de recrudescer a repressão, visto que a abertura em curso não agradava alguns setores da ultra-direita, sobretudo a “comunidade de segurança” ligada ao Serviço Nacional de Informações (SNI), como denomina Stepan (1986:36 a 39).

Uma das manifestações mais marcantes em prol da redemocratização foi a ampla mobilização popular pelo direito de eleger o presidente da República, a conhecida campanha Diretas-Já. A campanha pelas Diretas convulsionou o país, formando o maior movimento de massas de nossa história. No dia 16 de abril de 1984 ocorre uma passeata em São Paulo, que sai da Praça da Sé e vai até o Vale do Anhangabaú, onde cerca de 1.500.000 pessoas se aglomeram para participar do último comício antes da votação da proposta de emenda constitucional que se costumou chamar *Emenda Dante de Oliveira*. De acordo com Vianna, “sem a inédita movimentação de massas em torno da campanha por ‘diretas-já’, o processo de abertura não teria extravasado em tão larga medida o projeto aberturista que procurava contê-lo a fim de conduzi-lo” (1986:228). As massas nas ruas alargavam os caminhos da transição para além dos limites impostos pelos conciliadores. A Emenda Dante de Oliveira propunha as eleições diretas para a presidência em 1985, porém foi derrotada poucos dias depois em 25 de

abril. Faltaram apenas 22 votos para que a emenda passasse do Congresso ao Senado⁷⁴. Cabe notar que 113 deputados não compareceram ao plenário no dia da votação. Com a derrota das eleições diretas, a solução para a “transição democrática” passa para o Colégio Eleitoral. Segundo Marini (1991), “o episódio mostrou que a elite política, optando pela frustração da mobilização cívica, preferia a prática das negociações de cúpula”. Isto é, a democracia brasileira reiniciaria desfigurada por uma artimanha política e pela força dos grupos conservadores. A eleição indireta de Tancredo Neves, que vencera o candidato da ditadura e ex-governador biônico de São Paulo, Paulo Maluf, por 480 contra 180 votos, representa uma das provas maiores de uma tendência brasileira a resolver seus momentos decisivos com uma conciliação por cima, ou aquilo que a direita costumou chamar de um “pacto social”. Ora, como haverá um pacto social entre classes sociais antagônicas, com interesses fundamentalmente conflituosos? Não pode haver⁷⁵. O que há é a vitória das classes dominantes utilizando-se de subterfúgios e máscaras democráticas. As classes dominantes não abriram mão de seus privilégios e não escutaram o clamor de mais de um milhão de pessoas. Ao invés de pacto, seria melhor caracterizar o ocorrido como imposição, atropelo. Em virtude da maneira pela qual a transição foi tramada, a análise de Florestan Fernandes é impecável: nossa Nova República(?) nasce do ventre da ditadura e é batizada em sua pia batismal (1986:20).

O presidente eleito indiretamente, Tancredo de Almeida Neves, falece antes de assumir o cargo para o qual foi designado. O país cai em grande comoção e Tancredo se torna um mito, imortalizado por ser um conciliador e um dos pais da democracia brasileira. Seu vice, José Ribamar Sarney de Araújo Costa, assume a presidência no dia 15 de março de 1985. Não poderia haver nome melhor para presidir a “Nova República” e representar sua inocuidade. Sarney possui longuíssima participação na vida política brasileira, trilhada sempre ao lado direito de seu espectro. Foi filiado à conservadora União Democrática Nacional (UDN) e após o golpe de 1964 adere à Aliança Renovadora Nacional (ARENA, partido da ditadura), sendo eleito senador e presidido o partido. Após o fim do bipartidarismo passa a presidir o PDS, o novo partido da ditadura. Insatisfeito com a nomeação de Maluf para concorrer no Colégio

⁷⁴ Neste endereço é possível acessar a matéria publicada no jornal Folha de São Paulo no dia seguinte à derrota da Emenda Dante de Oliveira: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_26abr1984.htm> - acesso em 04/10/2010. O jornal anunciava a frustração da nação.

⁷⁵ Para Fernandes a ideia de um pacto social reciprocamente consentido não passa de uma miragem. A formação de um pacto era uma obsessão dos estratos mais conservadores da burguesia que pretendia conseguir a quietação dos trabalhadores, a rendição passiva de seus grupos mais organizados e decididos (2007b:57-58).

Eleitoral, Sarney se retira do PDS e se torna adepto da Frente Liberal que depois se transformaria no Partido da Frente Liberal (PFL, hoje Democratas).

Em novembro de 1985 ocorrem eleições diretas municipais e, em São Paulo, Jânio Quadros derrota Fernando Henrique Cardoso que no final de sua campanha cometeu equívocos imperdoáveis em uma sociedade conservadora e moralista. No ano seguinte ocorrem as eleições para governadores e o PMDB ganha em 22 dos 23 estados que existiam então. De 1986 a 1989 são lançados planos de estabilização macroeconômica visando controlar a escalada da (hiper)inflação. Os planos Cruzado (I e II), plano Bresser e plano Verão são ineficientes em seus intentos, deixando como herança o arrocho e conseqüentemente as perdas salariais para os trabalhadores. Os economistas e os cursos de economia das universidades brasileiras, com todo seu autismo e sua visão fragmentada, costumam dar atenção somente aos planos de estabilização quando se dedicam ao estudo da década de 1980. A análise do período torna-se puramente econômica, portanto, uma análise amputada, isenta dos “desvios” políticos. Assim, abandonam por completo a data de 1º de fevereiro de 1987, quando é instalada a Assembleia Nacional Constituinte, tendo Ulysses Guimarães (então presidente da Câmara de Deputados) como seu presidente. Esta Assembleia, no entanto, nasce com um vício de origem, pois os constituintes não foram eleitos exclusivamente para essa função. O que houve foi a transformação do Congresso eleito em 1986 em um Congresso Constituinte. A Assembleia contou com 559 membros, sendo 487 deputados e 72 senadores. A maioria desses membros era composta pelo Centro Democrático, o “centrão” – um agrupamento de direita com maioria de parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PTB, PDC e PL. Os trabalhos da Assembleia foram intensos e os debates em torno das questões mais polêmicas, como a estrutura fundiária e os direitos trabalhistas, foram acirrados. Um ano e oito meses depois, em 05 de outubro de 1988, a nova Constituição Brasileira é promulgada, sendo chamada de “Constituição cidadã” por Ulysses Guimarães.

O final do ano de 1988 ainda contaria com três eventos marcantes. Primeiro, a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional pelo exército em novembro. Os trabalhadores da Companhia, na cidade de Volta Redonda – RJ, estavam em greve reivindicando a reposição das perdas salariais e, entre outros, o turno de seis horas. Em virtude da greve a empresa foi cercada pelo exército que, *com autorização do governo*, atacou os metalúrgicos resultando em 40 feridos e 3 operários assassinados. Os trabalhadores conquistaram alguns direitos, mas nenhum militar envolvido foi punido. Os operários assassinados, Carlos Augusto Barroso (19 anos), Walmir Freitas Monteiro (27 anos) e William Fernandes Leite (22 anos), receberam um

memorial em sua homenagem projetado por Oscar Niemeyer. Inaugurado no dia 1º de maio de 1989, o monumento foi parcialmente destruído no dia seguinte pela explosão de uma bomba. Segundo, no mesmo mês de novembro ocorrem eleições municipais, com PT e PDT ganhando em várias capitais, inclusive São Paulo, onde Luiza Erundina vence Paulo Maluf. Terceiro, o líder sindical reconhecido internacionalmente, Chico Mendes, é assassinado no dia 22 de dezembro de 1988.

A redemocratização do Brasil estaria concluída somente em 1989 quando a eleição presidencial é realizada por voto direto – a primeira desde 1960. Nada menos que vinte e duas candidaturas foram lançadas para a disputa em primeiro turno. Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ficaram nas primeiras posições e disputaram o segundo turno. O candidato Collor venceu por uma diferença muito pequena numa campanha que polarizou o Brasil como poucas vezes se viu. Collor ficou com 49,94% enquanto Lula recebeu 44,23% dos votos⁷⁶. Com a real possibilidade de vitória do candidato do PT, a eleição foi muito conturbada e os últimos dias de campanha contaram com o aparecimento de “escândalos”. Os grupos dominantes temiam a ascensão de um governo comunista ao poder e não pouparam esforços em ajudar a candidatura Collor, aquela que lhes era mais simpática. Entre os grupos dominantes destaca-se a ação da mídia, sobretudo a manipulação feita pela Rede Globo de Televisão na semana anterior às eleições. O próprio candidato Collor admite que essa intervenção da Rede Globo “ajudou bastante” em sua vitória⁷⁷. O presidente eleito assumiria o cargo no ano seguinte e a redemocratização estaria formalmente concluída. Com uma nova constituição o país voltava a ser governado por um civil eleito diretamente e os cidadãos gozavam de seus direitos elementares. Aparentemente fora constituída uma Nova República, porém a transição gradual do governo ditatorial para o democrático escondeu artimanhas usadas para absorver o que vimos chamando de potencial transformador e fazer nascer o futuro pelas mãos do passado, característica número um do mudancismo.

3.2 A democracia popular como potencial transformador

Nada do que foi descrito acima aconteceu sem um intenso debate entre os grupos articulados ao redor da questão democrática no Brasil. Todos os temas importantes foram

⁷⁶ Informação obtida em *Political Database of the Americas* (1999) Brazil: 1989 Presidential Election / Eleições Presidenciais de 1989. [Internet]. Georgetown University and the Organization of American States. In: <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Brazil/pres89.html>. Acesso: 07/10/2010.

⁷⁷ <http://noticias.uol.com.br/especiais/eleicoes-1989/ultnot/2009/11/15/ult9005u10.jhtm> - Acesso em: 06/10/2010

tratados e cada grupo de poder procurou impor sua vontade. O novo papel das Forças Armadas na sociedade democrática, a reforma agrária e a questão da propriedade, o sindicalismo e os benefícios sociais dos trabalhadores, entre outros, foram temas que dominaram a atenção por toda a redemocratização. O que aconteceu não estava traçado de antemão, foi o resultado do conflito social, uma expressão clara de forças antagônicas em luta, a luta de classes. O período que abrange a redemocratização brasileira era um livro aberto, um momento decisivo que iria se resolver de acordo com a vitória ou não das estratégias utilizadas por cada setor envolvido. Para Theotonio dos Santos tratava-se de um *momento fundacional*, isto é, um momento de passar a limpo a herança da ditadura e estabelecer uma nova ordenação da vida econômica, social, político-institucional e cultural (Dos Santos, 1985:146). No mesmo sentido, para Ianni o potencial transformador da transição é imenso:

“a transição da ditadura para a democracia recoloca aspectos fundamentais da questão nacional. Reabre o debate sobre qual é a fisionomia da nação; quais as diversidades e desigualdades que a constituem; quais as forças sociais que entram na sua conformação. A democratização não se reduz a um processo político, ou jurídico-político. *Compreende condições histórico-estruturais que envolvem as possibilidades de recriar a sociedade nacional*” (grifo meu) (1989:115).

É correto afirmar que a ditadura iniciou o processo de abertura e conseguiu conduzi-lo acorde com seus interesses. Porém é também correto afirmar que uma parcela do motivo que levou a proposição da abertura era o potencial de mobilização popular que a própria ditadura criava. A ditadura criou a abertura ou a pressão popular forçou a sua saída? São duas opções que se cruzam e culminaram na redemocratização. A ditadura era um inimigo óbvio para as classes oprimidas, sobretudo os operários, e para os grupos mais modernos de artistas e da juventude que enfrentavam a moralização e o conservadorismo. Assim, a própria presença da ditadura articulava os setores potencialmente revolucionários. Podemos inclusive cogitar que hoje não há uma intensa mobilização popular justamente por não haver um inimigo tão evidente quanto outrora. Hoje as questões dos movimentos populares são praticamente as mesmas, contudo, não temos a personificação de um inimigo de forma clara e essa ausência atua como força desaglutinadora.

Com base nesse potencial, todos os passos deveriam ser dados com muito cuidado, como se os defensores da ordem pisassem em ovos. A qualquer momento tudo poderia desandar. Aproveitando a metáfora, a ditadura e sua base de apoio teriam que fazer uma omelete sem quebrar os ovos. A começar pela questão da anistia, que já a partir dos anos 1970 mobilizou comitês para discutir o assunto. Para Paulo Ribeiro da Cunha há duas concepções opostas sobre a anistia, “uma delas, entendida como resgate da memória e direito à verdade,

como reparação histórica, luta contra o esquecimento e recuperação das lembranças; a outra, vista como esquecimento e pacificação, como conciliação nacional” (2010:17). Anistiar com a intenção de trazer a verdade a tona seria muito perigoso para a estabilidade da ordem, por isso, optou-se pela segunda via, aquela que sugere o esquecimento, o recomeço “daqui para frente” como se tudo pudesse ser resolvido por decreto. Deste modo, a questão da anistia foi o primeiro grande tema que a transição teve que tratar com muito esmero para não deixar que a situação escapasse do controlável. Não houve forças para fazer o que foi feito na África do Sul pós Apartheid, por exemplo. No Brasil, a lei de anistia pressupôs o silêncio, na África do Sul ela visava a narração dos fatos. Jeanne Marie Gagnebin esclarece a questão e estabelece as importantes diferenças entre os dois processos.

“Na África do Sul, quando saiu da prisão – onde ficou 27 anos –, Nelson Mandela instituiu a ‘Comissão Verdade e Reconciliação’, que trabalhou durante três anos, de 1995 a 1998, para tornar públicos os crimes cometidos durante o período do apartheid, ouvir as vítimas e criminosos, isto é, narrar, na medida do narrável, o que aconteceu e, depois, anistiar – ou não – os culpados. No Brasil, o próprio governo militar promulgou, em 1979, a Lei de Anistia, que deveria impor o esquecimento dos crimes de tortura dos agentes do Estado e, também, numa inclusão posterior, de ‘terrorismo’ de esquerda, crimes não diferenciados entre eles, portanto” (2010:178).

A anistia brasileira é uma tremenda inversão, ao invés de esclarecer, manteve tudo obscurecido. Foi pautada pela abrangência, pela reciprocidade, ou seja, contemplou os crimes cometidos por agentes do Estado. O potencial transformador contido na anistia, que consiste em colocar em discussão tudo o que foi cometido pela ditadura fortalecendo um amplo processo de recusa do que houve e de construção de um futuro diferente, foi cuidadosamente absorvido. O potencial que consistia em radicalizar ainda mais a democracia em construção não foi efetivado. A anistia permitiu a conciliação, mas uma conciliação imposta, nada tendo a ver com uma expressão de justiça⁷⁸. Uma democracia radical teria que ter passado pela punição daqueles que agiram de forma antidemocrática. Porém, era do interesse dos militares evitar o “revanchismo” e iniciar tudo do zero, simples assim. Segundo Stepan, o Brasil foi o único regime autoritário em que seus principais generais, além de não serem julgados, mantiveram um grau de prestígio significativo em amplos redutos da sociedade civil (1986:84). Cabe notar que no Chile também existem ainda hoje os defensores de Pinochet.

Com a legalização do esquecimento e a absolvição de seus crimes, a ditadura poderia prosseguir na direção da abertura. O próximo passo seria enfrentar o potencial transformador contido nas manifestações por eleições diretas no país. A campanha por Diretas cumpriram

⁷⁸ Em abril de 2010 o Supremo Tribunal Federal rejeitou alterar a interpretação da lei de anistia por sete votos a dois. Mais informações: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u728076.shtml> - acesso em 12/09/2010.

um fenomenal papel politizador e educador das massas. Para Julio Martins, “a campanha apresenta, entre outras coisas, o benefício imediato de levar o povo a raciocinar em termos de nação, de unidade nacional, resgatando do limbo o conceito de pátria” (1984:40). Do mesmo modo, para Stepan, a campanha maciça das diretas-já era um extraordinário testemunho do ressurgimento da sociedade civil brasileira (1986:76). A vitória das eleições diretas certamente iria sacudir o país de uma maneira que escaparia às forças conservadoras. O povo poderia ser protagonista da história e não seu agente passivo. Conquistar o direito de votar para presidente da República é uma concessão viável para as elites dominantes. Agora, conquistar esse direito com mais de um milhão de pessoas nas ruas e após passar por mais de vinte anos de ditadura é completamente diferente e inviável. O potencial de mais uma vez radicalizar a democracia em construção teria que ser abortado. O aborto foi realizado cirurgicamente e com todas as precauções via Colégio Eleitoral. Ali, longe das ruas e do poder das massas, foi possível articular uma saída para o impasse. No círculo restrito do Colégio foi possível encontrar o candidato da conciliação, a figura capaz de acalmar o povo retirando seu protagonismo espontâneo e rebelde, passando a guiá-lo, e ao mesmo tempo dar segurança às elites por suas convicções moderadas. Este era Tancredo Neves. Jorge Zaverucha mostra como sua candidatura fora articulada com os militares e após seu trágico falecimento os militares retornaram novamente para apoiar a assunção de Sarney ao governo – que deveria ter sido interino! – e vetar o nome de Ulysses Guimarães para a sucessão de Tancredo (2010:44-45). Ulysses não era moderado o suficiente. Na interpretação de Stepan, a vitória de Tancredo interessava muito à ditadura, visto que uma vitória de Maluf possivelmente iria polarizar o país, enquanto Tancredo significava o “consenso” elitista (1986:77-78).

No ano de 1985 as discussões sobre a abertura adquirem amplas proporções. Já se discutem as características da Nova República e de que maneira se deveria limpar o “entulho autoritário”. Parte dessa discussão pode ser encontrada na coletânea de entrevistas organizada por Lourenço Dantas Mota. A necessidade de voto, eleições e uma nova Constituição são unânimes entre os entrevistados. Como tudo estava em construção as entrevistas abordam os partidos políticos, a imprensa, as Forças Armadas, a miséria do país, os sindicatos, a reforma agrária, a dívida externa, a empresa pública e a empresa multinacional. O tratamento aberto destes temas depois de tantos anos revelava o potencial transformador da redemocratização que, no limite, não era outro senão a construção de uma democracia radical, com efetiva participação e controle popular. Fernando Henrique Cardoso, então Senador da República,

defendia, por exemplo, a profissionalização das Forças Armadas e o fim de sua função tutelar; o fim do imposto sindical e da intervenção do Estado nos sindicatos (o que dizia ser uma característica dos fascismos), bem como o direito de greve e a reposição da renda corroída pela inflação; defendia a expropriação da terra não explorada, declarando-a de utilidade pública para dividi-la, dando ao novo proprietário condição de exploração econômica; desejava condicionar o pagamento da dívida externa às necessidades nacionais de crescimento econômico; apoiava o controle social da empresa pública, passando pelo “crivo democrático”; quanto às multinacionais, dizia que se continuassem “soltas no mercado para investirem no que desejarem e produzirem o que quiserem” serão um impedimento à definição dos rumos do país de maneira que nos convenha enquanto nação (Cardoso, 1985:63 a 76). Quem te viu, quem te vê⁷⁹. No mesmo livro, a entrevista de Celso Furtado traz à discussão o tema da desigualdade regional e as formas de reduzir a grande concentração de poder econômico; sobre a estrutura fundiária Furtado era a favor de caminhar para uma agricultura de pequenas e médias propriedades, pois a estrutura atual latifundiária era responsável ao mesmo tempo pelo grande desgaste ecológico e pela concentração de renda; as multinacionais não poderiam adaptar o país aos seus interesses e no desenvolvimento brasileiro as prioridades sociais deveriam prevalecer sobre a racionalidade das empresas; era favorável à renegociação da dívida externa com alongamento do prazo e negação dos juros arbitrários impostos pelos credores; propunha também a alteração da estrutura fiscal para impedir que o pobre pagasse mais impostos que os ricos em termos relativos; por fim, para Furtado, o direito de greve constitui uma forma de poder fora do Estado, uma forma de autonomia da sociedade e de desenvolvimento social, onde ela define seus objetivos sem ser tutelada, sendo um poder exercido para mudar a distribuição de renda (Furtado, 1985:103 a 122). Sobre a dívida externa, Hélio Jaguaribe denunciava a postura imperialista dos EUA que eram concomitantemente nossos credores e determinador unilateral da taxa de juros. Propunha limitar o pagamento de juros ao montante de 3% reais e se negar a qualquer outro pagamento. Restaria aos credores aceitar ou nada receber (Jaguaribe, 1985:145-146). Francisco Weffort, então secretário geral do PT, sugeria a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem prejuízo para os salários; as empresas que dependessem de concessão pública, como as

⁷⁹ Marx (2008:207) retoma Hegel para observar que todos os fatos e personagens da história universal aparecem duas vezes, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. No caso de FHC, deu-se o contrário: primeiro aparece intelectualmente como farsa, forjando, em conjunto com José Serra e com o apoio de Luis Gonzaga Belluzzo, insinuações mentirosas a respeito da Teoria Marxista da Dependência de Ruy Mauro Marini; depois aparece politicamente como tragédia, a tragédia nacional que significou seu mandato como presidente da República (1995-2002).

da área de comunicação, deveriam ter um mínimo de controle democrático e ser obrigadas a ter compromissos com a opinião pública, com a Nação e com a sociedade (Weffort, 1985:164 a 179). Já Ruy Mauro Marini, no que se refere às empresas públicas, avançava em direção à democratização com participação popular e lançava a ideia de que elas pudessem se transformar em empresas autogestionárias a partir da formação de conselhos setoriais com a representação dos partidos e organizações sociais (Marini, 1985:41). Esses são pontos fundamentais do período de redemocratização que expressam seu potencial transformador.

A discussão sobre a propriedade da terra e a reforma agrária merece uma atenção especial, sobretudo no Brasil, um país de tradição latifundista. Entretanto, tradição aqui não significa algo fortuito, pois a concentração da terra no Brasil é um processo profundamente conflitante formado historicamente pelo modo como foi apropriada a terra, envolvendo fraudes, exploração e derramamento de sangue. A pressão popular exigia o debate sobre a terra e a Constituinte não teria como escapar, havendo, portanto um grande potencial transformador num tema crucial como este. O ótimo texto de Ricardo Abramovay narra esse processo. A pressão popular inicia já em 1979 quando se reuniu em Brasília um combativo Congresso de Trabalhadores Rurais e em Pernambuco os assalariados agrícolas cruzam os braços numa demonstração surpreendente de organização. Além de se espalhar para outros estados nordestinos a luta pela terra desembarca com força no interior de São Paulo, centro do capitalismo agrário brasileiro. Em maio de 1984 a cidade de Guariba, região de Ribeirão Preto, é palco de um levante dos trabalhadores que trabalhavam em condições de semi-escavidão nos canaviais da cidade⁸⁰ (Abramovay, 1986:212). Em 1985 ocorreria novo Congresso dos Trabalhadores Rurais contando com a presença de 4.000 sindicalistas. Neste Congresso, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresentam o Plano de Reforma Agrária. Segundo Abramovay, caso este Plano tivesse sido aprovado, significaria uma real desarticulação das bases do poder latifundiário no país, pois estabelecia um limite para a superfície máxima da propriedade rural e a efetiva participação dos trabalhadores no processo de reforma (1986:218-219). A reação do latifúndio foi imediata reunindo 4.000 agricultores através da Confederação Nacional da Agricultura (CNA, organização patronal) e pedindo a demissão de Nelson Ribeiro, então Ministro da Reforma Agrária. No Rio Grande do Sul, o Pacto de Unidade e Resposta Rural (PUR) preconizava o armamento dos fazendeiros contra as tentativas de ocupações ou desapropriações (Idem:220).

⁸⁰ Breves informações sobre as lutas em Guariba:

<http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2005/not20051125p10096.htm> - acesso em 11/10/2010.

Mesmo com a certeza da impunidade em relação aos crimes do Estado e com um presidente confiável e moderado no poder, o maior desafio de uma transição controlada ainda estaria por vir: escrever uma nova Constituição para o país. Afinal, um processo constituinte é o momento decisivo em que todos os temas da nação serão debatidos e sistematizados numa Carta que regerá o desenvolvimento nacional. Uma Constituição, segundo Marini, “é um conjunto de princípios e normas de organização destinado a reger o processo mediante o qual as classes se relacionam” (1985:20). Estava em jogo conquistar uma Constituição que não seja simplesmente liberal, como pretendia a burguesia, mas essencialmente democrática (Idem:37). E desta vez a Constituição se fará num contexto inédito: (i) a herança de um período ditatorial e (ii) a forte organização popular. Além de ser um marco favorável para a democratização do país, a aprovação de uma Constituição pode servir de trampolim para “as mobilizações da sociedade no cumprimento dos seus direitos e das transformações dos seus direitos formais em direitos reais” (Sader, 1985:146). De acordo com Fernandes,

“as eleições diretas poderiam ter sido uma ruptura contra a ditadura, por isso foram cassadas; a próxima Assembleia Nacional Constituinte poderá ser uma ruptura com uma ordem social equívoca, um corte decisivo no nó górdio que nos ata ao passado, ao mandonismo dos de cima, aos privilégios dos cultos e poderosos, por isso ela está sendo solapada de antemão, cozida em água fria” (2007b:93).

Mais uma vez Florestan Fernandes é brilhante no que tange a Constituinte. Como participante pelo PT e como analista, Florestan é a base para a interpretação do processo. Já sabemos que uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e formada exclusivamente para este fim nunca existiu, o que houve foi um Congresso Constituinte composto por parlamentares eleitos para o já existente Congresso. Assim mesmo, segundo Fernandes, estava em jogo no Congresso Constituinte uma revolução democrática ou uma transação conservadora à “Nova República” (2007b:33). A direita se organizava na Aliança Democrática para “salvar o capital de uma catástrofe econômica e a ordem política de uma comoção violenta, de consequências imprevisíveis” (Idem:40). Consequências imprevisíveis porque “pela primeira vez na história, Constituição, Democracia e Revolução aparecem como entidades históricas em relação de interdependência e de reciprocidade” (Idem:55). O potencial transformador estava ancorado na luta pela democracia que, radicalizada pela participação dos grupos de esquerda, fazia tremer os donos do poder enquanto surgia no horizonte o sonho de uma sociedade livre e igualitária. O temor da direita e suas reações desvairadas e raivosas, assim como ocorrera no processo abolicionista, é um indicador do potencial transformador de um determinado momento histórico. O receio de uma desforra dos

oprimidos dispara mecanismos de autodefesa burguesa – o contra-ataque, a contra-revolução – que se dividem em estratégias pactualistas ou de repressão violenta. O trinômio *Constituição, Democracia e Revolução* era possível e propunha a ampla democratização da sociedade civil e do controle do Estado formando uma sociedade de caráter igualitário e solidamente nacionalista e libertário. Devido ao trinômio surgia também pela primeira vez a possibilidade de que a Carta Magna da sociedade não fosse confundida com “o biombo de um sistema de poder despótico, desumano, anti-social e antinacional, que recorre à Constituição como uma máscara e uma fonte de ‘legitimação’ de toda sorte de ilegalidades” (Idem:63-64).

Ainda sobre a Constituinte, é preciso resgatar a obra monumental de René Dreifuss (1989). Junto com sua equipe, Dreifuss consegue remontar o dia-a-dia da Constituinte a partir de uma rica documentação obtida com a análise diária de jornais e entrevistas. O autor consegue expor como a direita, sobretudo militares, empresários e ruralistas, consegue se articular em grupos para evitar as conquistas populares e defender seus interesses⁸¹. Uma importante articulação de empresários e militares se deu com a criação do Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN). Surgido em fevereiro de 1987, era composto por figuras como: José Ermirio de Moraes Filho (Grupo Votorantim); Lázaro de Mello Brandão (Bradesco); Gal Rubem Ludwig (ex-ministro da educação no gov. Figueiredo); Jorge Gerdau Johannpeter (Metalúrgica Gerdau); José Mindlin (Metal Leve e Instituto Liberal); Victor Civita (Editora Abril). O grupo possuía uma retórica moralizante, anticorrupção e anticomunista, além de antiestatizante, apoiadora da abertura ao capital estrangeiro e contrária à reforma agrária radical (Dreifuss, 1989:164-165). A Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD) era outro grupo de semelhante objetivo, do qual participava Ingo Hering, presidente do grupo Hering. Contudo, o grupo de extrema-direita seria criado em dezembro de 1987, a União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD). Composta por militares e civis ultra-reacionários, a UNDD temia o potencial transformador contido na Constituinte. Seu propósito era combater a “esquerda deletéria” e não escondiam que “se os políticos não contiverem o caos, será o caso de uma intervenção das Forças Armadas” (Idem:167). O general Tasso Villar de Aquino, pertencente ao grupo, enumerava do alto de seu fascismo itens que dizia ser indicadores da comunização do Brasil (Idem:168):

1. O direito de voto do analfabeto;
2. A legalização dos partidos comunistas;
3. O reatamento das relações com Cuba;
4. O ultraje ao Hino Nacional na interpretação de Fafá de Belém;

⁸¹ O objetivo declarado da direita era conquistar forte maioria no Congresso Constituinte para bloquear a revolução democrática, esvaziando-a de conteúdos concretos (Fernandes, 2007b:54).

5. A supressão da censura para as manifestações de caráter cultural;
6. A ampliação irresponsável do direito de greve;
7. A redução irracional da jornada de trabalho;
8. A reforma agrária espoliativa, prejudicial, injusta, absurda e, principalmente, desajustada à realidade brasileira, inspirada por agitadores;
9. A supressão da referência a deus na Constituinte;
10. A licença-paternidade (de oito dias);

O grupo representante dos fazendeiros, a União Democrática Ruralista (UDR), na voz de seu presidente Ronaldo Caiado, previa uma convulsão no país caso alguns projetos fossem aprovados (Dreifuss, 1989:193). Os ruralistas atacavam o PT, a CUT e a Comissão Pastoral da Terra e defendiam que o direito de propriedade da terra não fosse subordinado ao cumprimento de sua função social (Idem:209). Outros temiam que Brizola ganhasse um apoio popular irreversível. O embaixador dos EUA, Harry Schlaudermann, temia as providências que vinham sendo tomadas na Constituinte sobre as multinacionais. Harry afirmava que a nova Constituição “pendia mais do que o desejado para a esquerda” (Idem:191).

A Lei de Anistia, a eleição para presidente e a Constituinte tiveram em comum a absorção de um potencial transformador que, em síntese, era a revolução democrática nacional-popular. Entretanto, ainda restava a conclusão da redemocratização do país através da eleição direta para presidente da República. As eleições ocorreram finalmente em 1989 e causaram grande temor devido ao potencial transformador que possuía. Após (i) o satisfatório sucesso da esquerda nas eleições municipais de 1988, onde o PT venceu em São Paulo e em outras capitais; (ii) o aumento da popularidade de Lula e Brizola; (iii) o aumento das greves em todo país e em vários setores, exigindo reposição salarial, reajustamentos trimestrais de salários e redução da jornada de trabalho; (iv) o sindicalismo livre e autônomo que rompia com a institucionalidade da CLT (Vianna, 1986:211); (v) a adesão maciça de artistas como Chico Buarque entoando o hino “Lula Lá”; e (vi) a indecisão da direita que estava sem um candidato nítido capaz de empolgar o eleitorado, as eleições presidenciais passam a ameaçar a ordem. Diante disso, as direitas não deixam de cogitar o parlamentarismo para limitar os poderes de um possível presidente indesejável (Dreifuss, 1989:263). Um segundo turno entre dois candidatos do trio Lula-Brizola-Covas seria um cenário catastrófico. O jornal “Letras em Marcha”, da direita militar, falava em “cruzada democrática para salvar o Brasil de uma ditadura socialista (Idem:273-274). Antônio Ermírio de Moraes, um plausível presidenciável, preocupadíssimo com a democracia, dizia ser preciso botar o país nos trilhos ou o processo democrático correria perigo e voltaríamos a bater continência (Idem:268). A UDR, ruralista, era contra a “República sindicalista brasileira” (Idem:278). E em meio a este turbilhão a

direita encontrou Fernando Collor de Mello. Antes, a direita havia cogitado a candidatura do general João Figueiredo (ex-ditador-presidente). A direita cogitou eleger o general Figueiredo, o mesmo que foi acusado pelo segundo tenente-médico da reserva do Exército, o psiquiatra Amílcar Lobo, de dar orientações sobre tortura ao general José Luiz Coelho Neto. Segundo Lobo, Figueiredo quando era chefe do Gabinete Militar do governo Médici recomendara a introdução de um bastão no ânus de um preso político – alegando ser um método capaz de obter, com rapidez, uma confissão (Idem:179)⁸². Cabe notar também que Figueiredo avalizou ‘novos políticos’ como o próprio Fernando Collor de Mello. Sabemos o resultado da eleições. A direita contou com a figura de Collor, com o sindicalismo pelego (“de resultados”, “não-ideológico”, “apolítico”), o apoio intenso da mídia e dos setores empresariais e militares organizados para vencer por diferença mínima as eleições.

3.3 Análise do desfecho: potencial absorvido e democracia restrita

O potencial contido na Constituinte foi cuidadosamente absorvido, item por item, votação por votação. O Congresso Constituinte era dominado por uma maioria conserviológica, uma mistura de conservadora e fisiológica, na acepção de Dreifuss (1989:103). A bancada de ruralistas (União Democrática Ruralista – UDR), de industriais (Jorge Gerdau Johannpeter e Antonio Ermírio de Moraes) e de banqueiros (Roberto Konder Bornhausen) conseguiu reunir força suficiente para que seus representantes no Congresso barrassem as discussões mais importantes ou que, ao menos, evitasse um “mal” maior. Isso porque, apesar de toda a força conservadora, a Constituição de 1988 avança em muitos pontos, principalmente nos direitos trabalhistas que a direita julgava absurdos, como o direito de greve. Evitar o “mal” maior cedendo em alguns pontos e, por outro lado, radicalizar e arrancar vitórias é o que Stepan acertadamente chamou de uma complexa dialética entre concessão do regime e conquista da sociedade (1986:50). Tal dialética marcou a transição democrática. Mas, na soma dos pontos, é possível afirmar que houve algum vencedor? Sim, a direita! Apesar de Ulysses Guimarães anunciar que a Constituição teria cheiro de amanhã e não de mofo, para Dreifuss, ela terminou conservadora como nascera, porém temperada com alguns leves condimentos nacionalistas. Segundo o autor a Carta constitucional “refletia o

⁸² O general Figueiredo, junto com outros doze brasileiros, estava entre os 140 pedidos de prisão expedidos pela justiça italiana contra pessoas que participaram da Operação Condor, realizada pelas ditaduras sul-americanas para eliminar opositores. Os envolvidos são acusados de diversos crimes, sobretudo, massacre, seqüestro e homicídio múltiplo agravado. Mais informações em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2008/01/18/ult34u197524.jhtm> - acesso em 26/09/2010.

comedido sucesso do empresariado urbano, o êxito ruidoso dos empresários rurais e a mais recente e fogosa demonstração do poder militar” (1989:247). Para Florestan, afigurava-se uma “Constituição de lantejoulas, de vitrina, formalmente ‘ousada’ mas efetivamente inerte como fator normativo da mudança social e política revolucionária” (2007b:55). Esse conteúdo formalmente ousado pode ser visto em Marini (1988). Se por um lado, a Constituição revestiu o país com um caráter mais abertamente democrático, com a ampliação de garantias e direitos individuais, com a instituição de mecanismos vinculados à democracia direta e com o fortalecimento dos instrumentos de participação popular e de vigilância cidadã que tornavam o Estado mais permeável à iniciativa popular (Marini já alertava sobre a necessidade de não permitir que essas conquistas ficassem apenas no papel ou sofressem deformações); por outro lado, a capacidade de influência popular direta na formulação e implementação das políticas públicas, a possibilidade de fiscalização em matéria orçamentária e financeira e a participação dos trabalhadores na gestão das empresas são extremamente precárias. Essas são as contradições ou limitações de uma Carta que, para Marini (1988), foi gerada no bojo de um processo inquestionavelmente hegemônico pela burguesia. Contudo, mesmo sob o peso de tal hegemonia os rumos da Constituinte causavam temor, levando o então presidente Sarney a apelar. Em cadeia nacional de rádio e televisão alertou para “os perigos” que a Constituição representava defendendo que o país se tornaria ingovernável caso as decisões aprovadas em primeiro turno fossem mantidas (o inimigo da governabilidade seria a seguridade social que supostamente causaria uma explosão dos gastos públicos)⁸³. Portanto, a Constituição brasileira de 1988, apesar de formalmente ousada, causou desde a sua aprovação um desconforto nas elites e, por assim ser, teve de ser repetidamente emendada.

Embora contenha os avanços mencionados, em comparação com a Constituição venezuelana de 1999, por exemplo, o processo Constituinte brasileiro foi um fracasso rotundo. Independentemente do conteúdo e do contexto histórico, na Venezuela houve uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e exclusiva para esse fim que, após terminar seus trabalhos se auto-dissolve e leva o projeto de Constituição à referendo popular⁸⁴. Este é um exemplo de processo Constituinte com protagonismo popular em todas as questões fundamentais – completamente oposto do ocorrido no Brasil em 1987-88. É também um exemplo do que falamos acima, a possibilidade de existir uma democracia burguesa e uma democracia popular. Na primeira, o povo é temido e sua ação é controlada para que não

⁸³ <http://www.apufsc.ufsc.br/texto/384/> - acesso em 12/2010.

⁸⁴ Referências sobre a Constituinte venezuelana em:

http://es.wikipedia.org/wiki/Constituci%C3%B3n_de_Venezuela_de_1999 – acesso em 10/2010.

extravase os limites da ordem; na segunda, a participação do povo, sua politização e mobilização, é vista com bons olhos e incentivada.

Quanto às eleições de 1989, o potencial da candidatura Lula foi absorvido com a vitória de Collor. O presidente eleito inaugura a democracia brasileira e acalmara a direita que teria seus privilégios preservados. Em seu governo, Collor nomeia o cão de guarda biônico da ditadura Jorge Bornhausen como ministro-chefe da casa civil, inicia o Programa Nacional de Desestatização, realiza o confisco de contas-correntes e poupanças e é alvo de escândalos de corrupção sofrendo o *impeachment* e a inabilitação para o exercício de funções públicas pelo período de oito anos. Collor foi prefeito biônico de Maceió e governador de Alagoas. Transitou pela ARENA, pelo PDS e PMDB e em 1984 votara em Maluf no Colégio Eleitoral. Mesmo assim a imagem de Collor apareceu como a de um “paladino pairando acima dos partidos tradicionais da direita e acobertado por uma legenda menor, aparentemente desvinculada da politiqueria convencional” (Dreifuss, 1989:291).

Embora a “Nova República” nasça do embate entre as forças que desejam explodir as bases institucionais restantes do autoritarismo civil-militar e as forças da coligação conservadora, tendo um “mandato explícito de deter a espoliação financeira via dívida externa e de arbitrar o conflito distributivo interno a favor dos lesados pelo ajuste recessivo”, ela naufraga logo nos primeiros passos. O poder foi dado ao moderado Tancredo que sempre insistiu numa transição sem ruptura, com respeito as regras do jogo. Tanto é que Tancredo deu mão forte ao seu sobrinho Francisco Dornelles para reativar uma política econômica de cunho ortodoxo, favorável aos credores (Singer, 1986:94-95). Para Sampaio Junior & Affonso, Dornelles tinha a intenção de submeter a economia a um choque recessivo, conduzindo a política econômica sob o signo da austeridade (1986:63-64). Isso porque o FMI suspendera em meados de fevereiro de 1985 uma parcela do empréstimo negociado junto a este organismo, passando a condicionar a continuidade do programa de financiamento à intensificação do aperto fiscal (Idem:56-57). Contudo, já em agosto de 1985, a equipe de Dornelles se demitiria e em seu lugar assumiria o desenvolvimentista Dilson Funaro, “digno representante da ala progressista da burguesia industrial de São Paulo”, segundo as palavras de Paul Singer (1986:98).

A Lei de Anistia brasileira, além de não perdoar os militares cassados em 1964 – militares contrários ao golpe de 1964 e que resistiram na defesa da legalidade constitucional – perdoou crimes cometidos pelo Estado. Também deixou em aberto os esclarecimentos sobre os desaparecidos políticos e a abertura de arquivos militares (os que ainda não foram

destruídos). O excelente artigo de Vladimir Safatle (2010) é esclarecedor, entre outros pontos, sobre a Anistia. Mostra como o desfecho da Anistia brasileira, ainda mais se comparado aos processos de redemocratização e anistia de outros países da América do Sul, é injusta e cruel. Na Argentina, anulou-se o aparato legal que impedia a punição de torturadores da ditadura; no Chile, Pinochet foi preso em Londres, carrascos como Manuel Contreras foram condenados à prisão perpétua e o exército chileno foi obrigado a emitir nota oficial em que reconheceu não se solidarizar com seu passado, além de processar o soldado assassino de Víctor Jara. “Neste sentido o único país que realizou de maneira bem-sucedida as palavras dos carrascos nazistas [“Ninguém acreditará que fizemos o que estamos fazendo. Não haverá traços nem memória”, diziam os carrascos aos judeus nos campos de concentração] foi o Brasil: o país que realizou a profecia mais monstruosa e espúria de todas. A profecia da violência sem trauma” (colchetes meus) (Safatle, 2010:240). O Brasil também é o único país da América Latina onde a Lei de Anistia vale para acobertar crimes contra a humanidade, como o terrorismo de Estado, a tortura e a ocultação de cadáveres; o único país onde as Forças Armadas não fizeram um mea-culpa sobre o regime militar⁸⁵ e onde os corpos de desaparecidos não foram identificados porque o Exército não divulga informações (Idem:243-244). Como se não fosse bastante, nas discussões recentes sobre a interpretação da Lei de Anistia (ver nota de rodapé 78, p. 68), não foram raras as vozes que acusaram os militantes de esquerda resistentes ao golpe (inclusive a resistência armada) como assassinos e torturadores. Safatle afirma como exemplo que o Tribunal de Nuremberg não condenou os resistentes franceses ao governo de Vichy. Assim, há no Brasil uma negação da incomensurabilidade entre a violência do Estado ditatorial e a violência contra o Estado ilegal (Idem:248). Do mesmo modo, no Brasil há uma negação da indissociabilidade entre defesa do Estado livre e direito à violência contra um Estado ilegal. E isto quem diz não é Lênin, mas o grande liberal John Locke. Segundo Safatle, “admite-se, ao menos desde John Locke, o direito que todo cidadão tem de se contrapor ao tirano e às estruturas de seu poder, de lutar de todas as formas contra aquele que usurpa o governo e

⁸⁵ Os militares não só não reconhecem a sua culpa como ainda festejam a “Revolução democrática de 1964”. O general Paulo César Castro, na cerimônia em que passou à reserva, elogiou o ditador-presidente Medici, alertou sobre os “arautos da sarna marxista” e chamou de democrática a “revolução” que descomunizou o Brasil (Folha de São Paulo, 12/05/2009). O general Luiz Cesário da Silveira Filho, por sua vez, exultou o golpe de 1964 classificando-o como memorável acontecimento. Silveira Filho lamenta o plano de governo que fortalece o Ministério da Defesa e enfraquece as Forças Armadas e afirma que a despeito de qualquer decisão o Exército saberá, como sempre, proteger a nação do estrangeiro *e de si mesma* (Folha de São Paulo, 12/03/2009). Por fim, o general da reserva Renato César Tibau da Costa num evento sobre democracia e liberdade de expressão, que contou com painelistas como Merval Pereira (O Globo) e Reinaldo Azevedo (Veja), refutou que os militares tenham restringido a democracia e a liberdade de expressão em 1964. Acrescentou que quando os militares entrevistaram foi para manter a democracia, jamais para censurar a imprensa (Valor Econômico, 24/09/2010).

impõe um Estado de terror, de censura, de suspensão das garantias de integridade social” (Idem:245). Neste quesito o Brasil é um trágico modelo de conciliação e cordialidade.

Quanto à posição das Forças Armadas na sociedade brasileira, um potencial lançado nas discussões da Nova República foi alcançado. Foi criado um Ministério da Defesa, onde os comandantes das três armas são subordinados ao Ministro. As Forças Armadas abandonaram, ao menos oficialmente, a ideia da segurança nacional contra o inimigo interno para se dedicar exclusivamente ao zelo da soberania nacional. Contudo, a questão da segurança continua pendendo para o lado da segurança da ordem, em detrimento da segurança pública.

Na questão da Reforma Agrária, tema de grande potencial transformador, o desfecho é o exemplo mais claro da conciliação pelo alto. No dia 10 de outubro de 1985 o presidente da República aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária, condenado unanimemente pelo movimento sindical, pelo Movimento dos Sem Terra, por todas as entidades até então envolvidas na luta pela reforma agrária e pela própria direção do INCRA, cujo presidente se demitiria no dia 17 de outubro. Ao mesmo tempo os líderes da campanha anti-reforma agrária e os principais dirigentes das entidades patronais rurais louvaram o “bom senso” e o “equilíbrio” do presidente Sarney. O Plano aprovado esvazia completamente a proposta original, então apoiada pelos movimentos sociais. A reforma aprovada descaracteriza o conceito de latifúndio e o próprio objeto da reforma agrária (Abramovay, 1986:221 a 223).

“O Plano governamental não conduzirá àquele que é o objetivo básico de qualquer processo verdadeiro de reforma agrária: a eliminação ou ao menos a substancial redução do peso do latifúndio na vida social, econômica e política do país. A tentativa da Nova República consiste em reconhecer a gravidade dos problemas no campo (produção alimentar, êxodo rural, violência, etc.), mas procurando enfrentá-los sem ferir os interesses da oligarquia agrária” (Idem:224).

Buscou-se, portanto, conduzir a Reforma Agrária até o ponto em que o poder das classes tradicionais ligadas a agricultura não fosse afetado. Pode-se concluir que avançou muito pouco. Entretanto, toda a discussão sobre Reforma Agrária ocorrida na “Nova República” serviu para inserir definitivamente esta questão no rol dos grandes temas de debate nacional. Hoje o tema segue sendo de profunda importância pois a imensa concentração de terra é uma realidade que prejudica muitos pequenos agricultores, aumentando as desigualdades sociais. Para se ter uma ideia do tamanho da concentração de terra no Brasil, realizei nos últimos meses um acompanhamento das notícias do jornal Valor Econômico que revelam o tamanho das posses de alguns grupos empresariais. O resultado está exposto na tabela abaixo.

Tabela 1. Empresas ou grupos empresariais proprietários de terras

EMPRESA	ÁREA (hectares)	SETOR	FONTE
ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht	230.000	Cana-de-açúcar	Valor Econômico – 12/05/2010
Grupo MAEDA, agroindústria	94.000	Graos, uma das maiores agropecuárias do Brasil	Valor Econômico – 11/05/2010
Grupo Tereos, França	203.000	Cana-de-açúcar	Valor Econômico – 29/03/2010
Eraí Maggi, produtor individual	358.000, em suas 36 fazendas	Soja, milho e algodão	O Estado de São Paulo – 14/03/2010
Grupo Tiba Agro	320.000, no cerrado brasileiro	Não especificado	Valor Econômico – 15/03/2010
Sollus Capital, grupo de investidores americanos e brasileiros	35.000	Não especificado	Valor Econômico – 27/05/2010
Noble Group, trading de commodities com sede em Hong Kong	125.000	Cana-de-açúcar	Valor Econômico – 25/05/2010
Madepar Agroflorestal	15.000, entre Paraná e Santa Catarina	Não especificado	Valor Econômico – 26/07/2010
Grupo Agrifirma	60.000, na Bahia	Não especificado	Valor Econômico – 19/07/2010
Bunge	84.000, no Tocantins	Sucroalcooleiro	Valor Econômico – 02/08/2010
Grupo Itaquerê	100.000, no Mato Grosso	Não especificado	Valor Econômico – 20/10/2010
SLC Agrícola	237.000	Soja, milho, algodão, trigo e café	Valor Econômico – 27/10/2010
Radar, criada pela Cosan e com participação de um fundo de pensão dos EUA	84.000	Não especificado	Valor Econômico – 04/11/2010

Fonte: pesquisa e elaboração próprias, com dados dos jornais citados.

A tabela acima revela que 13 empresas ou grupos empresariais são proprietários de nada menos que 1.945.000 hectares de terra. Convertendo esse valor para quilômetros quadrados chega-se à área de 19.450 Km². Esta área expressiva representa, por exemplo, 20,4% do território do Estado de Santa Catarina; 44,5% do Estado do Rio de Janeiro; 88,7% do Estado do Sergipe; 19,8% do Estado de Pernambuco; 44,9 vezes o tamanho da cidade de Florianópolis; ou ainda 11% do território uruguaio. Por isso, falar da enorme concentração de terras no Brasil não é exagero algum, trata-se da realidade. Realidade que a Constituinte de 1987-88 e os planos de Reforma Agrária de lá para cá não conseguiram alterar em benefício da esmagadora maioria da população.

Na disputa pela redemocratização venceu a transição democrática ao invés da revolução democrática. Isso significa que se conquistou, mesmo que cambaleante, um *regime político* democrático, mas não uma *sociedade democrática*. Esta é uma diferença fundamental

e explica porque a democracia em nosso país ainda está por ser conquistada, sendo essencial para qualquer projeto de transformação nacional.

“Os proletários e os humildes precisam de uma democracia que lhes garanta a liberdade maior de *ser gente*, de ter peso e voz na sociedade civil, de exercer controles sociais diretos e indiretos sobre a composição e o rendimento do Estado [...] a questão da democracia é uma questão vital como premissa para que ultrapassem sua condição atual de morte civil e para que conquistem para si (como pessoas), para as suas organizações sociais, culturais e políticas (como movimentos) e para a sua classe e subdivisões de classe (como forças vivas essenciais da Nação), o direito e o dever de participar de forma livre e independente da solução dos grandes problemas nacionais e dos dilemas de nossa época. (Fernandes, 2007b:87-88).

Para Florestan a revolução democrática é o único modo de quebrar o círculo de ferro da democracia dos donos do poder. O meio para alcançá-la advirá do nível de organização e mobilização das classes oprimidas perante os momentos decisivos que de tempos em tempos surgem na história. No período de redemocratização não estava em questão a construção do socialismo. Tratava-se de uma revolução democrática nacional-popular, ou seja, o ponto pé inicial da metamorfose de um regime político democrático em uma sociedade democrática. Nas condições atuais da periferia capitalista, principalmente na América Latina, o nacionalismo revolucionário vem se mostrando como importante meio de conquistas populares e de avanços sociais. Nestes termos, antes de ser socialista uma revolução é essencialmente nacionalista. Fidel Castro revela que antes de ser marxista e anti-imperialista, tornou-se martiano (José Martí) e bolivariano (Simón Bolívar). A partir daí se transformou em um revolucionário, desenvolvendo antes de tudo um sentimento patriótico e humanitário (Castro, 2010).

4 Contra-revolução permanente e manutenção da condição dependente

Historicamente, as revoluções são responsáveis por inaugurar novas eras, transgredir os limiares que separam o passado e o futuro, romper a fronteira entre aquilo que se decompõe e o que floresce. Mais cedo ou mais tarde o que é sólido se desmancha, é assim no campo das artes, das ciências e das formações sócio-culturais que se agrupam política e economicamente em nações. Num constante embate contra o que está posto os agentes revolucionários e os movimentos revolucionários constroem novas formas de interpretar o mundo e seus fenômenos e estabelecem novas maneiras de agir e se relacionar com a realidade. A revolução é, portanto, a regra e não a exceção. A revolução é o impulso que transforma o mundo num momento em que a realidade é colocada em xeque porque não suporta mais a pressão que contra ela age. Nesses períodos críticos, a disputa de forças entre grupos favoráveis e contrários a mudança tem sua intensidade elevada e decidirá a formação do futuro. Não raramente as forças reacionárias vencem o confronto e então podemos dizer que toma forma a contra-revolução. E se analisarmos a história brasileira veremos que uma contra-revolução toma forma permanentemente. A contra-revolução permanente é, portanto, o movimento composto por uma série de estratégias criadas e utilizadas pelas elites em cada período crítico que resulta na manutenção da ordem. Apegadas a ordem que lhes privilegia e da qual sobrevivem, as elites têm uma compreensível repugnância à mudança, afinal, está em jogo a derrocada de todo o seu mundo. Qualquer possibilidade ou tentativa de revisão mesmo que conjuntural da ordem é encarada como um escândalo, um absurdo a ser prontamente descaracterizado e interrompido⁸⁶. No mesmo sentido, Karl Marx, analisando como o partido da ordem se uniu contra à classe proletária durante as “jornadas de junho” na França⁸⁷, conclui que mesmo as reformas circunscritas aos limites da ordem burguesa são vistas como um terrível atentado. “Qualquer reivindicação da mais simples reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do republicanismo mais formal, da democracia mais trivial, é ao mesmo tempo castigada como ‘atentado contra a sociedade’ e estigmatizada como ‘socialismo’” (Marx, 2008:219).

⁸⁶ “Bertold Brecht notou que vivemos numa época em que parece crime discutir sobre uma árvore. Desde então, as coisas pioraram muito. Hoje, parece crime *falar* meramente sobre mudança, enquanto a sociedade em que vivemos é transformada numa instituição de violência” (Marcuse, 1981:128).

⁸⁷ Insurreição dos operários de Paris em junho de 1848, esmagada pela burguesia francesa. Marx analisa esse período de insurreições e contra-golpes na França em textos como: *As lutas de classes na França – de 1848 a 1850*; *A Guerra Civil na França*; *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

A contra-revolução permanente é como uma barragem que se ergue para conter ou alterar o avanço de um rio. Sob o risco de ruir, nenhuma gota d'água poderá passar a não ser quando autorizada por aqueles que gerenciam sua vazão. Os “de cima” manobram constantemente para prevenir a eventualidade de um abalo na “tradição” de concentração do poder (Fernandes, 2007b:89). As classes dominantes, para além de suas divergências superficiais, como o nível adequado do câmbio, dos juros e da forma de existência de um ou outro tributo, concordam num ponto essencial: “impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia (Leandro Konder citado por Ianni, 1989:126). Porém, como diria Florestan, “quanto mais água agarram, mais água escapa-lhes pelos dedos” (2007b:86). Uma contra-revolução, não obstante sua permanente tentativa de barrar a mudança, não pode vencer todas as batalhas e nem durar para sempre. A vitória revolucionária também ocorre e significa então uma ruptura histórica.

Nos capítulos anteriores caracterizamos a Abolição da Escravidão e a Redemocratização como exemplos visíveis de uma contra-revolução vitoriosa. Uma contra-revolução que, lançando mão de diversas estratégias, resultou na manutenção da ordem apesar da mudança. Desde um ponto de vista nacional-popular, o embate histórico que promove como vitoriosas as forças conservadoras tem como resultado a construção de um futuro alquebrado, no sentido de estar aquém das possibilidades históricas. Neste capítulo trataremos enfim de descrever quais estratégias são usadas pela contra-revolução e traçar um panorama da ordem que se mantém apesar das mudanças.

4.1 A contra-revolução permanente: conciliação e autoritarismo desmobilizador

A contra-revolução permanente engloba um conjunto de estratégias elitistas de manutenção da ordem que se forma e é posta a prova nos momentos em que a subversão dos grupos dominados ou a revolta das elites dissidentes adquirem força suficiente para contestar estruturalmente o *status quo*. Cada situação reformista ou revolucionária possui a sua correspondente resposta contra-revolucionária. Michel Debrun (1983) agrupa essas respostas em dois grandes arquétipos que se revezam ou se unem no papel de contenção da ordem: a “conciliação” e o autoritarismo desmobilizador. A “conciliação” é a capacidade de aliciar sem esmagar (Debrun, 1983:44). É a estratégia preferível em todas as situações, pois alcança o objetivo sem derramar sangue e ainda tem a capacidade de dissimular a real intenção dos conciliadores. A conciliação é sempre colocada por Debrun entre aspas porque, de fato, não se

trata de uma conciliação. Esta supõe equilíbrio e simetria entre os envolvidos, o que não reflete a realidade de um país atravessado pelo hiato entre dominantes e dominados. A “conciliação” é, ao menos aparentemente, a imposição suave do interesse elitista. Ela não evita a contenda, mas formaliza e regula a desigualdade, mesmo sob o véu da igualdade e o bem de todos. A tendência a conciliação no Brasil não existe em função da “boa índole do brasileiro” ou da “cordialidade de nossa gente”. Existe justamente em função do “grande hiato econômico, social, cultural e político que, desde os primórdios, separou os grupos dominantes e as camadas subalternas” (Debrun, 1983:51). De acordo com Florestan Fernandes,

“a conciliação é, em si e por si mesma, contra-reforma, o expediente para banir e excluir a reforma social da história viva (...) A conciliação pressupõe a resistência à mudança e algo ainda mais complexo, que é a esterilização da mudança. Ela só endossa a mudança ‘neutral’, a mudança destituída de conteúdo reformista e revolucionário” (1986:70-71).

A “conciliação” pode ser vista como uma estratégia de cooptação de certos dominados pelos dominantes. “Um mecanismo que, mediante certas vantagens ao pólo mais fraco, consolida a posição do pólo forte” (Debrun, 1983:124). Segundo Debrun, a cooptação é importante para alargar a base social do poder político quando esta não pode mais ficar reduzida à própria elite. Os cooptados, por sua vez, são os sócios caudatários do poder (Idem:137). Contudo, a cooptação não é uma exclusividade brasileira. Ela é uma estratégia contra-revolucionária tão antiga quanto a humanidade. Marx, comentando sobre o poder da Igreja Católica durante a Idade Média, afirma em sua célebre passagem: “quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é seu domínio” (1991:689). Disfarçados sobre insígnias populares, muitos governos e movimentos passam a representar os interesses dos poderosos e das classes dominantes.

A contra-revolução pode acontecer através da formulação de um interesse universal. Isso ocorre quando numa disputa intra-classes dominantes, uma das classes consegue cooptar as classes dominadas e colocar seu interesse particular como interesse universal. Isso ocorreu na Revolução Francesa. O interesse exclusivamente burguês de derrubar o rei e conquistar o poder foi estendido às massas pobres. Após a revolução o interesse universal volta a ser um interesse de classe e o proletariado volta a se confrontar com a burguesia. A burguesia passa a barrar os avanços que representam os anseios do povo, mas que inexoravelmente se chocam com os seus. O “interesse universal” que se cria em torno de um momento decisivo, unindo frações de classes dominantes com as classes dominadas, é ruído logo após a resolução do impasse. Sem dúvida, a formação de um interesse universal em prol de um objetivo comum

ocorreu nos momentos decisivos analisados nesta monografia. E, de fato, vimos que o real interesse era de classe: por um lado, a imposição do trabalho livre era um requisito a ruptura definitiva com um “passado” de domínio senhorial que impedia o avanço da urbanização e da industrialização do país; por outro, a transição democrática interessava à burguesia, que desejava retomar o governo após os militares terem “normalizado” o radicalismo de alguns grupos. Dissimulando seus reais interesses e forjando uma união de classes em torno de “objetivos comuns”, as elites dominantes conseguem promover as mudanças até o ponto em que lhes são necessárias⁸⁸.

A contra-revolução também se manifesta pela solução gradual de conflitos. O gradualismo é a maneira mais eficaz para estancar a espontaneidade, a força subversiva e o alcance transformador que possuem determinados movimentos históricos. Presente tanto na abolição da escravidão quanto na redemocratização, o gradualismo consiste na tarefa de incorporar à ordem, aos poucos e com zelo, as pautas postuladas pelos movimentos rebeldes ou reformistas. O potencial transformador é cozido lentamente em banho-maria e o processo reformista ou revolucionário resulta em mudancismo. Ao adotar a lógica do “conservar-mudando” o Brasil é um país que desconhece a revolução, pois nas transições o moderno não perde o compromisso com o passado (Werneck Vianna, 1996). Formam-se comissões de análise, realizam-se audiências para debater a questão, burocratiza-se todo o processo e então o furor que ameaça as elites é mitigado e as possibilidades de mudança são engessadas. Foi o caso, por exemplo, da Lei do Ventre Livre de 1871 ou da formação do Congresso Constituinte em 1987. O que é visto como uma vitória do grupo reformista, logo é percebido como uma artimanha lançada pelos grupos que têm interesse na manutenção da ordem. De acordo com Florestan “a *solução gradual* não leva a nada. Ela só é efetiva para os que comandam, que podem usar o gradualismo para aperfeiçoar as suas técnicas de dominação e para intensificar a eficácia dos meios de que dispõem para atingir os seus fins egoístas” (Fernandes, 1989:53).

⁸⁸ Marx e Engels expõem esse tema em *A Ideologia Alemã*: “Toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma classe, surge não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade; ela aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante. *Ela pode fazer isso porque no início seu interesse realmente ainda coincide com o interesse coletivo de todas as demais classes não-dominantes* e porque, sob a pressão das condições até então existentes, seu interesse ainda não pode se desenvolver como interesse particular de uma classe particular. Por isso, sua vitória serve, também, a muitos indivíduos de outras classes que não alcançaram a dominação, mas somente na medida em que essa vitória coloque agora esses indivíduos na condição de se elevar à classe dominante [...] Cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então, enquanto, posteriormente, a oposição das classes não-dominantes contra a classe então dominante torna-se cada vez mais aguda e mais profunda” (grifo meu) (2007:48-49).

Ganha-se tempo e absorve-se o que há de mais radical num movimento através da cedência e da concessão. Por fim, faz-se a mudança apenas quando a ordem é capaz de absorvê-la sem prejuízos a sua estabilidade, afinal a arte da contra-revolução se resume em ceder no âmbito, na amplitude e no tempo precisos. Caio Prado Junior resumiu muito bem essa estratégia de conservação do poder ao dizer que “uma reforma qualquer, quando não é compreendida como simples etapa, mero passo preliminar para ulteriores reformas mais amplas e completas, torna-se em força da reação” (1994:178). A reforma que não anda acompanhada da revolução apenas atenua as pressões contrárias à ordem. Para Honório Rodrigues as reformas foram sempre a via inerte da caminhada brasileira (1965:17). As elites políticas não têm como base programas políticos, mas sim fins imediatos e no fundo visam sempre a “abrandar os conflitos, realizar reformas formais, evitar as estruturais e ganhar tempo para as elites e perdê-lo para o povo e a nação” (Honório Rodrigues, 1965:65). Na verdade, muitas vezes é preferível para a elite fazer a reforma no parlamento antes que o povo a faça nas ruas. Essa questão é resumida na clássica frase de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), então presidente do Estado de Minas Gerais, “Façamos a Revolução, antes que o povo a faça” (citado em Honório Rodrigues, 1965:91).

A contra-revolução permanente pode ser preventiva ou não. Grosso modo, ela é preventiva quando segue a linha descrita acima por Antônio Carlos de Andrada. Significa prevenir uma ameaça maior através da antecipação ao recrudescimento de um movimento contestatório. A metáfora, vão-se os anéis, ficam-se os dedos, cabe perfeitamente aqui. Em troca de algum ponto cedido a ordem é mantida, atualizada sem deixar de manter seu vínculo com o passado. Porém quando a “conciliação” não surte efeito e as classes dominantes não conseguem antecipar o movimento reformista ou revolucionário resta ainda uma última saída. A repressão direta e violenta é uma solução mais dramática, mas não menos utilizada, que ocorre eventualmente em face de uma “emergência”⁸⁹. Debrun (1983) chama essa forma contra-revolucionária de autoritarismo desmobilizador. Ocorre quando, do ponto de vista dos “de cima”, o grau de organização das massas, lideradas ou não por uma vanguarda partidária, atinge um nível considerado ameaçador ou mesmo chega a alcançar o governo e a presidência de um país. Para Ianni (1985) quando há um ascenso geral do povo no processo político; quando ocorre a metamorfose da massa em classe; quando a massa, o povaréu, começa a sentir-se, compreender-se e atuar como classe, é a hora em que a contra-revolução atua

⁸⁹ “O autoritarismo deve permanecer latente, constituir um horizonte, uma ameaça em última instância. Ele é respirado no ar, mas só de quando em vez se cristaliza em pressões explícitas ou ações fulminantes” (Debrun, 1983:75).

(1985:90-91). Chega o momento em que o avanço democrático, mesmo que seja o mais burguês dos avanços democráticos, “precisa” ser detido⁹⁰. Em face desses avanços, grande parte da sociedade se torna suspeita aos donos do poder. Nestes casos o golpe de Estado é a prática preferida pela contra-revolução e o totalitarismo começa a atuar para trazer tudo de volta à “normalidade”. O Chile de Salvador Allende talvez seja o exemplo mais claro e ao mesmo tempo mais cruel do autoritarismo desmobilizador. Após utilizar meios “democráticos” para desestabilizar o governo da Unidade Popular, restou às burguesias locais aliadas às burguesias imperialistas o uso das armas e dos bombardeios para assassinar em 11 de setembro de 1973 o presidente eleito e paulatinamente executar todos os seus apoiadores, instaurando um regime ditatorial encabeçado por Pinochet. O autoritarismo também é utilizado sob a absurda e preconceituosa alegação de que existe uma incapacidade do povo em se auto-governar ou ainda para “proteger” a sociedade dela mesma.

No plano internacional ocorre o mesmo processo contra-revolucionário. A atuação das potências mundiais é direcionada com o fito de deslegitimar e violentar direta ou indiretamente qualquer ensaio de organização contrária aos seus ditames. Ianni (2004) fala na existência de uma *diplomacia total* que pressiona, exige, bloqueia, desestabiliza, intervém e destrói governos e regimes políticos alternativos a ordem mundial estabelecida. Ianni cita e analisa diversos casos em que a contra-revolução, liderada sempre pelos EUA e seus organismos, agiu com sucesso e impediu a formação de regimes alternativos. O Irã em 1953 para depor o governo nacionalista; a Guatemala em 1954 para depor o presidente Arbenz; no Congo em 1961 para assassinar o presidente eleito democraticamente; no Brasil em 1964; no Chile em 1973 para assassinar o presidente Allende; na Nicarágua em 1989; além do longo bloqueio à Cuba com a intenção de desestabilizar e mutilar o governo socialista. As razões apresentadas para as intervenções são as mais variadas, mas repetidamente se escoram na “defesa da democracia e da liberdade”. Na verdade, o que está em jogo é a reprodução ampliada do capital que se expande através de territórios e fronteiras, povos e nações, culturas e civilizações (Ianni, 2004:260). Do mesmo modo, segundo Marcuse (1981) “a defesa do sistema capitalista exige a organização da contra-revolução interna e externa” e afirma ainda que a contra-revolução é desencadeada “contra tudo o que seja rotulado de ‘comunista’ ou que se revolte contra governos subservientes dos países imperialistas” (1981:11). Marcuse

⁹⁰ “Diante dos frequentes movimentos de ascenso popular, na cidade e no campo, as classes dominantes respondem com a violência. Nem as conquistas democráticas básicas da própria burguesia são preservadas. Nesse sentido, há uma contra-revolução burguesa que atravessa essa história” (Ianni, 1985:20-21).

descreve como o governo Nixon (1969-1974) fortaleceu a organização contra-revolucionária da sociedade em todas as direções, transformando as forças da lei e da ordem em uma força acima da lei (Idem:32). A contra-revolução, no âmbito internacional, é a estratégia do império para manter a ordem que lhe é conveniente. A atuação da diplomacia total é o próprio imperialismo, tema que abordaremos adiante.

No Brasil, o processo abolicionista e a luta pela redemocratização estão circunscritos nos limites das características apontadas acima. Ambos foram momentos críticos de nossa história onde a ordem é posta em xeque. Todavia, um xeque, por melhor que seja montado, não é o mesmo que um xeque-mate. Lançando mão do gradualismo, da reforma inoperante, da “conciliação”, da cooptação, da prevenção e antecipação, da repressão diretamente violenta, etc., as elites promoveram permanentemente a contra-revolução e como resultado obtiveram a manutenção da ordem. O discurso conciliador de propor mudanças graduais e “seguras” é o mesmo para os dois períodos. Se analisarmos o discurso de um parlamentar conservador na década de 1880 e de outro na década de 1980, veremos que não há diferenças substanciais. Num e noutro veremos o temor, o escândalo, o medo da “ruína do país” em face do intumescimento dos avanços das massas populares que adquirem consciência de si enquanto classe explorada. É assim que libertar o ventre escravo ou permitir o direito de greve são vistos como ameaças a ordem. Além do Carnaval em fevereiro, formou-se no Brasil a tradição de interromper os processos revolucionários antes que eles resultem em ganhos para as massas oprimidas e mais humildes. Uma rigorosa repugnância a mudança, um medo da destruição da sociedade do privilégio e da construção da sociedade igualitária. O costume de tratar o povo como estorvo e como caso de polícia, mantendo-o distante da participação e do exercício do poder.

Entretanto, não se nega a existência de mudanças e a passagem de um a outro regime político-social. Porém, graças às estratégias de conservação da ordem utilizadas as mudanças foram sempre reprogramadas em função dos interesses elitistas. Para Debrun as mudanças ocorridas nunca abalaram profundamente a estrutura de autoridade em si, isto é, o hiato entre dominantes e dominados. A mudança se limitou a redefinir periodicamente os donos do poder (1983:145). A partir da análise do processo abolicionista e de redemocratização fica demonstrada a “tradição” brasileira de concentrar o poder. Apesar da mudança, “nenhum grande movimento brasileiro foi levado às suas conseqüências práticas, com reformas estruturais” (Honório Rodrigues, 1965:67). É essa permanência que procuramos evidenciar.

Uma permanência perversa que mantém a ordem, mantém o Brasil em sua condição dependente.

4.2 A condição dependente: processos civilizatórios e imperialismo

O objetivo principal dessa monografia é relacionar a contra-revolução permanente com a manutenção da ordem. No item anterior descrevemos as motivações e estratégias utilizadas pela contra-revolução para criar os mais diversos obstáculos à concretização de mudanças estruturais no quadro sócio-econômico brasileiro. Vimos também que o resultado imediato da contra-revolução é a manutenção da ordem à qual estamos submetidos enquanto nação. Mesmo acreditando ter deixado subentendido que a ordem mantida é a ordem desigual e privilegiadora das classes dominantes é preciso detalhar ainda mais suas características. Um tratamento adequado do tema exige a exposição da articulação desta ordem com a questão do imperialismo e, por sua vez, as consequências nacionais de sua manutenção.

Falar na condição dependente brasileira implica localizar o Brasil numa divisão internacional do trabalho. Montada há séculos, essa divisão hierarquiza a forma como cada país participa da acumulação capitalista em escala mundial. Resultado da acumulação primitiva, essa hierarquização estabelece que alguns países se desenvolvem de maneira autônoma e outros de maneira dependente. Os mecanismos que permitem essa ordenação entre países centrais e periféricos se reproduzem de maneira contínua desde o século XVI e têm sua base no domínio de tecnologias avançadas capazes de dotar o país que as possui de vantagens em termos de acumulação capitalista e poderio militar. Assim, a condição dependente não é uma questão de indicadores sócio-econômicos. Não é pelo nível maior ou menor de violência, educação, corrupção, saúde, emprego, renda e mesmo de miséria e ausência de direitos existente entre os países, que se configura a dependência. Essa é a aparência do fenômeno, seu resultado imediato e os problemas sociais não são exclusivos das regiões periféricas. A dependência é configurada por questões mais estruturais que dizem respeito às revoluções tecnológicas e às possibilidades de impor um processo civilizatório.

Foi Darcy Ribeiro (1998) quem montou tipologias e um quadro conceitual para explicar a história da humanidade como uma sucessão de revoluções tecnológicas. O domínio sobre essas revoluções resulta na capacidade de algumas nações despertarem processos de *aceleração evolutiva* e, a partir daí, subjugar ou incorporar outras nações ao seu processo civilizatório. Darcy classifica as civilizações de acordo com o grau de eficácia que

alcançaram no domínio da natureza. Esse grau de domínio não significa a “barbárie” de alguns povos e o “progresso” de outros. Diz respeito apenas à capacidade de dominação que uma formação sociocultural terá sobre outra, visto que o domínio sobre a natureza implica no desenvolvimento de uma base tecnológica que corresponde ou influencia padrões de organização social e moldes de configuração ideológica (Ribeiro, 1998:40). A evolução sociocultural, isto é, as mudanças nos sistemas adaptativos, associativos e ideológicos das formações socioculturais, é desencadeada pelo impacto de sucessivas revoluções tecnológicas sobre as sociedades concretas (Idem:51 a 53). Não nos cabe explicar porque as revoluções tecnológicas ocorrem, basta compreender que as inovações introduzidas alteram as potencialidades produtivas e militares das sociedades humanas e algumas dessas sociedades as experimentam de maneira direta, enquanto outras, de maneira reflexa/mimética. A cada revolução tecnológica pode corresponder um ou mais processos civilizatórios que alteram as condições materiais e socioculturais das sociedades que as vivencia (Idem:59-60). Os processos civilizatórios se propagam e se cristalizam em civilizações que organizam suas áreas de influência e de dominação territorial a partir de centros metropolitanos. A propagação de uma civilização se choca com a existência de outras formações socioculturais. Raramente resolvidos de maneira diplomática, esses choques tendem a se resolver por guerras e incorporações dos perdedores como áreas dependentes da sociedade “civilizadora”. O despertar de uma revolução tecnológica se traduz em uma aceleração evolutiva, conceito que designa “os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam *autonomamente* seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido de transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como *povos que existem para si mesmos*” (grifo meu) (Idem:69). Essa aceleração autônoma tem como contrapartida processos de *incorporação histórica*, que “conduzem fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa” (Idem:70). A modernização reflexa acarreta em perda de autonomia e mesmo risco de desintegração étnica e aculturação, pois as sociedades incorporadas são engajadas compulsoriamente em sistemas tecnológicos e culturais estranhos aos seus.

Um processo civilizatório, portanto, hierarquiza as formações socioculturais em pólos distintos de um mesmo processo. A autonomia e a dependência são formas coetâneas de existência sociocultural, não implicando em etapismos⁹¹ ou fases do desenvolvimento. Não

⁹¹ “Os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos do mundo moderno não se explicam como representações de etapas distintas e defasadas da evolução humana. Explicam-se, isto sim, como componentes interativos e

existe uma relação dualista entre nações, mas sim uma composição dialética em que a aceleração evolutiva desencadeada pelo domínio de uma revolução tecnológica permite a dominação e subjugação de povos que ocupam a posição periférica do sistema e sofrem as consequências dela decorrentes. Em síntese, por um lado, “os processos civilizatórios são movidos por revoluções tecnológicas que privilegiam os povos que primeiro as experimentam, ensejando-lhes condições de expansão como núcleos de dominação”; por outro lado, perdendo o comando do seu destino e condenados à subjugação e à dependência, os povos atingidos pelos mesmos processos civilizatórios, através de movimentos de incorporação histórica, vêm estritamente condicionado todo seu desenvolvimento ulterior (Ribeiro, 1998:77). Os conceitos de processo civilizatório, aceleração evolutiva, incorporação histórica e modernização reflexa formam, dessa maneira, as condições de existência e de interpretação do imperialismo e da dependência. Ambos são processos coetâneos e esta aparece como resultado periférico daquele. Mas se o imperialismo é iniciado graças ao domínio de uma revolução tecnológica e ao espraiamento de um processo civilizatório correspondente, como é possível explicar a sua reprodução, isto é, caracterizar a sua permanência no mundo contemporâneo? São ao menos quatro as vias de ação do imperialismo. A via da produção, a militar, a midiática e a institucional.

Como já mencionado, a produção capitalista se divide de forma desigual entre as regiões do globo. Nos países centrais é onde ocorre o impulso inovador, o design e marketing, o planejamento estratégico, as etapas produtivas com melhor remuneração da força de trabalho e onde estão localizadas as sedes empresariais e conseqüentemente o estabelecimento das regras de conduta dos grandes conglomerados empresariais contemporâneos. Dos países centrais partem, portanto, as últimas revoluções tecnológicas e seus processos civilizatórios complementares. Nos países periféricos encontram-se as fases produtivas com piores níveis de remuneração da força de trabalho e onde ocorre geralmente o processo de montagem dos produtos, sem domínio tecnológico e sem participação nas decisões de design e venda dos produtos. Sem dúvida existem grandes empresas nos países periféricos, porém, não aquelas que operam na fronteira tecnológica. Não raro, essas grandes empresas acabam se tornando ilhas de excelência em um meio miserável. Abaixo, exibimos uma lista das vinte maiores empresas da América Latina. Pelo setor de atuação das empresas podemos observar que a periferia do capitalismo não domina a revolução tecnológica, mas sofre suas consequências de

mutuamente complementares de amplos sistemas de dominação tendentes a perpetuar suas posições relativas e suas relações simbióticas como pólos do atraso e do progresso de uma mesma civilização” (Ribeiro, 1998:71).

modo dependente. Os países periféricos são líderes nas produções que remontam às revoluções tecnológicas agrícolas e industriais de séculos passados.

Tabela 2. As 20 maiores empresas da América Latina

RANKING	EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	SETOR
1	Petrobras	Brasil	Petróleo/Gás
2	Pemex	México	Petróleo/Gás
3	PDVSA	Venezuela	Petróleo/Gás
4	Pemex Refinación	México	Petróleo/Gás
5	Petrobras Distribuidora	Brasil	Petróleo/Gás
6	América Móvil	México	Telecomunicação
7	Vale	Brasil	Mineração
8	Ultrapar	Brasil	Petróleo/Gás
9	Walmart de México	México	Comércio
10	Odebrecht	Brasil	Multissetor
11	JBS-Friboi	Brasil	Agroindústria
12	Ecopetrol	Colômbia	Petróleo/Gás
13	Techint	Argentina	Siderurgia/Metalurgia
14	Telemar	Brasil	Telecomunicação
15	Comisión Federal de Eletricidad	México	Energia Elétrica
16	Grupo Votorantim	Brasil	Multissetor
17	Eletrobras	Brasil	Energia Elétrica
18	Gerdau	Brasil	Siderurgia/Metalurgia
19	Cemex	México	Cimento
20	Femsa	México	Bebidas

Fonte: Revista América Economia Brasil – 500 maiores empresas da América Latina. Nº 389 – Julho/2010.

Evidentemente, essa divisão internacional do trabalho é fruto de processos históricos que remontam à acumulação primitiva e ao domínio das sucessivas revoluções tecnológicas e processos civilizatórios por parte dos países centrais. Essa formação desigual não é fortuita e não pode ser alterada por uma “aceleração do crescimento” nos países periféricos. O fato de os países centrais dominarem as tecnologias de ponta em cada período histórico tem como resultado a reprodução de sua posição privilegiada na economia mundial e suas possibilidades de impor interesses aos demais países. Esse domínio tecnológico por parte dos países centrais é facilmente verificável, entre outros meios, através do acompanhamento constante de jornais e revistas. Em nossa pesquisa podemos observar que as empresas líderes nos setores de fronteira tecnológica são sediadas nos países centrais. Nos setores de fármacos, biotecnologia, eletrônica, química fina, entre outros, o domínio é completo. Do mesmo modo, o ranking das empresas que mais investem em pesquisa e desenvolvimento é liderado por empresas de países centrais pertencentes em sua maioria aos ramos localizados na fronteira tecnológica. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados dessa pesquisa.

Tabela 3. Empresas líderes em ramos de tecnologia avançada

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	OBSERVAÇÕES	FONTE
Nokia	Finlândia	Lídera o mercado mundial de celulares com 40% das vendas totais	Valor Econômico – 17/06/2010
Nokia Siemens	Joint Venture da finlandesa Nokia com a alemã Siemens	2ª maior fabricante mundial de sistemas telefônicos sem fio	Valor Econômico – 20/07/2010
Ericsson	Suécia	Líder mundial de sistemas telefônicos sem fio	Valor Econômico – 20/07/2010
Harman	EUA	Líder mundial em produtos de áudio	Valor Econômico – 21/09/2010
ARM	Inglaterra	Controla a propriedade intelectual do desenho dos processadores para diversos mercados, ganhando com a venda de royalties. É responsável pelos processadores do iPhone e do iPad, da Apple	Valor Econômico – 15/09/2010
Philips e Electrolux	Holanda e Suécia	Líderes no ramo de eletrônicos	Valor Econômico – 20/07/2010
Tyco Electronics	Suíça	Maior fabricante mundial de conectores eletrônicos	Valor Econômico – 14/07/2010
Symantec	EUA (Vale do Silício)	Maior fabricante mundial de programas de segurança de computação	Valor Econômico – 15/06/2010
Apple e RIM	EUA (Vale do Silício) e Canadá	Estão entre as maiores fabricantes de celulares do mundo	Valor Econômico – 09/08/2010 e 01/11/2010
Intel	EUA (Vale do Silício)	Maior fabricante mundial de chips, fornecendo-os para 80% dos computadores pessoais vendidos no mundo	Valor Econômico – 27/08/2010 e 31/08/2010
Novartis	Suíça	Terceira maior farmacêutica global em receita	Valor Econômico – 30/08/2010
Sanofi-Aventis	França	Farmacêutica líder em medicamentos de prescrição médica e em vacinas	Valor Econômico – 21/06/2010
Genzyme	EUA	Quarta maior do mundo no segmento de biotecnologia	Valor Econômico – 30/08/2010
AstraZeneca, Bristol-Myers Squibb e Roche	Anglo-sueca, EUA e Suíça	Estão entre as maiores farmacêuticas do mundo	Valor Econômico – 23/07/2010 e 30/07/2010
Pfizer	EUA	Maior farmacêutica do mundo	Valor Econômico – 03/11/2010
Bayer CropScience	Alemanha	Uma das maiores empresas do ramo de biotecnologia	Valor Econômico – 24/06/2010
Monsanto	EUA	A maior empresa de sementes, defensivos e biotecnologia do mundo	Valor Econômico – 02/09/2010
L'Oréal	França	A maior empresa de cosméticos do mundo em faturamento	Valor Econômico – 25/08/2010
LyondellBasell	Holanda	Uma das maiores fabricantes de plásticos e químicos do mundo	Valor Econômico – 25/08/2010
Basf	Alemanha	Gigante química alemã, tem o maior faturamento do mundo no setor	Valor Econômico – 30/07/2010
Louis Dreyfus Commodities, Archer Daniels Midland, Bunge e Cargill	França, EUA, EUA e EUA	Dominam os fluxos globais de matérias-primas agrícolas	Valor Econômico – 24/09/2010
Whirlpool	EUA	A maior fabricante de eletrodomésticos do mundo em receita, dona das marcas Brastemp e da Consul	Valor Econômico – 01/09/2010
Caterpillar Inc.	EUA	A maior fabricante de equipamentos de	Valor Econômico

		construção do mundo	– 01/09/2010
Nestlé	Suíça	O maior grupo mundial de alimentos	Valor Econômico – 10/08/2010
Du Pont	EUA	Gigante do setor químico	Valor Econômico – 22/06/2010

Fonte: pesquisa e elaboração próprias com informações do jornal Valor Econômico.

Tabela 4. As 20 empresas com maior gasto em pesquisa e desenvolvimento em 2009⁹²

RANKING	EMPRESA	REGIÃO DE ORIGEM	SETOR
1	Roche Holding	Europa	Saúde
2	Microsoft	América do Norte	Software e Internet
3	Nokia	Europa	Computação e Eletrônicos
4	Toyota	Japão	Automóveis
5	Pfizer	América do Norte	Saúde
6	Novartis	Europa	Saúde
7	Johnson & Johnson	América do Norte	Saúde
8	Sanofi-Aventis	Europa	Saúde
9	GlaxoSmithKline	Europa	Saúde
10	Samsung	Coreia do Sul	Computação e Eletrônicos
11	General Motors	América do Norte	Automóveis
12	IBM	América do Norte	Computação e Eletrônicos
13	Intel	América do Norte	Computação e Eletrônicos
14	Merck	América do Norte	Saúde
15	Volkswagen	Europa	Automóveis
16	Siemens	Europa	Eletrônicos
17	Cisco Systems	América do Norte	Computação e Eletrônicos
18	Panasonic	Japão	Computação e Eletrônicos
19	Honda	Japão	Automóveis
20	Ford	América do Norte	Automóveis

Fonte: The Global Innovation 1000. How the top innovators keep winning. By Barry Jaruzelski and Kevin Dehoff. Booz&co.

A divisão espacial da produção respeita uma configuração global que estabelece um “ciclo de vida” para o produto. Há uma espécie de regra não revelada determinando que um produto somente poderá ser produzido em países periféricos quando for suficientemente padronizado e sua exploração não mais representar lucros extraordinários. Em termos práticos, se analisarmos o século XX veremos que a produção de veículos e mais tarde de computadores iniciaram nos países centrais, sobretudo EUA, e depois sua produção foi “permitida” e trasladada aos países periféricos. Apesar de não explorar suas conseqüências políticas, Raymond Vernon (1979) é um expoente da teoria do ciclo do produto e em seu artigo analisa as características das etapas de lançamento, maturação e padronização de um

⁹² A empresa brasileira melhor colocada no ranking de gastos com pesquisa e desenvolvimento é a Vale, que aparece na 103ª posição.

produto. Observa por exemplo o caso de indústrias fabricantes de produtos padronizados que partiram do norte (“avançado”) para o sul (“atrasado”) dos EUA; ou ainda a atração de indústrias também fabricantes de produtos padronizados para o sul da Itália ou para o norte da Grã-Bretanha e Irlanda (Vernon, 1979:104). No século XXI, vimos na tabela 3 acima, a produção situada na fronteira tecnológica é restrita aos países centrais. A explicação para essa divisão desigual e geradora de dependência não pode ser outra senão o domínio sucessivo de revoluções tecnológicas desde o século XV por parte dos países centrais. Esse domínio, que se explica pela brutalidade, permitiu a subjugação e a exploração de povos (a incorporação desses povos como “proletariados externos”, como dizia Darcy), isto é, a imposição de um processo civilizatório que os coloca numa posição privilegiada. Por fim, os momentos decisivos por que passam os países periféricos, quando não são levados às últimas conseqüências, não contribuem para a ruptura desse quadro nefasto. Ao absorver o potencial transformador contido nesses momentos críticos e raros nas histórias dos países dependentes, as estratégias contra-revolucionárias vistas acima impedem a mudança e conservam a ordem do imperialismo.

A brutalidade do imperialismo só é possível por uma incessante estratégia militar que arma os países centrais e neutraliza os focos de subversão ou de “incômodos” nos países periféricos. O fim da Segunda Guerra Mundial consolidou os EUA como a potência hegemônica mundial e, não por acaso, como uma potência militar global. Samuel Pinheiro Guimarães (2002) é muito feliz na descrição da estratégia militar daquele país. O objetivo central desta estratégia é assegurar a expansão econômica pacífica dos interesses americanos [sic.], o bem-estar e a segurança da sociedade americana [sic.]. Para tanto, busca, entre outros, (i) impedir a reemergência do Japão e da Alemanha como potências militares; (ii) impedir o surgimento de potências militares capazes de contestar a hegemonia americana [sic.], ainda que regionalmente; (iii) manter a inviolabilidade do território americano [sic.] (Guimarães escreveu o livro em questão antes dos ataques de 11 de setembro de 2001); (iv) proteger os interesses americanos [sic.] em terceiros países, se necessário pela força, e, em especial, assegurar o acesso a insumos básicos, como o petróleo; (v) manter uma capacidade de intervenção militar direta e rápida em qualquer região do mundo (Guimarães, 2002:79 a 83). São abundantes os exemplos da intervenção militar ianque em territórios que ameaçavam ou ameaçam contestar sua hegemonia. Na América Latina, por exemplo, não se pode dizer que a Guerra Fria tenha sido assim tão fria. Os EUA colocaram toda sua inteligência e forças

militares a serviço das estratégias contra-revolucionárias das elites locais. O resultado, como vimos demonstrando nesta monografia, é a manutenção da ordem dependente.

A via da intervenção midiática é outro importante fator de reprodução do imperialismo, afinal, o papel da (des)informação é fundamental para controlar a subversão que não interessa ao sistema ou para barrar a reforma radical em momentos críticos de potencial transformador. A “grande mídia” localmente oligopolista e mundialmente articulada cumpre a função de embrutecer a população e evitar a percepção das conexões ocultas que cobrem a sociedade contemporânea⁹³. Guy Debord (1997), além de um revolucionário, foi grande intérprete das funções e papéis da mídia. “Atualizando” Marx, afirma que as sociedades modernas se apresentam como uma *imensa acumulação de espetáculos*. O espetáculo é a realidade fetichizada, romanceada e ideologizada que aparece como a própria realidade concreta. A fonte do poder da mídia é o “monopólio da aparência”, isto é, o aparecer sem réplica (Debord, 1997:16-17). Não se pode discutir o que aparece, pois, “o que aparece é bom, o que é bom aparece” (Idem:Ibidem). O espetáculo é totalitário e exige a *aceitação passiva* de suas imagens. A crítica passa ao largo, atualmente em blogs e em revistas e jornais de menor circulação e de menor alcance. Assim, na gestão incessante da (des)informação “o espetáculo organiza com habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo, conseguiu ser conhecido” [...] “aquilo de que o espetáculo deixa de falar durante três dias é como se não existisse” (Idem:177 e 182). A “cobertura” feita pela mídia brasileira, televisiva e jornalística, sobre os momentos de revolta da população – quando esta exhibe algum grau de organização e potencial reivindicador e contestador da ordem, principalmente em greves e manifestações de trabalhadores sem-terra ou não – é propositadamente curta, parcial e, por vezes, falsa. A mídia, portanto, cumpre o papel contra-revolucionário reproduzindo o imperialismo e a manutenção da ordem dependente. Contribui para manter as ideias da classe dominante como as ideias dominantes⁹⁴. Não podemos esquecer as manchetes dos maiores jornais de circulação nacional que estampavam em primeira página glórias e louvores ao golpe civil-militar de 1964. É inesquecível também a participação da imprensa na decisão da eleição presidencial de 1989, onde Collor venceu Lula por margem apertada. No plano internacional a cobertura

⁹³ “O espectador é suposto ignorante de tudo, não merecedor de nada. Quem fica sempre olhando, para saber o que vem depois, nunca age: assim deve ser o bom espectador” (Debord, 1997:183).

⁹⁴ “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante [...] As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes” (Marx & Engels, 2007:47).

político-econômica da mídia é um massacre diário liderado pelos comentários de “*experts*”. Há uma norma tácita: nunca se deve transmitir qualquer notícia minimamente boa sobre países não alinhados à diplomacia total hegemônica pelos EUA. O boicote atual a países como Bolívia, Equador, Venezuela e Cuba, só é rompido para noticiar os assuntos “polêmicos” que eventualmente ocorrem e tudo deve ser esquecido logo após. Por trás da imagem de uma imprensa “livre” e dedicada aos “fatos”, o que ocorre é a propagação da ignorância, da intolerância e do preconceito.

Por fim, resta-nos abordar a via institucional do imperialismo. O quadro institucional criado após a Segunda Guerra Mundial favoreceu explicitamente o surgimento de uma economia internacional que tem base na livre circulação de bens, serviços e capital (mas não de trabalho) (Guimarães, 2002:89). A criação de organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD) e posteriormente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem como função garantir uma forma de desenvolvimento que paradoxalmente mantenha tutelados os países “em desenvolvimento”. Essas instituições “multilaterais” não têm outra função senão a utilização de subterfúgios humanitários para impedir a eclosão de rupturas nos países periféricos. A OMC, por exemplo, “estabelece normas internacionais para promover e garantir a livre circulação internacional de bens, serviços e capitais e, ademais, para impedir a adoção de políticas nacionais que afetem a liberdade de ação do capital estrangeiro ou que privilegiem o capital nacional” (Idem:91). Impede, portanto, as políticas nacionais praticadas historicamente pelos próprios países centrais, os mesmos países que subiram ao topo e chutaram a escada. O Banco Mundial, por outro lado, patrocinou na década de 1990 durante o governo FHC um programa de Reforma Agrária no Brasil. Invertendo o problema, instituiu que a questão da terra no Brasil não é um problema político, mas microeconômico, capaz de resolver-se no *mercado* – o alocador eficaz de recursos escassos. Esse programa de Reforma Agrária tratou de atenuar a disputa política no campo, que historicamente mobiliza os setores na luta pela revolução social⁹⁵. O quadro institucional atual age de maneira preventiva e contra-revolucionária para congelar o mundo, impedindo qualquer movimento que venha a quebrar a ordem. As instituições “multilaterais”, responsáveis por manter a ordem econômica mundial, tratam como iguais aquilo que é desigual, ou seja, exigem de países desiguais comportamentos econômicos que reproduzem o poder dos países centrais. As medidas

⁹⁵ Sobre o tema consultar: MARTINS, Mônica. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

preferidas são o ajuste fiscal ortodoxo, o cumprimento das metas de inflação, a autonomia dos bancos centrais, o respeito aos contratos e à propriedade intelectual. Porém, as articulações “sul-sul” e a criação de blocos com participação restrita aos países periféricos (evidentemente mal vistas pela mídia e pelas classes dominantes), tais como a ALBA ou a Unasul, são passos importantes e iniciais para a desconstrução da dominação imperialista.

A dependência, portanto, não é decorrente de um arranjo de indicadores sociais e macroeconômicos. Trata-se de um processo de longa duração. Ela é justamente a consequência do domínio de sucessivas revoluções tecnológicas por parte de certos países que, graças a tal domínio, conseguem desencadear processos civilizatórios e incorporar historicamente áreas de influência de maneira subalternizada chegando a promover processos de aculturação. A reprodução desse domínio, por sua vez, é mantido pelas estratégias de congelamento da ordem expressas na contra-revolução permanente e nas vias pelas quais o imperialismo penetra nos países periféricos. Somente nesse contexto estrutural se pode falar em dependência e é aqui que a definição clássica de Marini (2000) ganha seu mais amplo sentido. A dependência passa a ser entendida como

“uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe” (Marini, 2000:109).

A supressão das relações de produção que geram a dependência só acontecerá quando um movimento reformista ou revolucionário conseguir alcançar uma força tal que seja capaz de desafiar concomitantemente as quatro vias do imperialismo e a elite interna promotora da contra-revolução⁹⁶.

As relações de produção no capitalismo dependente possuem especificidades que precisam ser detalhadas. A primeira delas diz respeito à própria influência imperialista sobre a acumulação. Ou seja, em face da divisão internacional do trabalho, as elites e principalmente as classes burguesas dos países dependentes sofrem com a espoliação promovida pelas elites e as classes burguesas dos países centrais. Isto porque a economia dependente aparece como uma entidade especializada, não-autônoma e subsidiária, uma “fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (Florestan Fernandes citado por Limoeiro Cardoso, 2005:16)⁹⁷. Em virtude de seu funcionamento como sócias menores do capitalismo central, ou como frações burguesas dependentes, “as

⁹⁶ Hoje, no Brasil, o movimento que se encontra mais próximo dessa possibilidade é, sem dúvida, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁹⁷ Na tipologia de Darcy Ribeiro (1978), as elites dos países periféricos são *classes dominantes-subordinadas*.

burguesias locais exacerbam a expropriação e a exploração do trabalho que são típicas do funcionamento do capitalismo. Ou seja, criam a expropriação e exploração excedentes” (Idem:19)⁹⁸. Vê-se que, apesar de usar o conceito de dependência sem se preocupar com uma teoria da dependência, Florestan utiliza conceitos similares aos de Marini, como o de superexploração da força de trabalho. À essa “exploração excedente” e à maneira autocrática de dominação por parte das elites internas Florestan dá o nome de capitalismo difícil ou capitalismo selvagem. Cabe frisar que, por serem sócias menores e subordinadas, as elites locais não são débeis. Elas desempenham muito bem seu papel de produzir e reproduzir o excedente que partilham com as burguesias hegemônicas e não podem ser débeis pois as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente. Necessitam “não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa” (Fernandes, 2006:342).

A condição de sócia menor da burguesia dependente implica na perda de sua autonomia e da base material necessária (devido à drenagem para fora do excedente) para “conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente, portanto, de um beco sem saída para outro” (Idem:347). A revolução democrático-burguesa de tipo “clássico” é, dessa forma, uma impossibilidade no capitalismo dependente o que transforma a dominação das classes dominantes num tipo de dominação autocrática. Isto é, um tipo de dominação que pode suspender a qualquer momento o jogo democrático. Quando, por exemplo, os avanços democráticos se tornam demasiado arriscados para a dominação elitista, os verdadeiros atores continuam o baile sem as máscaras (Idem:394-395). Sem máscaras, o regime revela sua face totalitária, mostrando nunca ter havido uma democracia burguesa fraca, mas aquilo que Florestan denomina como uma autocracia burguesa dissimulada.

A articulação entre contra-revolução permanente, imperialismo e a manutenção da condição dependente resulta, por fim, que a democracia entre nós ainda é algo a construir-se. Desde a Abolição da Escravidão até a atualidade a sociedade democrática brasileira é um mito. A condição dependente impossibilita mesmo a democracia burguesa, pois, como visto, a burguesia é incapaz de conduzir e completar a revolução nacional, quanto mais uma democracia enquanto soberania do povo numa sociedade igualitária. As origens desse

⁹⁸ A citação segue da seguinte maneira: “Ao capitalismo dependente, portanto, não basta reproduzir a apropriação e a expropriação que são inerentes ao capitalismo ‘clássico’. Para ser capaz de suprir a burguesia (a sua parcela local e as suas frações hegemônicas), essa forma específica de capitalismo (capitalismo dependente) produz sobreapropriação e sobreexploração capitalistas, apropriação e expropriação excedentes que são impostas pela burguesia local aos trabalhadores e ao conjunto da população” (Limoeiro Cardoso, 2005:20).

infortúnio remontam à criação de nosso Estado-Nação. Este foi erigido “sobre uma sociedade desarticulada e fragmentada. Clânica e de parentela, como dizia um Oliveira Vianna” (Werneck Vianna, 1986:272). Podemos caracterizar a democracia brasileira através da interpretação complementar que quatro intelectuais nos fornecem. Segundo Ianni (1989) a democracia é uma planta que pouco se cultiva. De acordo com Safatle (2010) temos uma democracia com caráter deformado e bloqueado, com profunda tendência totalitária. Para Fernandes (2006) a tradição democrática brasileira é a da democracia restrita, “a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil” (2006:403). Entretanto, a melhor definição da democracia brasileira é a de Sérgio Buarque de Holanda em seu clássico *Raízes do Brasil*.

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos” (2002:1062).

Este capítulo buscou, portanto, desmistificar a democracia brasileira. Para isso, necessitamos articulá-la com os movimentos contra-revolucionários e com o imperialismo. A contra-revolução exercida internamente por uma classe dominante-subordinada; o imperialismo sentido mediante as quatro vias de influência. Ambos, concatenados na missão – a mais importante das missões do capitalismo – de vetar os movimentos com potencial transformador e manter, por conseguinte, a ordem. O resultado é uma condição dependente que se arrasta pela história sem alterações substanciais. A democracia como mal-entendido é fruto do entrelaçamento de fatores que, em nosso caso, demonstramos empiricamente na análise feita sobre o processo abolitivo e o processo de redemocratização recente.

5 Conclusões

*Vida, minha vida
Olha o que é que eu fiz
Toquei na ferida
Nos nervos, nos fios
Nos olhos dos homens
De olhos sombrios
Mas, vida, ali
Eu sei que fui feliz*

(Chico Buarque – Vida)

As coisas precisam ser chamadas pelo que realmente são. Liquidar ideologizações, mistificações e falsas consciências sobre o mundo real é o papel da ciência social. Com ousadia, uma carga de paixões e rigor teórico, essa liquidação se completa com o entendimento do real para além de suas aparências e com a possibilidade de sua transformação. Nesta monografia, partimos da Abolição da Escravidão e da Redemocratização dos anos 1970 e 1980 para chegar às formas de manutenção da condição dependente, a contra-revolução e o imperialismo. Um longo caminho a princípio desprovido de relações. Porém, conseguimos articular esses temas e descobrir as conexões existentes entre eles. A história comparada do processo abolicionista e do processo de redemocratização permite verificar semelhanças entre períodos tão distantes mas que traduzem uma constante na história do Brasil, o dissídio entre Poder e Sociedade e a democracia – que apesar de reivindicada por amplos setores – como mal entendido. A interpretação da realidade a partir da história dos momentos críticos expõe como se processa a contra-revolução e revela que o Brasil não é um povo cordial ou conciliador. Não é cordial porque não foram poucos os momentos de luta revolucionária que foram barrados pelas estratégias contra-revolucionárias; não é conciliador porque a conciliação não existe entre partes tão díspares, o que existe é dominação de classe. Por fim, procuramos explicar em que medida se pode falar no Brasil como um país dependente, isto é, primeiro como uma especificidade da acumulação capitalista mundial e, segundo, como uma incorporação em um processo civilizatório despertado pelo domínio de sucessivas revoluções tecnológicas. Portanto, nosso objetivo de analisar a realidade a partir de momentos históricos críticos e descobrir neles as razões pelas quais o Brasil se mantém em condição dependente apesar das mudanças que esses momentos representam, foi cumprido. Vimos que a própria mudança representa uma estratégia contra-revolucionária, a estratégia da cedência. Quando não radicalizada, a própria mudança serve à

reprodução do imperialismo e suas quatro vias contemporâneas de influência. Por outro lado, mesmo quando radicalizada e detentora de um potencial transformador, a mudança é sufocada pela “conciliação” ou pelo autoritarismo desmobilizador, como se estivesse presa em um circuito fechado.

As semelhanças entre a Abolição e a Redemocratização são enormes pois refletem a estrutura contra-revolucionária e mantenedora da ordem. Os dois processos foram resolvidos da maneira mais gradual e segura possível, buscando prolongar ao máximo a transição. Foram dezesseis anos desde a abertura propalada por Geisel em 1974 até a eleição de Collor em 1989. A Abolição, por sua vez, durou ao menos trinta e oito anos desde o fim do tráfico negreiro em 1850 até lei de abolição em maio de 1888. Em ambos os processos houve tempo suficiente para contornar conflitos mais graves e praticar o mudancismo. Porém, a toda hora, as elites dominantes nos dois momentos, escandalizavam-se com as possibilidades de mudanças radicais que pusessem em xeque seus privilégios. Mas logo contornavam o problema ao conseguir – por diversos meios – colocar o seu interesse de classe como interesse geral, isto é, conjecturavam que se as reformas radicais fossem levadas adiante o país entraria em ruína, quando na verdade se tratava da ruína dos próprios grupos dominantes e muitas vezes da libertação das classes dominadas. A atuação dos grupos dominantes é a mesma nos dois processos: negar a mudança a qualquer custo enquanto seja possível. Quando a conservação da ordem torna-se demasiadamente perigosa, pois implicaria o acirramento das contestações e o “risco” da revolução acontecer nas ruas, esses grupos largam na frente e se tornam os paladinos defensores da transformação. Foi assim que, nos últimos momentos da escravidão, o oeste paulista tornou-se favorável à Abolição e que, durante o auge da redemocratização, a burguesia começa a apoiar as eleições diretas para presidente já se preparando para voltar a bailar com máscaras. Nestes casos, somente depois de se utilizar do trabalho escravo ou depois de se proteger das “ameaças comunistas” e realizar a modernização reflexa capitalista, as classes dominantes se mostraram dispostas a incorporar em seu programa questões que representassem um avanço em relação ao *status* anterior. Cabe lembrar que, com repugnância à mudança e tratando revoltas como um caso de polícia, muitas frações dessas classes permaneceram e permanecem reacionárias para sempre. As frações ultra-conservadoras agiram do mesmo modo em ambos os momentos, armando-se com milícias privadas para se defender do potencial transformador, para se proteger do povo.

Assim, nem um, nem outro processo conseguiu ao menos incorporar plenamente o programa liberal e fazer a reforma agrária, generalizar a educação e os direitos civis e

implementar uma democracia estável, de corte multirracial e profundamente popular. Isso porque, nos dois movimentos o lado rebelde e com maior potencial revolucionário foi sufocado ou amputado e não conseguiu impor seu projeto de sociedade, sua utopia, pois foi desfigurado em seus propósitos ou removido como um tumor⁹⁹. As semelhanças entre os processos apontam assim uma tendência sócio-política brasileira, a conciliação pelo alto como estratégia de reprodução do *status quo*. E essa tendência gera por sua vez um ciclo vicioso, a concentração da renda e da riqueza (mesmo que essa concentração, expressa no Índice de Gini, tenha se reduzido passando de 0,535 em 2004 para 0,509 em 2009¹⁰⁰), que amplificam a concentração do poder e do prestígio social.

A ordem estabelecida em que vivemos hoje é uma ordem desfigurada. Nasceu de dois golpes, o Colégio Eleitoral que impediu eleições diretas para presidente e o Congresso Constituinte que barrou a Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e soberana. A ordem em que vivemos é também receptora de um triste legado, o da integração subalterna do negro e do mulato na sociedade de classes. Triste porque em face dessa integração, e considerando que as exceções reforçam a regra, 50,6% da população brasileira é duplamente explorada, pela sua condição socioeconômica e pela cor de sua pele¹⁰¹. As vias golpistas ou mudancistas (a *revolução passiva à brasileira*, como chamou Werneck Vianna inspirado em Gramsci), contudo, não são vãs em toda sua extensão. O período ditatorial, por exemplo, serviu para colocar na agenda de debates, pela primeira vez na história, uma preocupação bem definida e sistemática com a democracia. Foi a primeira vez em que há um clamor popular e generalizado por democracia. Porém, a força contra-revolucionária e a teia imperialista são tão fortes que abstraem ou mesmo desfiguram esses momentos de tomada de consciência ou de impulso revolucionário.

A força tamanha da contra-revolução permanente chega mesmo a gerar uma limitação à luta de classes no Brasil. Como pode haver luta de classes no Brasil se em virtude da acentuada desigualdade social, do subemprego ou do sindicalismo fragmentado, os conflitos são bloqueados ainda no nascedouro? As massas mais organizadas de proletários ou das classes destituídas conseguem no máximo uma efervescência momentânea, uma agitação, a

⁹⁹ “E se definitivamente a sociedade só te tem desprezo e horror / E mesmo nas galeras és nocivo, és um estorvo, és um tumor / Que Deus te proteja / És preso comum / Na cela faltava esse um” (Chico Buarque – Hino da repressão).

¹⁰⁰ Segundo a síntese de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 produzida pelo IBGE.

¹⁰¹ De acordo com a PNAD 2009, 50,6% da população brasileira se declara preta ou parda. Entre eles, 6,8% correspondem à cor preta e 43,8% à cor parda. Em parda está incluída a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça.

exposição de um descontentamento, isto é, nada muito duradouro e consistente. Isso não quer dizer que não existam classes sociais antagônicas num conflito latente. O que existe, segundo Debrun, é justamente uma extrema verticalidade da estrutura de classes que freia a luta de classes (1983:144-145). O impacto da luta de classes é reduzido ou bloqueado na raiz (Idem:128-129). O hiato entre as classes é tão grande que as estratégias de dominação dos “de cima” sobre os “de baixo” são extensas e aplicáveis sem maiores dificuldades.

Infelizmente, a motivação que consegue reunir o povo de maneira quase exclusiva em torno de um objetivo comum no Brasil ainda é a religião ou a fé. Mesmo os grandes atos das centrais sindicais, as grandes greves ou as mobilizações de grandes movimentos sociais não conseguem chegar próximo aos 2,2 milhões de pessoas que participaram do Círio de Nazaré em Belém neste ano¹⁰². Os sindicatos estão fragilizados há tempos, atados compreensivelmente a uma pauta de mera conservação de direitos adquiridos; os partidos políticos de esquerda são pequenos, incapazes de uma mobilização necessária e suficiente e sofrem com uma legislação eleitoral que os inviabiliza; a possibilidade de uma via evolutiva ao socialismo é inexistente pois não há um candidato presidencial forte o bastante para sequer disputar um pleito; os movimentos sociais são duramente reprimidos pelas forças policiais e trucidados pelo ataque desfigurador e criminalizador da mídia. Todas as instituições concorrem para manter a despolitização e acefalização do povo, a alienação em forma de consumo. A fraqueza dos movimentos revolucionários aliada a força contra-revolucionária do aparato policial-repressor e da mistificação promovida pela “grande mídia”, monta um cenário difícil, mas não desanimador, de luta social no Brasil.

Não obstante as lacunas existentes, terminamos essa monografia satisfeitos com o resultado obtido. Fica a impressão de que cada conceito aqui utilizado pode ser melhor explicado e detalhado para que dê conta de sustentar a argumentação exposta nas hipóteses que lançamos. Do mesmo modo, autores importantes e temas complementares ficaram momentaneamente ausentes de nossa exposição. Por outro lado, ter a oportunidade de entrar em contato com a obra de intelectuais do porte de Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, José Honório Rodrigues, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto, por si só é recompensador. Porém, a grande lição foi aprender o que esses intelectuais representaram para além das linhas que escreveram, um exemplo de vida combatente ao lado das grandes maiorias pobres e desfavorecidas latino-americanas. É com esse exemplo e com essa intenção que escrevemos a

¹⁰² <http://br.noticias.yahoo.com/s/10102010/25/manchetes-cirio-bate-recorde-atrai-2.html> - acesso em 10/2010.

monografia agora apresentada. Escrevemos com a responsabilidade de dar prosseguimento ao trabalho por eles executado. Assim, nossa derradeira conclusão não pode ser outra senão a de que a vitória sobre a contra-revolução e a destruição do imperialismo são os caminhos para construir a democracia multirracial, uma sociedade igualitária e fortalecer o país fazendo-o autônomo e solidário com os demais. Isso implica na necessidade de levar às últimas consequências os movimentos com potencial transformador da complexa ordem dependente. O intelectual evidentemente não está fora desta tarefa.

6 Referências

- ABRAMOVAY, R. (1986). O velho poder dos barões da terra. In: KOUTZII, Flavio. **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. p. 204-226.
- BERNARDO, João. (2006). Propostas para uma metodologia da história. **História Revista**. Goiânia, v. 11, n. 2.
- BOSI, Alfredo. (1992). A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 194-245.
- CARDOSO, F. H. (1985). Primeiro limpar o entulho autoritário. In: MOTA, Lourenço Dantas. **A Nova República: o nome e a coisa**. São Paulo: Brasiliense. p. 54-76.
- CASTRO, Fidel. (2010). A revolução bolivariana e as Antilhas. In: **Caros Amigos**. São Paulo, ano XIII, n. 156, março de 2010, p. 18.
- CHALMERS, A. (1993). **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense.
- CHAUÍ, Marilena. (1989). Considerações sobre o nacional-popular. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez. p. 85-136.
- CONRAD, Robert. (1978). **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DEBORD, Guy. (1997). **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DEBRUN, Michel. (1983). **A “Conciliação” e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense.
- DOS SANTOS, T. (1985). Constituinte: uma agenda para o debate. In: SADER, E. (Org.) **Constituinte e Democracia no Brasil hoje**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 157-176.
- DREIFUSS, René. (1986). Nova República. Novo Exército? In: KOUTZII, Flavio. **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. p. 168-193.
- _____. (1989). **O jogo da direita na Nova República**. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, Florestan. (1986) **Nova República?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1989). **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
- _____. (2006). O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. In: _____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo. p. 337-424.
- _____. (2007a). **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. revista. São Paulo: Global.
- _____. (2007b). **Que tipo de república?** 2. ed. São Paulo: Globo.
- _____. (2008). **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. 5. ed. Volume I. São Paulo: Globo.
- FURTADO, Celso. (1985). É preciso criar poderes regionais. In: MOTA, Lourenço Dantas. **A Nova República: o nome e a coisa**. São Paulo: Brasiliense. p. 102-122.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. (2010). O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo. p. 177-186.
- GALEANO, Eduardo. (1985). **Contraseña**. Buenos Aires: Ediciones del Sol.
- GAMA LIMA, Lana Lage. (1981). **Rebeldia negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé.
- GOMES, R. (2001). **Crítica da razão tupiniquim**. 12. ed. Curitiba: Criar Edições.
- GRAMSCI, A. (1987). **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, S. P. (2002). **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto.

- HOLANDA, Sérgio Buarque. (2002). Raízes do Brasil. In: **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Vol. 3. p. 899-1102. (Coleção em 3 volumes).
- HONÓRIO RODRIGUES, J. (1965). **Conciliação e reforma no Brasil**: um desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1966). **Vida e História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1970). A rebeldia negra e a Abolição. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes. p. 65-88.
- IANNI, Octavio. (1985). **O Ciclo da Revolução Burguesa**. 2 ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1989). A Nova República do Brasil. In: CUEVA, A. (Org.) **Tempos Conservadores**. São Paulo: Hucitec. p. 109-130.
- _____. (2004). Contra-revolução mundial. In: _____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 249-267.
- JAGUARIBE, Hélio. (1985). Dívida e crise social, as prioridades. In: MOTA, Lourenço Dantas. **A Nova República: o nome e a coisa**. São Paulo: Brasiliense. p. 140-162.
- KOSIK, K. (1976). **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. (2005). Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: Fávero, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF. p. 7-40.
- MARCUSE, H. (1981). **Contra-Revolução e Revolta**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARINI, R. M. (1985). Possibilidades e limites da Assembléia Constituinte. In: SADER, E. (Org.) **Constituinte e Democracia no Brasil hoje**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 17-43.
- _____. (1988). **A constituição de 1988**. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/036_brasil_port.htm - acesso em 09/2010.
- _____. (1991). **Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990**. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/033_brasil_ditadura_port.htm - acesso em 09/2010.
- _____. (2000). Dialética da Dependência. In: _____. **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO. p. 105-165.
- MARTINS, Júlio. (1984). **O livro das diretas**: nasce uma Nação apesar do Estado. Rio de Janeiro: Editora Anima.
- MARX, K. (s.d.). Marx a P. V. Annenkov. In: _____. **Miseria de la filosofía**: respuesta a la 'Filosofía de la Miseria' del Señor Proudhon. Moscú: Editorial Progreso. p. 149-161.
- _____. (1978). **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- _____. (1985). A Chamada Acumulação Primitiva. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. 10. ed. Livro I. Volume II. São Paulo: Difel. p. 828-882.
- _____. (1991). Aspectos Pré-Capitalistas. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. 5. ed. Livro III. Volume V. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 680-701.
- _____. (2008). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular. p. 199-336. (Assim lutam os povos, vol. 2).
- MARX, K. & ENGELS, F. (2007). **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo.
- MURILO DE CARVALHO, J. (1996). **A Construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará.
- NABUCO, J. (2000). **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- POPPER, K. (1978). **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Brasília: Ed. UnB.

- _____. (1998). **A lógica da pesquisa científica**. 7. ed. São Paulo: Cultrix.
- PRADO JUNIOR, C. (1994). **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense.
- REIS, C. (2009). **O “nacional-popular” em Antonio Gramsci**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas.
- RIBEIRO, Darcy. (1978). **O Dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes. (Estudos de antropologia da civilização).
- _____. (1998). **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das Letras. (Estudos de antropologia da civilização).
- RIBEIRO DA CUNHA, Paulo. (2010). Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo. p. 15-40.
- SADER, E. (1985). Constituinte, democracia e poder. In: _____ (Org.) **Constituinte e Democracia no Brasil hoje**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 128-146.
- SAFATLE, V. (2010). Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo. p. 237-252.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda & AFFONSO, Rui. (1986). A transição inconclusa. In: KOUTZII, Flavio. **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. p. 55-88.
- SINGER, P. (1986). Os impasses econômicos da Nova República. In: KOUTZII, Flavio. **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. p. 89-106.
- STEPAN, Alfred. (1986). **Os militares: da abertura à nova república**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VERNON, Raymond. (1979). Investimento externo e comércio internacional no ciclo do produto. In: SAVASINI, J.; MALAN, P.; BAER, W. (Orgs.). **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva. p. 89-107.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. (1985). **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. (1998). **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP.
- WEFFORT, F. (1985). Política e economia, mesma urgência. In: MOTA, Lourenço Dantas. **A Nova República: o nome e a coisa**. São Paulo: Brasiliense. p. 163-181.
- WERNECK SODRÉ, N. (1983). **História da burguesia brasileira**. 4. ed. Petrópolis: Vozes.
- WERNECK VIANNA, Luiz. (1986). **Travessia: da abertura à constituinte**. Rio de Janeiro: Livraria Tauros Editora.
- _____. (1996). Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&Ing=PT&nrm+iso – acesso em 26/07/2010.
- WILLIAMS, E. (1975). **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana.
- ZAVERUCHA, Jorge. (2010). Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo. p. 41-76.